

ATA DA 254ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e vinte, às oito horas, pelo aplicativo google meet , realizou-se a ducentésima quinquagésima quarta Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Jaime Alvino Starke , onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares, Lucas Estevão Ribeiro da Silva – Conselho Central de Curvelo - SSVP, Antônio Hugo Bento CMAS- Juiz de Fora, Anédia Miranda Farias – Fórum Municipal dos Usuários do SUAS de Belo Horizonte , Ariadna de Almeida Silva - Federação de Associações sem fins lucrativos de MG - FASEMIG Gabriela de Almeida Loiola - Fórum Regional dos trabalhadores do SUAS/ Salinas, João Victor de Almeida Chaves, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, Cristiano de Andrade, - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, Jaime Alvino Starke – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social– SEDESE, , Haiandra Pereira de Oliveira - CMAS/Novo Oriente de Minas, Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo – CMAS de Montes Claros, Silvia Gracia Oliveira de Souza - Secretaria de Estado de Educação – SEE, - os seguintes Conselheiros Suplentes: Daniel Santos da Cruz - Movimento Nacional de População de Rua, Elerson da Silva - Cáritas Brasileira – Regional MG, Laureci Alves de Paula – movimento Graal no Brasil, Marcio Caldeira – Associação Profissionalizante do Menor – ASPROM, Domingos Sávio de Araújo - CMAS/BH–, Luanda do Carmo Queiroga – Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, Aloísio Soares de Lima Júnior – Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS, Márcio Alves Evangelista – CMAS Itabira, Noelle Lana da Silva Prata - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA/SEDA, Gabriele Sabrina da Silva – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, Rosália Aparecida Martins Diniz - Secretaria de Estado de Educação – SEE, Silvestre Dias - Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, Vilma Sá - Sec. Est. Saúde, e os membros da Secretaria Executiva:., Ângelo Santos Machado, Carla Nésia Silva Duarte, Consolação Cifani da Conceição, Eliane Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Regina Varela Caldeira, e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados, Ana Paula Vilella- SEDESE , Ana Claudia – SEDESE, Joana Moraes – SEDESE, Rosilene Teixeira - SEDESE, Suzanne Horta-SEDESE. **PRESIDENTE:** Estamos então na 254ª plenária. Então sejam todos muito bem vindos. A gente deu um pouquinho de... Das 08h08. Peço então, quando nós tivermos o quórum, a secretaria executiva, e aí a gente passa a abertura. Quer dizer, a abertura foi feita, só dizer quando tiver o quórum necessário. Obrigado. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Ok. **ANA, SEDESE:** Vilma, está em silêncio mesmo, ok? **PRESIDENTE:** Eu vim reafirmar também que estava em silêncio. Obrigado. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Senhor presidente, de acordo com o regimento – vocês estão me escutando? **PRESIDENTE:** Sim, estamos (trecho incompreensível)

[00:06:54]. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Sim, Consolação. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** De acordo com o regimento, aqui está a plenária, elas são instaladas: primeira convocação com a presença da maioria simples, a gente não tinha. Em segundo, após 15 minutos, com a presença de qualquer número de conselheiros, ok? Então, deu os 15 minutos, 08h15, e aí, considerando o regimento interno, a gente tem condições de iniciar a plenária. **PRESIDENTE:** Ok, secretaria. Então, em atendimento ao inciso III, do art. 6º do Regimento Interno, considero então aberta a 243ª Plenária Ordinária do Conselho Estadual. Não, a 254ª plenária. A prestação da ata que é 243ª – mas, então, considero aberta então a 254ª plenária ordinária, realizada hoje, dia 17 de julho – só fazer uma correçãozinha ali, está dia 16, dia 17. Tendo então esses pontos de pauta que passaremos então a ler. É isso, não é, secretaria? A gente lê agora a abertura, não é? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Isso, isso. **PRESIDENTE:** (Trecho incompreensível)

[00:08:26]. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** A menção dos presentes, então. **PRESIDENTE:** Vamos passar à menção dos presentes, por gentileza, secretaria? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Ok. Se entrar alguém, aí a gente completa. Presidente Jaime. Da Sedese: Gabriela, da Sedese. Cristiano, da Sedese; Cláudia Hermínia justificou ausência, mas a Vilma está participando, a Vilma da Secretaria de Saúde; Noelle, da Seapa; Aloísio, Cogemas; a Sandra, Conselho Municipal de Montes Claros; Márcio Alves, Conselho Municipal de Itabira; Anédia, Fórum Municipal dos Usuários do Suas; Natália, Federação das APAE; Dayane, da ADRA; Ariadna, Fasemig. Nós temos a Luanda, do Fórum Estadual dos Trabalhadores do Suas; e a Gabriela, do Fórum Regional de Trabalhadores do Suas de Salinas. Se há alguém que eu não nomeiei, por favor, me avise. **PRESIDENTE:** Ok. Com a menção dos presentes, então passamos à prestação da ata 243. Podes conduzir, secretaria, por gentileza? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Sim. Ela foi encaminhada na terça-feira para os conselheiros. Então, a gente acredita, não sei se as pessoas tiveram tempo, mas foi, como foram duas semanas de uma plenária para a outra, então também a empresa, ela não consegue fazer a ata, são muito longas. Mas foi no mesmo dia que nós recebemos, nós encaminhamos. Então todo mundo recebeu na terça-feira dessa semana, ok? Dia 14. Então, está aí à apreciação. **PRESIDENTE:** Coloco em apreciação a ata 243. Se alguém teria alguma consideração... Se tiver alguma consideração, se puder fazer a inscrição via chat. Não tendo nenhuma inscrição, consideramos a ata aprovada. O próximo ponto seria justificativa de ausências. Por gentileza, secretaria. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Então, justificaram ausência nessa plenária a Cynthia de Oliveira, da Seapa, por motivo de trabalho; a Sílvia Garcia, da Secretaria de Educação, trabalho; a Cláudia Falabella, da Sedese, está de férias; a Ana Amélia, do Cogemas, ontem nós recebemos uma correspondência do Cogemas, que ela deixou de ser conselheira, com uma nova indicação. O Aloísio, inclusive, vai assumir a titularidade. Então hoje ele está em condição de titularidade e, assim que for nomeado, ele assume a titularidade da representação do CEAS. A Patrícia, a vice-presidente, representante do CRESS, ela está em viagem; Hermelis, do Conselho Municipal de Campo Belo, ele deixou de ser conselheiro municipal, então o conselho municipal fará nova indicação; e Cláudia Hermínia, Secretaria Estadual de Saúde, por motivo de trabalho. **PRESIDENTE:** Ok. A prestação da pauta. O Élerson pediu inscrição. Qual ponto de pauta, Élerson, seria? **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Isso, seria sobre ponto de pauta. Mas vou deixar

you present first, then I do my placement, better. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, conselheiro. Então, apreciação da pauta. Próximo ponto. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Quer que leia? **PRESIDENTE:** Gostaria, por gentileza. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Então, nós temos os informes. Seguindo, a posse do Conselheiro Silvestre, que é o suplente da Fazenda. Depois teremos termo de doação de cestas básicas, a Resolução 26 da Sedese. Depois, plano de ação das ações socioassistenciais da Portaria 369 de 2020, o requerimento da segunda parcela de EPIs, que foi tratado inclusive na reunião conjunta ontem. Vamos ter um intervalo de almoço, seguido de um relatório de monitoramento, o relatório de monitoramento das metas do pacto, também tratado ontem em reunião conjunta, seguido das comissões, pautas específicas das súmulas específicas das comissões, que fui informada que a gente tem um informe da Comissão de Política, e temos a súmula da Comissão de Normas. A Comissão de Orçamento e a Comissão de Apoio, elas não têm súmula para ser apresentada. Seguindo da representação, a escolha da representação do CEAS na CIB e da informação, deliberação da coordenação da comissão de ética. E aí já fiz aqui a minha inclusão, mas é que eu estou pedindo inclusão de pauta também. **PRESIDENTE:** Temos um pedido de inclusão também do Élerson? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Isso. **ÉLÉRSO, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Bom dia a todos e todas. Élerson, da Cáritas Brasileira. Presidente, eu gostaria de solicitar, na verdade, não é um pleito só meu, mas é um pleito de todas as entidades do conselho, e conselheiras, a inclusão de uma pauta para nós conversamos um pouco sobre a Rede Cuidar. **PRESIDENTE:** Certo. Ok. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** E, no meu caso, é só um informe no final da plenária. Ok, presidente? **PRESIDENTE:** Está bem, Consolação. Está bem, Conselheiro Élerson. Os conselheiros que estão presentes, estão de acordo com a pauta? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Sim, eu estou. **PRESIDENTE:** Os contrários, então, se manifestem. Os favoráveis, de acordo. Então podemos... Obrigado, obrigado pela (áudio ruim) [00:15:34]. Podemos então passar para o primeiro ponto de pauta? Seria os informes. Por gentileza. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Aí ninguém se inscreveu para o informe, então acredito que a gente possa passar... No meu caso, vai ser realmente no final da plenária. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Eu posso dar um informe? Eu esqueci... **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Claro. Desculpa. **PRESIDENTE:** Pois não, pode falar. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Luanda, FETSUAS/MG. Bom dia, gente. Eu boiei aqui nos informes. Só para dar um informe mesmo, na última plenária nós ouvimos a reivindicação da Dona Anédia, e eu, como participante do Fórum Estadual de Trabalhadores dos Suas, participei da reunião do Fórum Municipal de Trabalhadores dos Suas de Belo Horizonte, levei a pauta até lá, levei a questão do quão prejudicial está sendo para os usuários de Belo Horizonte os serviços estarem com as portas fechadas. Os trabalhadores justificaram que estão em teletrabalho, que vão buscar formas melhores de se comunicar com os usuários. Eles disseram também que enquanto fórum municipal, eles fizeram algumas conversas com o Fórum de Usuários Municipal, mas que então sabendo que, ainda assim os usuários não estão sendo ouvidos, eles vão buscar nova forma de se comunicar com o Fórum de Usuários Municipal para poderem chegar a um consenso. Ontem, inclusive, teve outra reunião do Fórum Municipal, eu não pude participar porque a gente estava aqui nos nossos trabalhos. E nós, enquanto FET, estamos programando uma roda de

conversa virtual com os Forts, os fóruns regionais e os fóruns municipais, para poder também tratar de como é que está essa relação aí dos serviços com os usuários pelo estado. Assim que a gente fechar a agenda, a gente divulga também aqui nos grupos dos CEAS, para vocês ajudarem a gente na divulgação. É isso. **PRESIDENTE:** Ok. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Repete... Licença, presidente, é só porque eu estava anotando, eu perdi a questão da agenda. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Ah, sim. A gente, aí já é o Fórum Estadual, decidiu por fazer um evento virtual, estilo roda de conversa, para poder conversar com os Forts e os fóruns municipais sobre essa relação dos serviços com os usuários nesse período de pandemia. Só que a gente ainda não fechou a agenda. Assim que a gente fechar essa data, nós vamos divulgar, e aí solicitamos também ajuda dos conselheiros para dar ampla divulgação. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Obrigada.

LUANDA, FETSUAS/MG: Obrigada, gente. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Luanda. Obrigado pelo retorno, pelo informe. **SILVESTRE, SEF/MG:** Jaime, estão me ouvindo? Jaime? **PRESIDENTE:** Agora sim, Conselheiro Silvestre. Agora sim. Antes não estávamos... **LUANDA, FETSUAS/MG:** Consolação, só uma correção, eu participei da reunião do Fórum Municipal de Trabalhadores de BH, eu levei a demanda para eles e eles falaram para eu participar da reunião, levando o ponto de pauta lá. Então, foi uma pauta com o Fórum Municipal e a outra deliberação do Fórum Estadual. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Luanda? Eu posso falar um pouquinho, Jaime? Devido a você ter levado essa pauta para lá, os CRAS agora estão promovendo reunião local com os usuários. Hoje mesmo vai ter reunião virtual com os moradores. Vamos ver como vai ser, se eles vão conseguir, que eu não acho... O presencial, continuo batendo nessa tecla do presencial, mas hoje nós vamos tentar fazer virtual dos moradores. Obrigada, Luanda. **PRESIDENTE:** Obrigada, Conselheira Anédia, pelas suas palavras, pelas suas considerações. Mais algum informe? **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Presidente, Élerton, da Cáritas. **PRESIDENTE:** Sim, Élerton. **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Só um informe. Nós, da Cáritas em Minas Gerais, estamos em uma ação em parceria com a Sedese, com o Sesc, e também com o Conselho Estadual de Igualdade Racial - Conepir e o Ceptct na distribuição, nesta ação emergencial que está sendo feita, de cestas básicas para povos e comunidades tradicionais. Acho que ontem na reunião que nós tivemos, conjunta, foi pontuado muito, politicamente falando, enquanto Política de Assistência Social, alguns equívocos que há nessa ação, e nós também concordamos, no sentido de retrocesso mesmo, nas distribuições das cestas. Mas, enquanto entidade de ajuda humanitária, enquanto trabalho que a gente desenvolve com esses povos e comunidades tradicionais, a gente não pôde se furtar de fazer essa entrega para elas, porque foi um pedido que chegou para nós das próprias comunidades tradicionais. Então, fazia-se necessário que tivesse alguém, uma entidade, uma organização social que fizesse a entrega das cestas ao destinatário final. Então, só para informar um pouco isso, porque, como o quantitativo dos itens já estão chegando, e eu acho que vai haver publicidade em relação a isso, então eu queria informar ao conselho, as demais entidades que estão aqui presentes, que a gente está fazendo isso muito em prol das comunidades tradicionais que demandaram da Cáritas esses itens. Então a gente está firmando essa parceria aí, estamos junto com a Subsecretaria de Direitos Humanos. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Élerton, pelas considerações e pelo informe. Mais

algum informe? **CRISTIANO, SEDESE:** Jaime? **PRESIDENTE:** Oi, Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** Eu teria um. **PRESIDENTE:** Pois não. **CRISTIANO, SEDESE:** Bom dia, pessoal. Cristiano, Sedese. O informe é sobre a publicação que a gente fez na semana passada, que é uma parceria entre a Sedese e a Secretaria de Saúde, e que foi também tema tratado aqui no conselho, e também de demandas que a Sedese vem recebendo ao longo... Recebeu no mês passado, sobre os equipamentos de proteção individual, sobre orientações e recomendações sobre equipamentos de proteção individual para os trabalhadores que atuam nos serviços socioassistenciais do Suas. Esse processo, ele levou uma parte do mês passado, a gente inclusive na Comissão de Política fez uma discussão sobre isso, e aí, com essas demandas que a gente vem, vinha recebendo dos municípios, considerando também essa necessidade de orientação para os gestores e para os trabalhadores, e considerando também os aceites que os municípios fizeram para a compra de EPIs, a Sedese iniciou uma articulação com a Secretaria de Saúde, com o pessoal da Diretoria de Vigilância em Serviços de Saúde, para que eles nos apoiassem na indicação de quais EPIs, quais os procedimentos envolvendo esses EPIs e as indicações conforme os trabalhadores do Suas. E aí fizemos essa articulação e conseguimos as equipes técnicas, tanto da Suas quanto da Saúde. Foram várias reuniões até que a gente chegasse nesse documento final que foi publicado na semana passada com a indicação dos EPIs, que é uma regulação, é uma recomendação conjunta da Sedese com a Secretaria de Saúde, sobre a utilização, medidas de controle, segurança e saúde e utilização de EPIs para os profissionais que atuam nos serviços socioassistenciais. Essa publicação foi encaminhada para todos os gestores por e-mail, ela está publicada no site da Sedese. E também a gente fez nessa semana uma reunião com as 22 diretorias regionais da Sedese, onde a gente tratou desse assunto também, porque as diretorias estão mais próximas dos municípios e acabam recebendo muitas demandas também de dúvidas dos municípios, então a gente fez uma capacitação com eles também sobre essa recomendação. Então é isso, queria agradecer também o conselho. A gente fez uma discussão na Comissão de Política, foram dadas algumas sugestões e aí, com base nisso, a gente levou esse documento, a gente levou junto com a Secretaria de Saúde e foi um trabalho muito árduo, mas muito gratificante também porque a gente acredita que é um documento importante, que vai servir tanto para trabalhadores, quanto para profissionais. Então fica aqui também o meu agradecimento para todo mundo. E está disponível lá para todos. Obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado, Conselheiro Cristiano. E, oportunamente, já cumprimentar a todos que se envolveram, as secretarias de Saúde, a secretaria de... Enfim, a Sedese e também a participação do conselho, que também auxiliou na construção, ficou muito importante, muito rico o material, e que estava sendo sim uma carência, uma demanda, uma carência que nós não estávamos conseguindo. Então, parabéns, Cristiano, em seu nome a todos os envolvidos, parabéns a todos do conselho que se dedicaram e fizeram as suas contribuições para que fosse produzido esse material. Também a todos os integrantes que, de uma maneira ou outra, contribuíram para que pudesse ter esse material. Obrigado, conselheiro. Algum outro informe? Não tendo mais informes, então a gente passa para a posse do Conselheiro Silvestre Dias. Então, Conselheiro Silvestre Dias, está representando a Secretaria de Estado da Fazenda. Seja muito bem-vindo, não sei se gostaria de usar a palavra para suas considerações. Considere-se empossado. Mas a gente gostaria das suas considerações. Seja

bem-vindo a esse conselho. Ontem já tivemos a oportunidade de participar da primeira, da reunião das comissões, mas a palavra fica à sua disposição, conselheiro. Bem-vindo. **SILVESTRE, SEF/MG:** Obrigado, presidente. Bom dia a todos. Eu gostaria de, da mesma forma que falei ontem, de me expressar também dizendo da minha alegria de estar participando do conselho do CEAS. Não é a primeira vez. Em 2011 a 2012 eu estive no CEAS também como conselheiro, representando a Secretaria de Estado de Fazenda, como estou agora fazendo isso na condição de suplente. Gostaria de dizer que estou às ordens e pronto para poder auxiliar e trabalhar em prol do serviço social de Minas Gerais. Um bom dia a todos, que esse trabalho possa prosseguir com a bênção de Deus e que tenhamos também a sabedoria necessária para conduzir isso, com muita sabedoria, com muito cuidado e, acima de tudo, com muita participação e muita determinação. Um bom dia a todos.

PRESIDENTE: Bom dia. Obrigado, Conselheiro Silvestre. Silvestre Dias, da Secretaria de Estado da Fazenda. Seja bem-vindo, seja acolhido por todos os demais conselheiros. Sua contribuição sempre será muito importante. E o compartilhamento da sua experiência já no conselho também será importante. Então seja bem-vindo ao conselho. Passamos então direto para o ponto de pauta, ponto de apresentação e deliberação. Temos essa pauta que estava marcada, que é o termo de doação de cestas básicas, Resolução 26 da Sedese, que foi solicitada pela Conselheira Luanda. Na última plenária, como se estendeu muito, foi de comum acordo que fosse incluído no ponto de pauta. Conselheira Luanda? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Então, bom dia, novamente. Luanda, FETSuas/MG. Na plenária passada eu pedi a pauta, como uma pauta do Coletivo Frente Mineira em Defesa do Suas, e aí fiquei responsável por puxar a pauta aqui. A pauta se refere à Resolução Sedese nº 26, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre procedimentos e fluxos para racionalizar a instrução na Sedese para realizar doação de cestas básicas aos municípios no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da covid-19, causada pelo novo coronavírus. O que acontece é que a gente fez uma discussão sobre o quanto que a fome e a situação de pobreza e miséria estão atravessadas pelo processo da pandemia, mas o quanto que essa não foi a melhor escolha, na verdade foi uma escolha um pouco equivocada em alguns aspectos. Daí a Frente escreveu uma nota, e aí, se me permitem, eu vou ler, porque ela explicita aí esses aspectos equivocados que a gente traz, e resolvemos trazer isso para o CEAS para que a gente ampliasse a discussão enquanto estado mesmo, e visássemos superar essas condições. Então, a nota: “Nota de repúdio da Frente Mineira em Defesa do Suas e da Seguridade Social, referente a ação de doações de cestas como alternativa ao cofinanciamento dos benefícios eventuais no período de pandemia, provocada pelo covid-19. Prezado Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, a Frente Mineira em Defesa do Suas e da Seguridade Social vem, através deste, repudiar o modo como a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese, vem conduzindo e tratando os municípios mineiros e a Política Pública de Assistência Social. Percebe-se nitidamente uma negligência quanto aos nossos espaços de controle social, de construção coletiva e do processo de fazer política com quem é de direito; troca o debate pelas pactuações entre governo estadual e municipal, e apresenta na contramão do cofinanciamento e das políticas públicas, a doação no termo mais assistencialista possível. Recebemos repentinamente a Resolução Sedese 26 de 2020 e o ofício circular 12/2020, que encaminha aos prefeitos de Minas Gerais e apresenta o repasse de doação recebida pelo governo

estadual, aos municípios, para atendimento na modalidade de benefício eventual para o provimento alimentar emergencial às famílias e indivíduos em situação de pobreza. Nesse sentido, solicitamos respostas às pontuações que seguem. Qual a metodologia deste programa temporário? O que compõe a entrega e como foi escolhido os itens das cestas? Por que não foi pactuado nas instâncias de controle social, como o CEAS, além da CIB, entre os secretários municipais e governo estadual? Quem são os responsáveis pela doação ao estado? Houve alguma modalidade, como acordo, isenção fiscal ou outra forma de benefícios aos doadores? Reiteramos a importância das Políticas de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional, seja em qualquer modalidade de atendimento do direito humano à alimentação adequada, de se garantir cofinanciamento, em especial que privilegie a compra de alimentos saudáveis adquiridos da agricultura familiar. Ressaltamos o direito humano à alimentação adequada, que está no art. 6º da Constituição Federal, garante a alimentação como direito social, que o estado tem o dever de prover. A situação vivenciada pelos municípios frente à pandemia do coronavírus agrava a situação de risco de insegurança alimentar e nutricional e fome das famílias mais vulneráveis. Reforçamos a importância do diálogo efetivo dos conselheiros, dos conselhos de segurança alimentar e nutricional nos municípios e no CEAS, além da CIB, com as diversas secretarias que atuam frente à temática de segurança alimentar e nutricional. O diálogo é fundamental para avaliar e estruturar ações capazes de atender às demandas locais, no intuito de minimizar as desigualdades impostas no cenário atual, ao acesso à alimentação adequada e saudável pela população, demonstrando a necessidade de políticas públicas efetivas. Os benefícios eventuais são parte de um amplo entendimento dos direitos socioassistenciais, não podem servir-se à caridade, nem mesmo existir sem qualquer diálogo sobre sua concepção e de que forma foi pactuada a doação entre o governo e empresas. Não se pode ser tratada a relação entre direito à alimentação e a Política de Assistência Social como benéfica, caridade, assistencialismo. Comer é um direito, assim como a assistência social é uma política pública regulamentada em lei específica. O entendimento da Frente Mineira em Defesa do Suas e da Seguridade Social é, no momento de pandemia provocada pelo covid, o governo deva investir em políticas que garantam renda e alimentação, respeitando o distanciamento social e garantindo dignidade ao povo mineiro. O Sistema Único de Assistência Social, assim como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar, precisam ser entendimentos enquanto sistema público, tendo financiamento continuado e políticas sólidas. Menos caridade, mais direitos. Não ao assistencialismo, sim aos direitos socioassistenciais”. Esta é a nota que foi escrita e que eu traria na sessão passada. E esse é o entendimento da Frente. Ficaram aí os questionamentos para serem respondidos. A gente entende que, de alguma maneira, por não ser como um benefício eventual, e aí eu, no caso de conselheira, entendo que realmente como conselho a gente não tem que regulamentar a doação, até porque doação não faz parte dos nossos termos utilizados aí enquanto política pública, mas gostaríamos um pouco de entender esse processo e com muito cuidado para que a gente não retroceda a um período em que esse acesso à direitos era considerado uma doação, uma caridade. Então, é isso.

PRESIDENTE: Ok, Conselheira Luanda. Obrigada. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Oh Jaime, eu só queria pontuar uma coisa que a Luanda falou, que eu gostaria que os conselheiros, vocês, prestassem atenção. Ele fala aí “nutrição”, cesta básica e nutrição, que da outra vez eu já falei sobre isso aí que

a Luanda falou. E eu gostaria que prestassem bem atenção no que foi dito. A cesta e nutrição, o que é que tem de nutrição para... Ainda falou, que eu entendi, que seria verdura, que seriam essas coisas, outras coisas que as crianças precisam, que as pessoas precisam, não só do arroz e do feijão e do fubá e sal todo mês. Podia se trocar alguns alimentos da cesta, um mês vem sal, outro mês vem outra coisa; um mês vem fubá, outro vem outra coisa. E é isso que eu gostaria que prestassem atenção um pouco nisso. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Anédia. Obrigada pelas considerações. Obrigado, Luanda, por trazer esses pedidos de informações. Eu acho que até a Consolação também colocou (trecho incompreensível) [00:38:07] e eu acho que o mais coerente que a gente possa, enquanto CEAS, todo documento encaminhar, ainda mais com o teor e a importância que a gente reconhece da Frente Mineira, do Fórum dos Trabalhadores, que a gente faça um ofício encaminhando esses termos todos e que nós também não teríamos assim, de pronto resposta, e até mesmo para poder deixar todo o conselho formalmente respondido. Eu encaminharia, se for do entendimento dos conselheiros, que se encaminhasse, faça um ofício com essa nota que foi produzida pela Frente Mineira, pelo Fórum dos Trabalhadores, para a Sedese para que responda oficialmente os questionamentos. Não sei se estaria contemplando, Luanda? (Trecho incompreensível) [00:39:16] proponente. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Eu acho que sim, Jaime. Mas eu acho que, para além, eu gostaria de convocar o conselho mesmo para que a gente fizesse uma reflexão. Até mesmo, Jaime, eu enquanto conselheira sempre estive na Comissão de Política, nós fizemos no ano de 2018 um trabalho muito árduo de discussão sobre a questão dos benefícios eventuais. A gente depois conseguiu fazer essa resolução que é referência aí para o estado. E nessa discussão, nós nos aprofundamos muito na questão da segurança alimentar, isso que a Dona Anédia pontua, de que a cesta, ela às vezes...**PRESIDENTE:** (Trecho incompreensível) [00:40:03]. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Isso. Ela, às vezes, não supre essas necessidades. E aí eu gostaria muito que a gente fizesse esse entendimento aqui enquanto conselho. Eu acho que sim, a Sedese... Vamos fazer esse encaminhamento, mas que a gente fizesse esse entendimento enquanto conselho mesmo, do que é esse papel mesmo do estado. De como que a gente precisa assim, não permitir, por exemplo, esses termos “doação”, isso não volte a acontecer porque a gente tem lutado tanto para sustentar a Política de Assistência como um direito e a gente entender um termo, a gente... Isso para gente foi realmente um baque assim, foi realmente. Mesmo entendendo esse período de urgência, esse período em que decisões têm que ser tomadas rapidamente, nós aqui do conselho estamos também sempre muito abertos para poder discutir coisas que são de urgência, temáticas que são de urgência. E nós ficamos, assim como lido na nota, nós ficamos um pouco surpresos de como que essa discussão, ela nem passou por aqui. Então, aqui no conselho também eu gostaria que a gente, que a gente fizesse algum tipo de discussão nesse sentido, sabe, Jaime? **PRESIDENTE:** Ok, Luanda. Obrigado pelas considerações. Temos a inscrição da Conselheira Sandra. Bom dia, Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Bom dia. Bom dia, Jaime, bom dia, demais colegas conselheiros. Eu gostaria de parabenizar a Frente pela nota, acho que provocou uma discussão, a gente já estava pontuando já há algum tempo. E eu gostaria assim, de acrescentar nessa discussão a questão do formato que chegou para gente essa questão das cestas. Então, o documento que ele passa as cestas – agora me falha, não sei se é na portaria, ela fala lá – se eu não

me engano, no art. 6º, ela vai falar da aprovação da prestação de contas da distribuição das cestas pelo CMAS e o controle social. Mas como, se nem o CEAS participou dessa discussão? A discussão não chegou ao CMAS, depois chega ao CMAS somente para aprovar a prestação de contas. Então, assim, a gente pode dizer assim: “Ah, mas cabe ao gestor comunicar a chegada da cesta”, mas onde é que está escrito isso, que o gestor tem que fazer isso? Quando nós recebemos esses recursos do governo federal, sempre coloca que tem que ter aprovação do conselho, tem que colocar a resolução. Então eu penso assim, que essa fórmula, além da questão em si da cesta como doação, toda essa reflexão que a Frente faz, ainda tem essa questão do controle social, como ele é visto e como ele é colocado. Em que lugar do controle social é colocado nessa questão da distribuição das cestas, sabe? Então assim, é uma questão que eu também gostaria de acrescentar para a nossa reflexão. Então é isso. E assim, eu fiquei muito surpresa com isso, no Estado de Minas Gerais a gente tem avançado muito nas discussões das Políticas Públicas da Assistência Social, a gente tem avançado muito nas discussões dos benefícios eventuais, e eu penso assim, todo contexto da pandemia, por mais que a gente tem que justificar, não é, porque a gente poderia ter solicitado uma reunião extraordinária para essa discussão. Todos os conselhos, sejam eles estadual, municipal e nacional, eles podem ter reunião extraordinária para uma pauta sendo tão urgente e necessária como essa. Muito obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Sandra. Obrigado pela fala. Conselheiro Hugo. Bom dia, conselheiro. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Bom dia, gente. Chegando aqui agora porque hoje eu me atrasei, porque eu tive que resolver problema particular agora de manhã, que surgiu logo depois que eu saí daqui. Aí hoje eu tive que ir lá para poder estar resolvendo. Olha só, eu parablenizo a Frente Mineira em Defesa do Suas, mas eu gostaria de entender um pouco que a nossa luta sempre foi para que nós tivéssemos, de fato, no Estado Brasileiro, a assistência social. Então eu fiquei muito surpreso quando eu fiquei sabendo que a Sedese estava distribuindo (trecho incompreensível) [00:45:41] ficou a frente, estava distribuindo essa cesta. E fiquei mais surpreso ainda porque a gente não sabia. Eu fiz até um ofício aqui no município, depois da nossa reunião aqui, para saber quantas cestas vieram para Juiz de Fora, e se foi cesta ou se foi dinheiro. Já mandamos o ofício. Como eles têm 30 dias para responder, não nos responderam até agora, eu nem posso estar aqui falando muito coisa para a gente poder contextualizar esse formato, essa decisão. Mas eu não vou ficar falando muito, até mesmo porque eu cheguei aqui agora, não peguei do início, mas eu concordo com a fala da Sandra, da Luanda, e que a gente, porque tem tempo. Quando a gente quer, quando o poder público quer, ele faz as coisas dentro do tempo hábil. Não precisa ficar falando essas coisas que: “Ah não, foi urgente, não deu tempo de conversar”, se a gente quer, quando quer, dá tempo. Pelo menos poder chamar a diretora para conversar, sentar para poder ver e depois deliberar *ad referendum*, aí traz para gente. Agora, o que não pode é tomar decisões alheias ao controle social. Isso aí cheira um pouco, assim, a gente fica com aquele sentimento de clientelismo. De as pessoas estarem fazendo isso para (áudio ruim) [00:47:13]. A gente tem que combater isso, entendeu? Acho que era isso que eu queria colocar, e parabenizar a Frente Mineira aí, a Frente Mineira em Defesa do Suas. Só isso. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Hugo, eu só queria complementar uma coisinha aí que você falou. É emergencial. Algumas coisas são emergenciais, uma resposta que nós precisamos com emergência, leva 30 dias. Agora, quando é só interesse

deles, aí é imediato. Nós temos que fazer isso também. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** É complicado, Anédia. É isso mesmo. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Nós temos que rever isso também, que as respostas para nós também têm que vir com urgência, assim como eles tomam as atitudes urgentes, tomam porque é emergencial. A nossa resposta é emergencial, saber quantas cestas vieram, quanto que... Se foi dinheiro, se não foi, para onde está indo as cestas que sobram, quem que está levando vantagem nisso, quem é que montou essa cesta. É um todo. Eu concordo aí com você e quero deixar minha indignação de esperar 30 dias. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Hugo. Acho que sou eu o próximo inscrito, mas eu posso passar, posso até deixar para ouvir os demais. Laureci, por gentileza, gostaria de falar? **LAURECI, GRAAL:** Bom dia. Eu queria só questionar, eu estou vendo assim, observando aqui em Belo Horizonte, e eu estou trabalhando em um abrigo também, tem algumas famílias que estão recebendo aqui em Belo Horizonte essas cestas através de um cartão e o cartão vem com um valor de R\$50,00, porém, quando as famílias vão ao supermercado fazer as compras com esse cartão, está sendo descontado deles uma taxa de 7,50 do valor para que o cartão seja usado. Eu acho que seria bom se fosse revisto isso, não sei de que forma que a gente poderia intervir ou questionar para que a Sedese revisse essa questão. Porque já é R\$50,00, já não dá para comprar uma cesta básica e ainda vai descontar 7,50 de cada beneficiário? **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Laureci. Eu acho que... **LAURECI, GRAAL:** É Laureci, representante do Graal. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Eu acho que esse... Tem uma modalidade que o município de Belo Horizonte adotou que uma compra direta numa rede (áudio ruim) [00:50:16] não sei se é esse (áudio ruim) [00:50:19] de BH. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Oh Jaime, no CMAS foi aprovado o cartão, parece que era até R\$100,00 antes da epidemia, era R\$100,00. Agora, tem que saber se esses 50 aí se é a merenda, porque a merenda que está dizendo que é 50, não é? Ou se é da cesta. **PRESIDENTE:** Isso. Não, eu acho que... **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Tem que levantar esse questionamento aí para ver, porque eu lembro que nós aprovamos o cartão, batalhamos muito, e aí conseguiu de R\$100,00 o cartão. **PRESIDENTE:** Isso, isso, e até mesmo no município de Belo Horizonte. **LAURECI, GRAAL:** É o cartão Bolsa Merenda. **PRESIDENTE:** Ah, sim, cartão Bolsa Merenda. Sim, então, você falou em desconto, não é? Alguma coisa de desconto? **LAURECI, GRAAL:** Então, quando as famílias vão ao supermercado para utilizar o cartão Bolsa Merenda, está sendo descontado das famílias 7,50. Então, por exemplo, se ela tem direito a R\$50,00, ela só pode comprar 42,50, porque 7,50 fica para o cartão. **PRESIDENTE:** Nós não temos mesmo... É muito importante, Laureci, o que tu estás trazendo, até eu já pedi para fazer aqui as anotações e até a gente retorna isso. Peço, por gentileza, até deixar com a própria secretaria executiva os dados mesmo que se... Não só atendendo pessoalmente essa sua demanda, mas para poder verificar e poder retornar para esse conselho esta questão. Muito obrigado pela contribuição, que de fato nós não temos (áudio ruim) [00:52:23] de desconto de valor. Está inscrito o Sávio. Conselheiro Domingos Sávio. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Olá, pessoal. Bom dia a todos. Sobre esse assunto, eu poderia verificar e ver se até meio dia eu trago uma resposta relativo ao desconto do Bolsa Merenda. Pode ser? **PRESIDENTE:** Nós ficamos agora em dúvida, Domingos, se era do Programa Bolsa Merenda, do estado, ou era do programa de distribuição que BH tem, a pessoa recebe um crédito. Acho que é mais ou menos isso, não é? **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** É, (áudio ruim) [00:53:16]. **PRESIDENTE:** Isso. **DOMINGOS**

SÁVIO, CMAS BH: R\$50,00 reais do Bolsa Merenda. **PRESIDENTE:** Isso, e aí ele retira em uma rede, ou uma...**DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Na rede de supermercado. **PRESIDENTE:** Isso. Eu não sei se é essa situação, Laureci. Não sei se ela está ouvindo. **LAURECI, GRAAL:** Sim, estou ouvindo. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Nós só estamos em dúvida agora, se esse...**LAURECI, GRAAL:** É o Programa Bolsa Merenda. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Do estado? **PRESIDENTE:** Bolsa? É do estado então, não é? **LAURECI, GRAAL:** Isso. **PRESIDENTE:** Não é do município, não é? **LAURECI, GRAAL:** Não, é do estado. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Então tem que olhar aí, ué.

NOELLE, SEAPA: Oh pessoal, (áudio ruim) [00:54:11] no Google, no site bolsamerenda.social.mg.gov.br, entendeu? Lá fala que o valor de cada saque é de R\$7,50. Aí fala o seguinte: "Também é possível sacar o valor. Os saques com cartão pré-pago devem ser feitos em caixas de Banco 24 horas e em toda rede credenciada (áudio ruim) [00:54:37] o valor de cada saque é de R\$7,50". Quem está falando é Noelle, da Seapa. Desculpa aí de não ter me apresentado. **PRESIDENTE:** Ah, sim. **NOELLE, SEAPA:** Vou colocar o link para vocês no chat, porque aí fica mais fácil vocês verem todo padrão do programa. Deve ser esse o motivo desse desconto, entendeu? **PRESIDENTE:** Sim, sim. Ok. Bom, de qualquer forma, faço então o retorno dessa informação também. Tem mais inscrição? Do Hugo. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Então, presidente, diante dessas falas aí, eu fiquei até preocupado aqui. Primeiro, eu gostaria de saber da Laureci quando ela fala se esse desconto está sendo feito é pela empresa ou é quando a pessoa vai lá no supermercado. Porque se for no supermercado, serão todos. E se for a empresa, está sendo recolhido para a empresa. E eu quero saber da Noelle, que ela falou do desconto, aí eu queria entender melhor, porque eu estou com um problema aqui, que eu tenho que ligar o computador daqui do município para poder estar participando, aí eu fiquei disperso um pouco, não deu para poder pegar direito a fala dela. Por favor, tá? E até mesmo porquê, se for da empresa, e como já falou que é do estado, aí aqui também tem escola pública do estado que é para gente poder ver como está sendo feito (áudio ruim) [00:56:14] e também porque eu fiquei preocupado porque o município de Juiz de Fora, na rede municipal de educação, eles também estão dando R\$50,00. Eu até gostei da fala sua, Laureci, porque aí eu já vou encaminhar um ofício aqui à secretaria, para poder ser enviado lá para a Secretaria de Educação para ver, porque já é tão pouco e ainda vou descontar R\$7,50? Não tem cabimento isso, no nosso entendimento, mas a gente tem que saber como que está se dando isso e porquê está se dando isso. **LAURECI, GRAAL:** Então, a pessoa foi comprar e ela fez uma compra de R\$8,50, mas já descontaram o R\$7,50 junto. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Então, mas é em cada compra ou é uma vez só? **LAURECI, GRAAL:** Ela me disse que é em cada compra. Porém, no site a menina disse que está falando que é cada saque. Então...**ANTÔNIO, CMAS/JF:** É, cada saque. Ah, tá. **LAURECI, GRAAL:** Se for cada compra, o prejuízo é muito grande para a pessoa. **PRESIDENTE:** Só 1 minutinho. **LAURECI, GRAAL:** Igual essa menina, ela comprou um remédio, depois comprou o alimento. **PRESIDENTE:** Tá. Só um minutinho. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Dá com uma mão e tira com as duas, é isso. Dá com uma e tira com duas. **PRESIDENTE:** Só um minutinho, conselheiros. Eu vou lhe pedir o seguinte, só para manter uma questão de ordem, primeiro porque está muito ruim de ouvir porque tem muitos

microfones abertos. Então, vou pedir que quem não estiver falando, que fechem eles porque está dando muito problema de audição. E, segundo, vamos procurar fazer por inscrição, que fica até mais... A gente consegue então garantir a fala de todos e contemplar todas as falas, senão o ouvido da gente vai começar a apitar mais cedo do que o horário convencional, que é lá para as 5h. Não, mas, obrigado...**ANTÔNIO, CMAS/JF:** (Trecho incompreensível) [00:58:12] já está, porque ele está metendo a mão no ouvido lá. **PRESIDENTE:** Eu acredito. Eu acredito, Conselheiro Hugo. Eu já estou aqui também alternando os ouvidos, uma vez do lado esquerdo, outra vez do lado direito. Se é para ficar com problema, vamos ficar dividido pelo menos entre os dois. Mas, muito obrigado pela colocação, aqui teve algumas colaborações, que até a Haiandra, conselheira de Novo Oriente de Minas, ela até já achou alguma, acharam uma alternativa: “Diante disso estamos orientando as pessoas a transferir o valor para outra conta, assim não sofrem o desconto”. Obrigado, Haiandra, pelas considerações. E a Noelle, Conselheira Noelle, informa que no ponto 27, os R\$7,50 são só em função do saque em Banco 24Horas. Mas, de qualquer forma, a gente pode sim, a gente encaminha. E aí eu peço, Laureci, se ela puder, ela pode passar os dados para a nossa secretaria executiva, que a gente vai verificar a situação. E que, atendendo a demanda dela, a gente repassa então para esse conselho essa informação. Pode ser assim? Temos uma inscrição da Conselheira Gabriela. Por gentileza, Gabriela. Conselheira Gabriela? Conselheira Gabriela? **CRISTIANO, SEDESE:** Sim, Jaime, a gente está te ouvindo. **PRESIDENTE:** Bom, a Gabriela não está conseguindo responder. Então eu passo para o Conselheiro Aloísio. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Bom dia a todos, bom dia, presidente. Aloísio, Cogemas. Eu acho fundamental nós estarmos nesse espaço onde nós temos a oportunidade de compartilharmos e construirmos uma Política de Assistência Social cada vez mais efetiva, mas eu acredito que quando nós formos trazer uma denúncia para um espaço como esse, é necessário pelo menos uma certa fundamentação e ter a certeza de como está ocorrendo essa denúncia, porque nós estamos em um espaço democrático e construtivo, mas eu acredito que é muito sério quando nós fazemos uma denúncia vinculado a um processo tão sério como esse. O objetivo aqui não é defender ninguém, mas é para gente ter mais certeza e podermos ser mais efetivos, porque senão as nossas reuniões, elas extrapolam o horário. Então, como foi observado pela Noelle, no item 18 também, do link que ela enviou, lá está expresso que o cartão, ele é para aquisição nas redes conveniadas de bandeira Mastercard. E, que se a pessoa for sacar o dinheiro, que aí sim é descontado os R\$7,50. Então acho que é prudente a gente, quando receber uma denúncia, avaliar melhor, ver quantos casos aconteceram e formalizar essa denúncia para que a gente seja efetivo. É só uma opinião. Eu acredito que é fundamental nós termos discussões mais profícuas, senão a gente fica divagando sobre ilações e aí dificulta os nossos trabalhos aqui no conselho. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Aloísio. Muito bem colocado. A gente até já tem adotado essa forma, até mesmo quando saem os ofícios, Consolação pode me ajudar. Alguns ofícios de... Vamos supor, denúncia, eu reitero que precisaria que fosse – em qualquer ofício ou documento que saia do conselho, em nome do conselho – ele tem que estar muito bem fundamentado, até para nos resguardar o aspecto jurídico também da representação tão importante que é o conselho, onde faça um relato preservando, obviamente, o anonimato, mas não deixando de ter identificação, porque o conselho recebe essas situações, mas a gente precisa ter de fato (áudio ruim) [01:03:44]. Com

relação ao que o conselheiro (trecho incompreensível) [01:03:56] acho que não. Ah, Gabriela, agora ela retornou. Consegues falar, Gabriela? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Depois se eu puder falar, eu queria falar. **PRESIDENTE:** Sim, está bem. Pode. Gabriela? Não estamos lhe ouvindo, Gabriela. Os demais conselheiros estão me ouvindo, não é? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Sim. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Sim, mas ela não. **PRESIDENTE:** Eu coloquei ali. Ela nos ouve, mas não chega o áudio aqui. Então sugiro, Conselheira Gabriela, se quiser sair e... Bom, Ana Paula colocou uma informação ali. Bom, enquanto a Gabriela pode retornar – eu acho que a qualquer momento ela pode retornar, esse ponto de pauta... A Luanda se inscreve, não é? Não, a Dona Anédia. Desculpa, Dona Anédia. Dona Anédia pediu, desculpa. Pode ser, Luanda, Dona Anédia primeiro? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Sim, sim, eu estava falando com o microfone desligado. Pode ser. **PRESIDENTE:** Pode ser, Dona Anédia. Fica à vontade. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Sim. Eu peço desculpas, que eu ainda não me atualizei no chat, mas essa semana eu vou me dedicar a isso. É o seguinte, foi o Aloísio que falou aí, eu quero só um esclarecimento. Ele falou quando conselheiro trouxe as demandas, saber já como coisa. Eu não entendi bem, se a gente como conselheiro já tem que trazer a proposta com certeza, ou se a gente traz para que os outros nos ajudem a fazer. Porque, eu, às vezes falo as coisas e preciso de ajuda dos outros. E penso o seguinte, seja do banco, seja no mercado, seja onde for, se for descontado esse dinheiro, está errado. Então não é R\$50,00, por quê? É política botar em um banco que desconta? Pensa bem, a pessoa faz uma compra de R\$8,00 e desconta R\$7,00. Não tem condição. R\$50,00 dá uma caixa de leite só, de 12 litros. Fica aí o meu questionamento, a minha pergunta, a minha indignação sobre isso. E eu gostaria de saber assim, a gente já tem que trazer a confirmação ou a gente traz a demanda e vamos analisar ela em conjunto, ver se outras pessoas estão passando pela mesma coisa? Eu gostaria de ter mais informação sobre isso, que eu sou marinho de primeira viagem. Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheira Anédia. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Presidente, se eu puder responder, por gentileza. **PRESIDENTE:** Claro, claro. Pode ser, Luanda? Pode ser? **ALOÍSIO, COGEMAS:** Desculpa, Luanda, por... **LUANDA, FETSUAS/MG:** Sim, pode ser. Eu estou com dificuldade para ligar o microfone. **PRESIDENTE:** Está bom. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Conselheira Anédia, é um prazer mais uma vez participar desse espaço com a senhora. Na verdade, o que eu coloquei, conselheira, é que quando nós trouxermos uma denúncia, eu acho que é importante que nós tenhamos a confirmação desse processo, tentando, por exemplo, aconteceu com quantas pessoas? Se foi com uma só, às vezes a gente não tem a garantia de que, de fato, esse processo está acontecendo, entendeu? Então, como foi explicado pela Conselheira Noelle, ela colocou aqui que quando o cartão é utilizado com uma outra finalidade – porque o cartão, a gente tem que tentar analisar qual que é a finalidade do cartão, se é aquisição de itens alimentícios no supermercado, ou se é para saque desse cartão – mas aí como está sendo discutido aqui, é importante que nós tenhamos o máximo de informações para que a gente possa orientar os usuários. Então, assim, a gente saber o número maior de casos que aconteceu, com quais pessoas, para que a gente consiga avançar nas discussões aqui no conselho, entendeu? Se não, a gente pode dar uma informação errada. Para a gente ter essa certeza, porque se não a gente às vezes acredita que está acontecendo na hora de a pessoa fazer aquisição do gênero alimentício, nós formulamos uma denúncia aqui e o desconto de fato só ocorre no momento do saque, entendeu? Então, assim, para

que nós tenhamos a segurança, enquanto conselho estadual, de ter a denúncia de forma um pouco mais concreta para que a gente não incorra no erro de fazer uma denúncia que não tenha fundamentação. É mais nesse sentido. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu entendi, eu entendi e continuo dizendo que a gente traz para cá e aí vamos ver se os outros conselheiros, por exemplo, ela trouxe. Eu, como conselheira aqui de Venda Nova, de Belo Horizonte, eu vou averiguar se está acontecendo. Então acho importante que a pessoa traga, mesmo sendo uma só, aí vamos procurar saber. É isso que eu quero entender, porque ela agora está trazendo a demanda para nós, então nós vamos correr atrás dos outros conselheiros. É isso que eu entendo. E entendo que seja saque, que seja como for, ser descontado está errado. Então bota 57, que é para ter o desconto. Escolhe um banco. Por quê que tudo é na Caixa e depois os outros bancos cobram? É uma coisa que eu não consigo, como usuária, como gente humilde, entender essas coisas, porque para mim tudo é um jogo político, tudo é um jogo político. E é isso que eu quero dizer, assim, eu entendi, mas eu queria esse esclarecimento, porque a gente não tem condição de sair de casa agora. Por exemplo, eu só sei das demandas quando me procuram, quando eu fico sabendo, porque eu não posso ficar saindo de casa. E aí a gente traz para cá, e aqui eu acho que nós, entre nós é que nós vamos resolver. Eu acho muito importante que traga isso sim, nem que seja uma pessoa, mas nós vamos averiguar, não já trazê-la pronta. Nós vamos procurar. Eu, aqui na minha região, vou ver se está acontecendo isso também. Ela trouxe e eu vou averiguar. É isso, Aloísio, que eu queria entender. O meu entendimento, mostrar para vocês o meu entendimento como gente simples, que não sabe falar difícil, que não sabe se expressar, botar as coisas como eu sempre falo, na escadinha, como tem que ser. Às vezes eu boto lá na frente e ponho aqui atrás e deixo para vocês me ajudarem a colocar nos lugares. Entendeu, Aloísio? É só isso, querido. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Anédia. Obrigado pela fala. Conselheira, agora é a Luanda? Agora sim, Luanda. Só para não... Ou a Gabriela, se ela conseguiu. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Isso, se a Gabriela conseguiu voltar, acho que é ela. **GABRIELA, FRTSUAS SALINAS:** Vocês conseguem me ouvir? Eu troquei de equipamento. **PRESIDENTE:** Agora sim, Gabriela. Bem-vinda. **GABRIELA, FRTSUAS SALINAS:** São os impasses da tecnologia. Bom dia, gente. Eu queria compartilhar um pouco da minha angústia, manifestada também pela Dona Anédia com relação a essa questão dos valores, porque mesmo que fosse um saque do banco, me parece um valor muito alto, considerando a situação do benefício. Não sei se eu fizer um saque no meu banco vai cobrar R\$7,50. Eu acho que isso reflete uma política pública construída sem. Que o Auxílio Merenda, depois de implantado, ele tornou pauta de discussão no CEAS. Não sei também se as equipes da assistência social estão preparadas para informar quais serão as estratégias que os usuários deverão utilizar a fim de evitar que o saque aconteça. Então eu penso que alguma coisa que a gente precisa fazer é buscar para um direcionamento a fim de deixar cada vez mais claro para os usuários as questões que envolvem esse benefício. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Gabriela. Obrigado pelas considerações. Passo então para a Conselheira Luanda, por gentileza. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Luanda, FETSuas. Eu venho reforçar um pouco mesmo dessa fala da Gabriela. Eu acho que fica aí para gente poder ter experiência mesmo. Assim, essas duas... Acabou que a gente começou com uma pauta, essa pauta se estendeu para uma outra. Mas, essas duas questões que foram colocadas, a primeira da doação de cestas e a segunda desse valor do

Bolsa Merenda, tendo que ver aí como que está sendo feito esse desconto, se está ocorrendo, mas isso diz também de uma falta de discussão. Passados mesmo às instâncias de pactuação, nas instâncias de deliberação e de discussão mesmo da política. E aí eu só queria mesmo entender aqui os encaminhamentos que estão sendo dados. Eu já peguei o e-mail com a Consolação, em relação a enviar a nota para a Sedese, então estou entendendo que o CEAS vai enviar essa nota para a Sedese, não é? A pessoa responsável pela frente da secretaria executiva vai enviar a nota a partir das 13h, que é a hora que ela está disponível, vai enviar via e-mail para esse e-mail que a Consolação me repassou. E aí, me pergunto se após esse envio, essa resposta vai retornar para o CEAS e retorna como pauta aqui do CEAS? Para a gente ter esses retornos, como é que vai ser. E, em relação a essa questão do cartão do Bolsa Merenda, eu penso que nós – e Aloísio, também – nós, enquanto Comissão de Política, a gente recebe a denúncia. Eu acho que a denúncia, ela é recebida, ela é uma denúncia. E aí a gente... Não estou dizendo que é para ir para a Comissão de Política, mas, estou dizendo assim, na experiência de recebimento de denúncias, o que nós fazemos é encaminhar para o CMAS para mais informações. Então é isso, a gente vai dar uma tratativa aqui para essa denúncia, que eu considero também grave pelo valor. Se é um valor de R\$50,00, está descontando R\$7,50, um valor muito alto. Então só para a gente poder compreender e entender esses encaminhamentos aí que estão sendo dados na questão. E entender também se a Sedese, os que estão aqui presentes, não saberiam já nos informar de onde que vem as cestas, como é que foi feita essa doação, quem está doando são empresas, o é que são? Só para gente também ficar um pouco mais, dar mais nitidez a essas questões que a gente está dizendo aqui que estão nebulosas.

PRESIDENTE: Ok, Conselheira Luanda. Conselheiro Hugo. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Até mesmo para corroborar com as falas que já foram feitas, eu só quero colocar para você, Aloísio, que nós, enquanto sociedade civil, a gente não tem o privilégio de ter todas as informações que o governo tem. Então, muitas vezes, quando a gente fala aqui, a gente não tem esse cuidado de estar perguntando porque se eu for ali e uma pessoa fazer uma denúncia a mim, eu tenho que trazer para onde? Eu trago aqui para o conselho – que é isso que a Luanda falou – é remetido para as comissões e lá é dirimido. Aí, no caso da Laureci, ela está trazendo aqui agora, aí eu vou até esperar porque eu não sabia que quem... Uma coisa é eu ter o cartão para comprar alimentação e que eu posso estar sacando, porque momento algum na legislação, em momento algum se falou nos meios de comunicação que a pessoa poderia sacar o dinheiro e ia ser descontado dela. Então, tudo que não é bem informado para a população é que geram essas dúvidas, que geram essa... Embora eu acho que se é merenda, para poder comprar, não poderia – no meu entendimento – jamais permitir, uma vez que no mundo capitalista, as pessoas vão visar o lucro. Então o cara vai tirar, ele vai tirar sim. Então eu acho que deveria ter inibido lá atrás, se tivesse sido discutido isso com o controle social, nós iríamos estar colocando. Eu, no meu caso – se eu soubesse – eu jamais iria falar: “Pode sacar”. Não, porque se eu for lá no banco, o banco tem essas taxas que cobram da gente. E é cartão ainda, é pior ainda, que é muito mais caro. Você vê R\$50,00, tira dela R\$7,50, é um absurdo. Só que as pessoas simples não têm esse entendimento que ela vai ter que, lá fora, lá no mundo capitalista deles lá, que vão estar cobrando. Você entendeu? Aí, poxa, aí é covardia. Eu concordo com a Dona

Anédia, quando ela faz a colocação dela. Concordo com a Luana, e a Loiola, não foi? A moça aí que falou antes da... **GABRIELA, FRTSUAS SALINAS:** Gabriela, Senhor Hugo. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Ah, é a Gabi. Isso, Gabi Loiola. Desculpa, tá? Concordo com a Gabi Loiola porque é justamente, é uma covardia que é feita. Acho que a gente tem que pensar a assistência social como assistência social. E, ao pensar assim, a gente vai estar pensando que tem pessoas simples que não têm o entendimento que nós temos. E eu só alerto uma coisa, que é para gente ter muito cuidado quando a gente faz as nossas colocações, que isso aí acaba até inibindo o próprio conselheiro da sociedade civil de perguntar. Aí vai acontecer muito o que a gente vê acontecer nesse conselho, têm pessoas que é conselheiro, mas fica com tanto medo diante das narrativas que vêm do governo, que fala: “Ah, (trecho incompreensível) [01:20:17]” entra muda e sai calada aqui, é isso que a gente fala aqui. A gente tem que ter esse cuidado. Acho que todos aqui têm direito de colocar, e o governo, de estar nos auxiliando. Eu sei que é cansativo, é, para todos nós. Mas, infelizmente, nós não temos essas informações. Só isso. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Hugo. Acho que o próximo inscrito é o Sávio, Domingos Sávio. Por gentileza, Domingos Sávio. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Primeiro, eu gostaria de... Eu concordo com o Aloísio, quando ele fala que a gente precisa ter mais agilidade (trecho incompreensível) [01:20:58] se a gente passar uma reunião e deixar de discutir uma pauta, ou fazer com que ela seja discutida de forma precária, é muito ruim para nós, na instância de controle, instância de decisão. Agora, o que a Anédia chamou atenção – Anédia chamou atenção sobre várias coisas. Primeiro, que a gente sempre trabalha a questão do protagonismo, autonomia, desenvolvimento de senso crítico do usuário. Isso é um trabalho que está posto para que a gente faça também. Não adianta, vai sob pressão que quem é desfavorecido vai conseguir algo nesse Brasil. Então, eu concordo que tenha que reclamar, desconto de R\$7,50 é um desconto imenso. Você vê que o pessoal de classe média custa a entender aquele imposto sobre imóveis de 2%, imposto de transição de imóveis, tem gente que não paga. É 2%. Esse desconto aí que a Anédia está falando é de 15%, isso é o maior imposto que tem de venda de imóveis, você paga 15% para imposto de renda. Isso é um absurdo, ninguém concorda com isso. Porque que a Anédia iria concordar? Então, em se tratando de benefício também, tem que prever as isenções de qualquer taxa e qualquer imposto, porque qualquer coisa que você retira, tem um significado. Igual a Anédia falou, R\$7,00 tem um significado e dá para comprar várias coisas. E a questão pública é importante também, essas isenções teriam que ser banidas. Então acho que tem razão, acho que a coisa se decide é aqui mesmo. Cesta básica sempre dá uma discussão muito boa, sempre dá uma discussão intensa, então é isso aí, é bom ir acostumando. A hora que fala em cesta básica, em benefício na área da assistência social, a discussão é grande e tem que ser mesmo. Eu acho que a gente, é normal isso. A gente vai verificar aí, a Sedese já vai olhar isso aí. E, se possível, a gente teria até que ser mais incisivo, independente se é para descontar, se não é para descontar. Esse desconto não pode acontecer, realmente. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Sávio. Obrigado pelas colocações. Está inscrito também o Conselheiro Silvestre. E, se não tiver mais inscritos após, aí eu faria então o encaminhamento ou algumas considerações. Pode ser? **SILVESTRE, SEF/MG:** Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma colocação. Me perdoem se eu estiver errado nessa colocação, mas eu acho que é uma denúncia muito importante e tem que ser apurada, realmente, porque é um valor

expressivo e realmente faz falta. Mas, além disso, eu queria também saber se realmente for para pegar a merenda na loja comercial, no supermercado, o que é essa merenda? O que faz parte dessa alimentação? Eu pergunto isso porque eu sou conselheiro do Consea, que é o Conselho de Alimentação Nutricional, e a gente tem como preocupação a composição desses alimentos. São alimentos nutritivos? Estão levando para casa algo que é uma alimentação saudável, nutritiva, boa para ser ingerida? Ou esse alimento é comprado de qualquer forma? Então eu gostaria que, se for possível, também um esclarecimento dessa natureza. Ok? Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Silvestre. Obrigado pelas considerações. E eu proponho então, acho que, como a Consolação bem colocou esses dois pontos, que a gente envie ao CEAS e encaminhe para a Sedese, via ofício, esse documento emitido pela Frente Mineira, a Frente Mineira em Defesa do Suas, e do Fórum dos Trabalhadores. E também que se faça um encaminhamento de um ofício pedindo informações sobre esses descontos incidentes. Não sei se todos estão de acordo com essas... **LUANDA, FETSUAS/MG:** Jaime, eu sugeri aqui no chat – para não pedir a fala de novo, não prolongar – uma sugestão de encaminhamento também. Enviar as duas questões para a Comissão de Política, para discussão, levantamento de informações e proposta de encaminhamentos. **PRESIDENTE:** Aí deixa eu só entender. Então nós não encaminharíamos para a Sedese e encaminharíamos esses dois pontos para as comissões? Seria isso? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Não, não. Concordo com os dois encaminhamentos. Envia para a Sedese e... **PRESIDENTE:** Ah, sim. Gostaria, além do ofício, é isso? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Isso. **PRESIDENTE:** Mas aí o encaminhamento... Não, tranquilo. Acho que se a plenária assim, entender positivo, então a gente faz o encaminhamento nesse sentido. Pode ser assim? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu concordo. **PRESIDENTE:** O Conselheiro Sávio se manifestou? Gostaria de inscrição, conselheiro? **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** É rápido. Eu acho que não há necessidade. Se o conselho mesmo já está definindo isso, é nessa instância que a gente quer que saia algo. Não precisa passar pela Comissão de Política de novo. Passaria antes, caso a denúncia fosse feita antes. A Comissão de Política traria a questão e a gente estaria decidindo em plenária. Mas se joga na plenária e já decidindo que seja assim – eu estou só tentando não dar muito trabalho, e depois não dar conta também. Já que a plenária está decidindo, já está ótimo, é isso que a gente queria. **PRESIDENTE:** Bom, agora aí o Lucas pediu a inscrição. Então, Conselheiro Lucas, bom dia. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Bom dia, bom dia para todas, todos. Na verdade, é só uma questão de fluxo mesmo. Como se trata de uma denúncia, ela tem que seguir a resolução de denúncias. Então eu acho que a gente tem que se ater ao fluxo já estabelecido por este conselho, no que diz respeito à resolução de denúncia. Com relação ao outro encaminhamento, concordo plenamente, já pode ir diretamente solicitando essas demais informações. Mas, quanto à denúncia relatada na plenária, ela tem que ser tratada como deve ser e como esse conselho já estabeleceu a normativa. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Lucas. Bem lembrado. Como é uma denúncia, pode ser assim, Conselheira Luanda? Se a plenária também entende que o primeiro seja encaminhado diretamente e o segundo ponto segue o fluxo de denúncia, que aí é encaminhado para as comissões. Deixa eu só... Secretaria executiva, seria encaminhado para a comissão de política? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Sim, seria a Comissão de Política. Como bem, o

retorno também do ofício, presidente, ele pode ser encaminhado... É o que eu entendi, da Luanda, é o retorno do ofício que vem da Sedese, que ele seja encaminhado à Comissão de Política também. E essa questão da denúncia, como o Conselheiro Lucas falou. Então eu estou entendendo que, quando ela fala as duas questões, seria isso. Se eu estiver errada, Luanda, me corrija.

PRESIDENTE: Não, acho que ela concordou, não é, Luanda? Acho que foi isso, não é? É isso, não é, Luanda? Pode ser assim? Eu aposto que você está com microfone fechado, não é? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Isso mesmo. Estava com o microfone desligado. É isso mesmo. **PRESIDENTE:** É que eu estou começando a descontar os chocolates que eu estou te devendo, cada vez que (trecho incompreensível) [01:29:29] eu vou ficar descontando chocolate. (Trecho incompreensível) [01:29:35] tem muito crédito ainda. Quem esteve na reunião de ontem, sabe que eu tenho um débito de chocolates com alguma conselheira, mas tomara que ela não goste de muito chocolate. Enfim. Mas, então pode ser feito assim? Então a gente encaminha a denúncia como um fluxo normal, acho que a Consolação já está colocando ali. E aí, eu acho que contempla o pleito da plenária. Eu não sei se... Vocês acreditam que seja necessário colocar em votação esses encaminhamentos? Ou utilizamos... Lucas, quem manda, Lucas? Aí eu peço até para a secretaria executiva, se precisa ser feito a deliberação, a votação ou pode ser feito na forma...**CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Como a matéria, ela sugere aí um consenso, então acho que as matérias de consenso podem ser votadas da forma que o Conselheiro Lucas já sugeriu mesmo. Então acho que quem tem alguma coisa contrária, manifesta. Agora, aquelas que a gente vê que tem algum, que não tem um consenso, eu acho que justifica a votação nominal. **PRESIDENTE:** Ok. Então, vamos fazer a votação no método em que os contrários se manifestem. Estando em acordo, permaneçam como estão. Os contrários se manifestem no chat. São 9h40 e vamos deixar até as 9h42, a partir de agora. Ok, 9h42. Não havendo manifestação, fica encaminhado por consenso. O próximo ponto de pauta seria o Plano de Ação das Ações Socioassistenciais da Portaria 369 de 2020, requerimento da segunda parcela do EPI. Foi feito, daqui a pouco a Consolação pode fazer um resgate do que foi feito ontem. Uma reunião muito produtiva, acredito que a gente avançou em muitos temas, construiu muitas outras demandas (trecho incompreensível) [01:33:20] para este conselho. Foi uma, considero assim, uma reunião que foi muito produtiva, retorno de novo. Temos uma questão de ordem do Conselheiro Hugo? Por gentileza, conselheiro. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Então, presidente, é que agora a gente vai entrar na próxima pauta aqui. É que, daqui para frente – até mesmo para estar atendendo o que o Aloísio colocou – que quando terminar de fazer toda explanação, quando for abrir para as falas, a gente faça igual é feito na plenária, é aberto para 10 falas, para as 6 falas. A gente decide aqui para as pessoas estarem participando e saberem que aí vai ser 6 falas, a gente vai lá e volta. Mas, se caso tenha dificuldade de entendimento, aí sim abre para novas falas. A gente pode diminuir, não vai ser mais... Se a gente acordar aqui que vai ser 6, aí na próxima vai para mais 3 falas e, assim a gente vai, porque daí fica mais fácil, que aí vai corroborar com isso que o Aloísio está colocando, que eu concordo com ele também. Está bom? **PRESIDENTE:** Está certo. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** É isso que eu estou propondo. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** E outra coisa, aí agora eu consegui ligar o computador da prefeitura aqui, eu estou precisando que me dê acesso aqui. Que aí eu vou ter que sair do meu notebook para poder passar para o da prefeitura, por favor.

PRESIDENTE: Uhum. Aí a gente pode até limitar... Então a recomendação seria limitar as inscrições pelo ponto e, se não houver ainda, pode ser feita prorrogação. É isso, conselheiro? **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Isso. É isso mesmo. Que aí no início fala, aí a pessoa vem aqui no chat, coloca o nome, se vai falar ou não. Aí abriu aquelas falas. Terminadas aquelas falas, se ficou dúvida, abre mais um número para falar. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** E quem não consegue se manifestar pelo chat? Levanta a mão? **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Pode ser, Dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Então está bom. **PRESIDENTE:** Então está bem. Então vamos passando então para o ponto de pauta, vamos pactuar então. Vou usar como sugestão o seu número, Conselheiro Hugo, deixando em 6 inscrições. É que o tema, a gente acredita até que foi bastante discutido já. Então até a gente (trecho incompreensível) [01:35:55]. Mas, de qualquer forma, por gentileza, Consolação, podes conduzir (áudio ruim) [01:36:02]. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Sim. Bom dia, conselheiros, conselheiras. Eu vou ler aqui a súmula da reunião de ontem, que foi inclusive encaminhada ao grupo de conselheiros ontem à noite mesmo, para que se houvesse alguma observação, ainda pudesse, para também ser encaminhada para correção. Ou mesmo agora, para quem não teve oportunidade de ler. Então, eu vou ler da forma que foi relatado, então não vai ter apresentação porque ontem a reunião contou com a participação de todas as comissões, e foi aí amplamente discutida. Mas, se alguém quiser esclarecimento, eu retorno ao presidente. Então, primeiro, sobre a Portaria 369, a gente dividiu em duas partes, que é o Plano de Ação das Ações Socioassistenciais e o Requerimento da Segunda Parcela de EPI. Então, presidente, o primeiro, vou considerar ele como o primeiro ponto. Houve apresentação pela Suzane, Cristiano e Gabriele. As metas financeiras totais dessa ação, que o Plano de Ação se refere exclusivamente às ações socioassistenciais, que é uma das ações que a portaria coloca para o estado no termo de aceite. Então esse plano veio para essas ações. Com a meta financeira total aceita, do aceite, total aceita é de 772.800. São equipamentos de proteção individual, aquisição de máscaras protetoras faciais, aventais, luvas, álcool gel, entre outros. 140.370,89. Então essas metas, esse total foi dividido em três grupos, de acordo com o que estava sendo apresentado no Plano de Ação, que ele é dentro de um sistema. Então aonde conseguiu agrupar aquilo que é necessário, respeitando todas as orientações, dividiu-se esse recurso na aquisição de três grupos, está dentro de três grupos de itens. Então o primeiro item é equipamento de proteção individual, que é aquisição de máscara, protetores faciais, aventais, luvas, álcool gel, entre outros, que é de 140.371,89. O outro grupo é de aquisição de bens de consumo, utensílios de cozinha, banheiro, materiais de limpeza, materiais de higienização, entre outros, que é aquisição de produtos de limpeza, produtos de higiene pessoal, colchões, roupa de cama, toalha, entre outros, que é no valor de 369.513,90; E dos eletrodomésticos, terceiro grupo, celulares, computadores, entre outros, aquisição de notebook, lavadora de roupa, lavadora de pressão, entre outros, 262.914,21. O encaminhamento para plenária, pelas comissões reunidas conjuntamente, é pela aprovação deste plano de ação. Aí tem a resolução, mas ela consta com os dois termos, então eu não sei se eu paro aqui para a gente discutir ou se eu posso continuar com o ponto dois. **PRESIDENTE:** Acho que, como ela está na mesma resolução, aí já lê. Podes continuar com o segundo também, por gentileza?

CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA: Perfeito. Então, o requerimento da segunda parcela do EPI, então foi uma exigência do governo federal também, que fizesse esse requerimento para que possa receber essa segunda parcela relativa aos equipamentos de proteção individual. Então, ela é do mesmo valor da primeira parcela já recebida. Então a solicitação é pelo valor máximo, sendo que o aceite foi pelo valor máximo. O uso desses equipamentos aqui se refere aos CREAS regionais. Lembrando que os municípios também receberam recurso, e essa segunda parcela também está disponível para os municípios. Então, que o requerimento foi baseado no aceite feito pelo estado e que foi aprovado pelo conselho, então está tudo em consonância com o que já foi aprovado o requerimento. Só para ter uma noção da memória de cálculo dentro do valor utilizado, é que são 41 trabalhadores dos CREAS regionais, vezes 175, que seria de cada um, e por três meses. Então esse que é o valor total para esse item dos equipamentos, só que isso aí seria relativo a uma parcela, ok? Que é a segunda parcela. Então a comissão reunida ontem também, as comissões conjuntas, elas também dão indicativo à plenária pela aprovação. Aí eu vou repassar aqui agora a resolução. Posso ler, presidente? **PRESIDENTE:** Pode, pode sim. Por gentileza. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Então, Resolução nº 700/2020, dispõe sobre aprovação do Plano de Ação referente ao cofinanciamento de ações socioassistenciais do aceite de recursos federais, e do requerimento para a segunda parcela para aquisição dos equipamentos de proteção individual - EPIs. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, CEAS/MG, no uso das atribuições conferidas pela Lei Estadual 12.262 de 23 de julho de 1997, pela Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social de 2012, NOB/Suas/2012, pelo seu Regimento Interno aprovado pela Resolução 358 de 10 de maio de 2011, e considerando a Portaria nº 369 de 29 de abril de 2020, que dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único para programas sociais do governo federal, Cadastro Único, dispostos pelo Decreto 6.135 de 26 de junho de 2017, no Distrito Federal e dos municípios que estejam em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelos governos estadual, municipal e do Distrito Federal, ou Federal, inclusive a Emergência de Saúde Pública de importância internacional, declara pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus – covid-19. Considerando a Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020, que dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, devido à situação de Emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente ao novo coronavírus, covid-19. Considerando a Portaria 65/2020, que aprova orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social dos estados, municípios e Distrito Federal, quanto ao atendimento no serviço de acolhimento de pessoas idosas ou com deficiência. Considerando a Resolução do CEAS nº 694, de 7 de maio de 2020, que dispõe sobre aprovação *ad referendum* da adesão do Termo de Aceite dos recursos federais para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede. Considerando a resolução do CEAS 695 de 29 de maio de 2020, que dispõe sobre aprovação do *ad referendum* da Resolução 694/2020 que dispõe sobre aprovação *ad referendum* da adesão do Termo de Aceite de recursos federais para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede. Considerando a deliberação da 254ª Plenária

Ordinária do Conselho Estadual, CEAS, ocorrida em 17 de julho de 2020, resolve aprovar o Plano de Ação referente ao cofinanciamento de ações socioassistenciais do aceite de recursos federais no valor de R\$772.800,00, distribuídas da seguinte forma: inciso I –equipamentos de proteção individual, aquisição de máscaras, protetores faciais, aventais, luvas e álcool gel, entre outros. Valor: R\$140.371,89. Inciso II – Aquisição de bens de consumo, utensílios de cozinha, banheiro, materiais de limpeza, materiais de higienização, entre outros. Aquisição de produtos de limpeza, produtos de higiene pessoal, colchão, toalhas, entre outros. Valor: R\$369.513,90. Inciso III – Eletroeletrônicos (celulares, computadores, entre outros), aquisição de notebooks, lavadoras de roupa, lavadoras de pressão, entre outros. Valor: R\$262.914,21. Artigo 2º: Aprovar o requerimento para a 2ª parcela para aquisição dos equipamentos de proteção individual - EPIs destinados aos profissionais das unidades públicas de atendimento do Suas, CREAS regionais, no valor de R\$30.975,00. Essa resolução entra em vigor na data de publicação. Belo Horizonte, 17 de julho. Jaime Alvino Starke, presidente.

PRESIDENTE: Ok, Consolação. Secretária executiva, Consolação, obrigado pela leitura. Obrigado pela clareza das informações. E eu abro o espaço, se os conselheiros quiserem se manifestar. Eu só ia, só, lendo aqui no chat, o Élerson, da Cáritas, e a Luanda, acho que eles saíram durante o período que foi proposto, a proposta da limitação. Não foi uma limitação, foi bem democrático, foi proposto pelo Conselheiro Hugo e por mais outros que se tivesse, mas se não fosse devidamente esclarecido, seria feito, esgotado as discussões no sentido de esclarecimento. Então, não foi feita nenhuma limitação, só foi feita uma indicação de inscrições. E, obviamente, se o ponto não foi sanado, isso aí já é prerrogativa, a gente já tem trabalhado nesse sentido de sempre procurar deixar bem esclarecido todos os pontos antes de passar. E nós não estamos cerceando direito de fala, conselheiro. A gente sempre coloca a questão bem aberta, e assim a gente quer continuar construindo. Está bem? Algum conselheiro que queira fazer a inscrição sobre o tema? Eu acho que até não tem muito, porque a gente acabou discutindo ontem bastante, acho que as comissões. Acho que então podemos, se todos os conselheiros estiverem satisfeitos, a gente pode colocar então em regime de votação. Aí eu vou pedir então para preparar a tela, a tela de votação, e vou chamar a minha lupa para poder enxergar agora. Enxergar os nomes ali. Isso, obrigado, Consolação. Obrigado. Então, vamos só construir lá em cima. Consolação, o encaminhamento. Isso, a aprovação. Requerimento de aprovação, seria da própria resolução, não é? Isso. Isso, perfeito. Então, estando todos os conselheiros, não tendo nenhum registro no chat, estando todos os conselheiros aptos e suficientemente esclarecidos, vamos então colocar em regime de votação. Como vota... Eu, como eu voto? Como Jaime, pela Sedese vota? Voto como: aprova. Como vota Cristiano de Andrade, pela Sedese? **CRISTIANO, SEDESE:** Aprova. **PRESIDENTE:** Como vota Sílvia Souza? Justificou ausência, não é? E como vota Rosália Aparecida... Por gentileza, podem fechar o microfone? Isso, obrigado. Como vota a Conselheira Rosália Aparecida Martins Diniz, pela Secretaria de Educação? Rosália votou no chat, consolação, ela botou: "Concordo". Como vota João Victor de Almeida Chaves, pela Seplag? João Victor botou no chat também, aprovado. Como vota a Cláudia Hermínia de Lima? Ela não estava presente, não é? Isso, a conselheira titular. A suplente, pela Secretaria de Saúde, a Vilma da Silva Costa? **VILMA, SES/MG:** Aprova. **PRESIDENTE:** Como vota o Geraldo Amarildo? Ele não se encontra, pela Secretaria da Fazenda. E o suplente, Conselheiro Silvestre

Dias? **SILVESTRE, SEF/MG:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota, a Cynthia, pela Seapa. A Cynthia justificou ausência. E em seu lugar, a Noelle Prata, da Seapa. **NOELLE, SEAPA:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota o Aloísio – como a Ana Amélia justificou sua ausência – como vota o Aloísio Soares de Lima Júnior, pelo Cogemas? **ALOÍSIO, COGEMAS:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado. Como vota a Haiandra Oliveira, do Conselho Estadual de Assistência Social de Novo Oriente de Minas? **HAIANDRA, CMAS NOVO ORIENTE DEMINAS:** Pela aprovação.

PRESIDENTE: Como vota a Sandra de Fátima Azevedo, pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros? **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a Conselheira Anédia Miranda Farias, pelo Fórum Municipal dos Usuários do Suas de BH? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Aprovado. **PRESIDENTE:** Como vota o Daniel? A Isaura não se encontra. Ela se encontra? A Isaura, nesse momento? Não? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Não, não. **PRESIDENTE:** Está certo. Como vota o Conselheiro Daniel Santos da Cruz? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Também não justificou ainda não.

PRESIDENTE: Ok. Como vota... Deixa eu ver onde eu parei, aqui, como vota a Federação das APAES, a Conselheira Natália Diniz? **NATÁLIA, FEAPAES:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a Ariadna de Almeida Silva, da Federação das Associações Sem Fins Econômicos de Minas Gerais? **ARIADNA, FASEMIG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota o conselheiro João Alves Crisóstomo, pela União das Associações de Pirapora? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Ele não se encontra, então... **PRESIDENTE:** Não se encontra? Ok. Como vota Márcio Caldeira, pela Associação Profissionalizante de Menores, a Assprom? **MÁRCIO, ASSPROM:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado. Como vota Lucas Ribeiro da Silva, pelo Conselho Central de Curvelo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Pela aprovação, presidente.

PRESIDENTE: Patrícia não se encontra, já justificou ausência a Conselheira Patrícia. Como vota a Luanda do Carmo Queiroga, pelo Fórum Estadual dos Trabalhadores do Suas? Acho que alguém perdeu mais um chocolate agora. Luanda? Eu vou passando, de repente ela retorna ainda. Pode ser assim? Como vota a Gabriela de Almeida Loiola, pelo Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas de Salinas? **GABRIELA, FRTSUAS SALINAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Agora nós temos um problema, porque nós temos a ausência e a vacância do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Belo, então, o... **LUANDA, FETSUAS/MG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** A Luanda, não é? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Pela aprovação. Minha internet está péssima. **PRESIDENTE:** Mas não vai ser perdoado o chocolate, Luanda. Não te preocupe. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Pela aprovação.

PRESIDENTE: Está bem. No caso do Hermellis, até nós vamos ter, até informar o conselho por causa da vacância das duas, para não haver perda de representação. Como vota então Antônio Hugo Bento, pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora? Eu acho que ele até já colocou aqui no chat. “Aprovado. Estou sem som”. Eu não sei se o Conselheiro Daniel conseguiu entrar na sala. Acho que ainda não, não é? Bom, podemos então fazer a totalização? Com 18 votos, não é? Então fica aprovada a Resolução 700, que trata do assunto. Próximo ponto de pauta então seria, vamos ver aqui, próximo ponto de pauta seria... **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Está projetado. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Pessoal, vocês me ouvem agora? Pela aprovação, viu?

Eu tentei falar várias vezes, minha internet caiu. **PRESIDENTE:** Não, mas você foi ouvida. Eu aposto que você não ouviu que o seu chocolate acabou de perder de novo. Você está sabendo que isso foi registrado aqui, não é? Não é, secretaria? Está tudo registrado, não é? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Tudo registrado. **PRESIDENTE:** Tudo registrado. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** É porque eu vou ganhar chocolate, viu, Luanda? **PRESIDENTE:** Exato, exato. Gente, por solicitação do Conselheiro Cristiano, vamos fazer um intervalinho de 5 minutos? Para poder retornar então às 10h10, podemos retornar. Nós estamos até com a pauta adiantada, a gente já pode entrar depois no próprio relatório de monitoramento de metas. Pode ser assim? Então, às 10h10 a gente retorna. Pode ser? Então tá. Grande abraço, até mais. Retornando então, vamos então passar então para o próximo ponto de pauta, que seria o Relatório de Monitoramento das Metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual 2016-19. Por gentileza, Consolação, secretaria, pode passar. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Ok, presidente. Aí, da mesma forma, foi tratado com todas as comissões reunidas conjuntamente ontem. Então, eu vou ler aqui. As considerações iniciais apresentadas, o documento foi entregue em março de 2020 ao CEAS. A matéria foi apresentada nas comissões: de política, normas e apoio, foi apreciada pelas comissões, eu que li errado. Reunião da mesa diretora na presente data, foi ontem. Sugeriu a seguinte metodologia, então a gente foi olhando meta por meta e colocando também o que cada comissão já tinha apreciado. E aí fomos discutir as metas, se elas foram cumpridas, não e porquê. Encaminhamento para plenária: pela aprovação, com as alterações de status das metas 3, 4, 12, 15, 16, 19 e 22. As metas 3, 4, 15, 16, 19 e 22 passam para o status de metas parcialmente cumpridas. Não sei se vocês, depois na resolução eu mostro, porque está anexado na resolução. A meta 12 passa para o status de meta não cumprida. As metas 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 17, 18 e 21 tiveram seus status aprovados da forma apresentada, sem observações. Ainda com as seguintes recomendações da Sedese, e ao próprio conselho, levantados pelos conselheiros, meta um: retomar a discussão da cobertura regionalizada para o acolhimento de crianças e adolescentes; envolver o CEDCA na discussão. Meta 2: incluir no planejamento da Sedese a ampliação dos CREAS regionais, envidar esforços para ampliação da cobertura regional. Meta 3: solicitar à Sedese que garanta o financiamento continuado regular, no valor total das parcelas – Isso aqui é do piso mineiro. Recomendar a atualização do valor do repasse do piso mineiro, pautar a discussão no CEAS, utilizar o conteúdo da meta para proposta na revisão do PPAG. Meta 4: envidar esforços para a melhoria do financiamento da Política de Assistência Social; criar um GT do CEAS com representantes de todas as comissões temáticas para avaliação dos recursos do piso mineiro, os instrumentos do Bolsa Família, e ainda escutar os municípios sobre o assunto para propor encaminhamentos. Utilizar o conteúdo da meta para propostas de revisão do PPAG. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Consola? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Oi? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não é Bolsa Família, é Benefício Eventual nessa meta quatro. Isto. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Toda hora eu falo Bolsa Família. É Benefício Eventual, desculpa. Obrigada, conselheiro. Meta 10: recomendar ao Ministério da Cidadania utilizar o modelo de financiamento de Minas como Piso Mineiro –mais flexível – no lugar dos seus blocos de

financiamento que são rígidos na utilização; colocar no relatório que a meta foi cumprida, adotando-se o modelo mais avançado que beneficie os municípios. Meta 14: pautar no CEAS para ampliação da discussão sobre educação permanente. Meta 16: solicitar à Sedese informações sobre comunidades tradicionais, qual a totalidade dos municípios em que elas estão inseridas; Será apresentado ao CEAS quando concluído estudo sobre as comunidades tradicionais que está sendo feito pela Subas e pela Subdh – que é a Subsecretaria de Direitos Humanos – com cruzamento de dados do CadÚnico e dos Direitos Humanos; Sugerido incluir, para levantamento, as organizações dos povos tradicionais. Então chamar as organizações também para o levantamento, ainda que devem ser incluído no levantamento os quilombos urbanos. Meta 19: necessidade de institucionalizar o fluxo em relação ao sistema de justiça; iniciar pela criação da mesa de diálogo com o judiciário e com o Ministério Público, já deliberado pelo CEAS. Meta 20: proposta para Comissão de Normas analisar a possibilidade de aumentar o tempo de mandato dos conselheiros para três anos, quando for tratar da revisão da lei do CEAS. Meta 22: inserir no relatório a separação dos valores que foram destinados para manutenção do conselho; separar do recurso destinado às conferências. Aí posso ir para a resolução? Resolução 699/2020. Aprova o relatório de monitoramento e avaliação do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais, referente ao exercício 2019. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, CEAS/MG, no uso da competência que lhe confere a Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social e a Lei Estadual 12.262 de 23 de julho de 1996, e considerando a Política Nacional de Assistência Social, PNAS, aprovada pela Resolução 145 de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social, que dispõe sobre a diretriz e princípios para implantação do Sistema Único da Assistência Social – Suas, considerando a Norma Operacional Básica aprovada por Resolução 33, do Conselho Nacional, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social – Suas, organiza o modelo de proteção social, normatizando e operacionalizando os princípios e diretrizes de descentralização da gestão e execução de serviços, programas, projetos e benefícios; Considerando a resolução da comissão de gestores tripartites, CIT nº 1 de 22 de fevereiro de 2017, que define as prioridades e metas para os estados e Distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social para o quadriênio 2016 a 2019; Considerando a Resolução nº 2 de 16 de março de 2017, que aprova as prioridades e metas para os estados e Distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento de Gestão para o quadriênio 2016 a 2019; Considerando a resolução da CIB, nº 1 de 12 de março de 2020, que pactua o relatório de avaliação e monitoramento referente às metas para o estado no âmbito do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social para o quadriênio 2016 a 2019, definidas na Resolução CIT nº 1 de 2017; e considerando a deliberação do conselho estadual, da plenária 254ª Plenária Ordinária, realizada em 16 de julho de 2020, resolve: aprovar o relatório de monitoramento e avaliação do Pacto de Aprimoramento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais referente ao exercício 2019, anexo. O referido relatório descreve as atividades e resultados alcançados pela Sedese em relação a cada uma das metas do Pacto de Aprimoramento de Gestão no exercício de 2019. Essa resolução entra em vigor na data de publicação. 17 de julho. Jaime. Aí vem o relatório. Aí, eu não guardei de cor para mostrar para vocês que houve já a alteração, é 3, 4,

15, 16, 19. Então está aqui, a meta três, vamos lá. Meta 3: meta cumprida parcialmente, já alterada. Meta 4: meta cumprida parcialmente. A meta um2 foi não cumprida, não é? Então está aqui, meta um2: não cumprida. 15 e 16. 15: meta cumprida parcialmente. 16: meta cumprida parcialmente. Agora qual que é mesmo? Esqueci. 19 e 22. 19: Meta cumprida parcialmente. 22: Meta cumprida parcialmente. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Oh gente, só estou tentando meu microfone aqui, tá? Vocês estão me ouvindo aí? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Estamos, Hugo. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Muito obrigado. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** E, por fim, foi colocada a separação do valor aqui, recurso total só para o CEAS nas ações, que ficou faltando os anos onde há a conferência, ok? Então foi tudo inserido no relatório. É isso, presidente. **PRESIDENTE:** Ok, Secretaria Consolação. Obrigado pela clareza das informações e nós... Eu sei que nós, foi uma longa tarde em que a gente discutiu, e nós, assim, sentimos – eu lendo esses pontos, eu me sinto bem contemplado. Mas, o Lucas pediu a inscrição. Por gentileza, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Na verdade, presidente, eu só queria ver se há possibilidade de ter um parâmetro de quantas metas foram cumpridas, quantas foram parcialmente cumpridas e quantas não foram cumpridas. Acho que logo no início do relatório tinha essa especificação. Será que a gente consegue fazer essa verificação antes de abrir a votação?

PRESIDENTE: Sim, sim. Acho que se subir um pouquinho mais ali, não é, Consolação? Onde que tu estava, naquele relatório anterior, Consolação. Ali, acho que sobe ali. Acho que ali em cima, diz assim... É essa informação, Conselheiro Lucas? Ali, pela aprovação com alteração do... É essa informação? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Não, ele está querendo as metas todas que foram cumpridas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso, no total. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Você quer que seja totalizado, assim, vamos supor, metas parcialmente cumpridas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isto. Logo no início do relatório que foi encaminhado para gente tinha esses dados. **PRESIDENTE:** Certo, certo. Então seria assim, no caso... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Das 23, 12 foram cumpridas... Esse dado mais geral. **PRESIDENTE:** Podes colocar isso, Consolação? Poderia? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Se me der 1 minutinho, sim. **PRESIDENTE:** Vamos então aí. Se alguém quiser se inscrever durante esse período. Eu só queria, assim, aproveitando mesmo o espaço, agradecer pela riqueza do trabalho que foi ontem, pela discussão. A gente sai assim com... até comentei ontem com outras pessoas, a gente sai muito motivado pela grandeza da discussão, pela qualidade da discussão e pela forma como a gente construiu todas essas questões. Conselheiro Márcio, por gentileza. **MÁRCIO, ASSPROM:** Acho que o Lucas está inscrito antes, não? **PRESIDENTE:** O Lucas falou agora, não é, Lucas? Era isso? Acho que já falou, falou agora. Conselheiro Márcio. **MÁRCIO, ASSPROM:** Ok. Era justamente isso, presidente. Eu acho que a gente avançou muito, enquanto conselho, para que a gente conseguisse avançar nessa pauta, que foi objeto de uma grande discussão em plenárias anteriores. A gente conseguiu, em um espaço de tempo apropriado, para fazer um trabalho excelente, do ponto de vista de amadurecimento e na reflexão sobre todas essas metas. Acho que isso é um ponto extremamente importante de ressaltar, o empenho de todos os conselheiros para que a gente conseguisse alcançar esse resultado. Foi

efetivo, ontem foi uma discussão extremamente rica. Eu não pude ficar uma parte dessa discussão, mas, eu acho que a gente avançou e amadureceu enquanto conselho, acho que isso é muito importante destacar essa participação ativa e efetiva de todos os conselheiros. Foi muito bom mesmo. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Márcio. Obrigado pelas colocações. Eu também, eu ontem tive exatamente a mesma situação, a mesma impressão. Impressão não, a mesma certeza, que foi um debate muito rico, com muitas contribuições. Eu acho que a gente caminha muito para que a gente possa construir, cada vez mais solidificar e construir. Consolação...

CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA: Pronto, pronto. **PRESIDENTE:** Não, desculpa, a Suzane até fez um compilado e ela colocou ali. Lucas fez a inscrição e (trecho incompreensível) [02:16:54] após. Está bom? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Presidente, na verdade, é só mesmo – pegando um gancho na fala de Márcio – fazer uma sugestão para que, já é uma segunda experiência que a gente tem da discussão das reuniões em conjunto, de temas mais densos, que demandam um pouco mais de atenção. Se a gente tornar isso um hábito, que facilita até mesmo a própria condução da plenária, a gente fica mais tranquilo de fazer as votações, alguns outros esclarecimentos que porventura a gente não se atenha nas reuniões em conjunto, mas eu acho que é um fluxo até interessante para esse conselho tornar como rotineiro, essa discussão de temas assim, mais complexos mesmo, que demande um pouco mais de atenção mesmo. Seria essa minha contribuição. **PRESIDENTE:** Eu tenho essa mesma impressão também, Lucas. Eu acho que, não cortando a fala que o próximo inscrito é o Cristiano, mas eu acho que de fato é uma experiência assim, que pela grandeza da discussão, e que muitas vezes o tema é muito importante de ser discutido, e discutido assim, numa forma colegiada das comissões, e o resultado a gente tem visto. Tanto é que agora, por exemplo, são 10h27 e nós estamos já – no caso, eu estou falando a minha impressão, os conselheiros estejam bem à vontade para manifestar – mas a gente já fica mais satisfeito com a discussão que foi feita ontem, até mesmo porque como foi ontem a reunião das comissões, então está bem fresco na nossa memória. Todas as pautas estão bem presentes (áudio ruim) [02:18:48]. Conselheiro Cristiano, por gentileza. **CRISTIANO, SEDESE:** Era só reforçar isso também, que foi falado, porque todo processo foi muito importante. Ele começa com uma análise, começa assim, dentro do processo a gente teve a análise também de cada comissão, com a leitura dos conselheiros também do documento em cada comissão, esclarecimento de dúvidas, e aí a gente tem esse processo das reuniões conjuntas também, que foi muito importante isso que a gente fez também. (áudio ruim) [02:19:24] o que a gente fez ontem, o que eu queria destacar é o consenso, que a gente foi discutindo meta a meta, assunto por assunto, e chegando ao consenso, que acho que é uma coisa bacana. A discussão é importante, os dissensos são importantes também, mas quando a gente consegue chegar nessa negociação consensuada e todo mundo satisfeito com os esclarecimentos, eu acho que a gente vem para a plenária mais seguro e garantindo essa transparência do processo todo que a gente conseguiu fazer. Isso é um exemplo de democracia, de diálogo, de participação e de controle social. Então acho que isso é muito importante. E a outra coisa que eu queria destacar também é também agradecer e parabenizar a Secretaria Executiva, porque ontem a gente finalizou a nossa reunião já era 19:00, eu acho, e depois disso a Secretaria Executiva

continuou trabalhando para que a gente pudesse chegar hoje, aqui de manhã, com as resoluções feitas, com os ajustes todos feitos, com relato que está na pauta, que a gente teve hoje a leitura já feita também com as observações. Então a gente acabou a reunião da plenária ontem, mas a Secretaria Executiva continuou trabalhando. Então é agradecer também a Consolação. Em nome dela, os técnicos da Secretaria Executiva que continuaram também trabalhando para que a gente conseguisse chegar hoje 08:00 e conseguisse fazer essa discussão e esse encaminhamento bem tranquilo e transparente. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Cristiano, obrigado pelas colocações. Deixa eu ver aqui. Eu particularmente fiquei só com uma dúvida ali, contextualmente falando, da resolução, mas aí a Consolação pode explicar. O que a Consolação passar eu já me sinto devidamente satisfeito. Na resolução fala de Pacto de Aprimoramento, que vem do exercício, que vem de uma história de 2016 a 2019, ele menciona ali referente ao exercício de 2019. Lá no cabeçalho e também no parágrafo único, ele seria – só a nível de esclarecimento – ele seria referente ao exercício de 2019 ou ao período de 2016 a 2019? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** É só 2019, presidente, porque é um relatório do monitoramento. Cada ano teve a sua aprovação. **PRESIDENTE:** Ah, sim. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** 2017 aprovando 2016. **PRESIDENTE:** Uhum. Não, só para esclarecimento assim, porque todo ano então é feita essa mesma avaliação. Correto. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** É. Agora finalizou o pacto, era até 2019. Não teve outro, por enquanto. A gente não tem outro pacto em relação a isso, não foi decidido. **PRESIDENTE:** Ok. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Eu já fiz a somatória, tá? Aí está aqui embaixo, foram 11 cumpridas, 10 parcialmente cumpridas e 2 não cumpridas. **PRESIDENTE:** 11 cumpridas, 10 parcialmente cumpridas e 2 não cumpridas. Seria isso, Conselheiro Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso, presidente. **PRESIDENTE:** Então, conselheiros, eu não tenho inscrições mais aqui. Eu não sei se a gente pode... Posso conduzir para o regime de votação então? Encaminhamos então. O encaminhamento seria pela aprovação da Resolução 699. É isso aí, não é, Consolação? 699? Resolução 699. Estando os conselheiros todos satisfeitos, esclarecidos, então vamos abrir o processo de votação. Como vota a representação da Sedese, Jaime Starke? Aprova. Como vota Cristiano de Andrade, representação da Sedese? **CRISTIANO, SEDESE:** Aprova. **PRESIDENTE:** Como vota a Sílvia... Desculpa, a Sílvia não se encontra. Rosália Aparecida Diniz, representando... Só aumenta um pouquinho, porque começou a ficar mais curto minha visão aqui. Secretaria de... Isso, obrigado, Consolação. Consolação é um anjo. Começou a ficar tão pequenininho meu olho, eu não enxergava. Pronto. Secretaria de Educação, Rosália Diniz, por gentileza. **ROSÁLIA:** Aprovo, Jaime. Eu estou com um probleminha com minha internet, eu não estou conseguindo acompanhar um pouco a reunião de hoje. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, conselheira. **ROSÁLIA:** O que eu consegui pegar, está aprovado. **PRESIDENTE:** Ok. Como vota o Conselheiro João Victor Chaves, da Seplag? **JOÃO VICTOR:** Aprovado. **PRESIDENTE:** Como vota a Vilma da Silva Sá Costa, da Secretaria de Saúde? **VILMA, SES/MG:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota Silvestre Dias, da Secretaria da Fazenda? Conselheiro Silvestre Dias? **SILVESTRE, SEF/MG:** Perdoe, perdoe. Voto pela aprovação do relatório. **PRESIDENTE:** Ok. Como vota a Noelle, Noelle Lana da Silva Prata, pela Seapa? **NOELLE, SEAPA:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota o Aloísio Soares de Lima Júnior, pelo Cogemas? **ALOÍSIO, COGEMAS:** Aprovo, presidente. **PRESIDENTE:**

Obrigado. Como vota a Haiandra Pereira de Oliveira, do Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Oriente de Minas? **HAIANDRA, CMAS NOVO ORIENTE DEMINAS:** Aprovo, presidente.

PRESIDENTE: Como vota a Sandra de Fátima Veloso Azevedo, do Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros? **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota a Anédia Miranda Farias, do Fórum Municipal dos Usuários do Suas de BH? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota a Isaura dos Santos Lopes, da Associação Quilombola do Suassuí e Pintagueiras? Ela não se encontra, não é? Ela se encontra, a Isaura? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Não. É o Daniel que vai votar. **PRESIDENTE:** Daniel. Como vota então o Daniel Santos da Cruz, do Movimento Nacional da População de Rua? Ele se encontra na sala, não é? Mas eu vou passar de novo, aí depois eu retorno, se ele conseguir entrar. Como vota a Natália Diniz, da Federação das APAEs? **NATÁLIA, FEAPAES:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota a Ariadna Almeida Silva, pela Federação das Associações Sem Fins Lucrativos de Minas Gerais? **ARIADNA, FASEMIG:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota João Alves Crisóstomo, pela União das Associações de Pirapora? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Não se encontra. O Márcio talvez. **PRESIDENTE:** Como vota Márcio Caldeira, pela Associação Profissionalizante do Menor, Assprom? **MÁRCIO, ASSPROM:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Como vota Lucas Ribeiro da Silva, pelo Conselho Central de Curvelo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Como vota o Fórum Estadual dos Trabalhadores do Suas, Conselheira Luanda do Carmo Queiroga? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota Gabriela de Almeida Loiola, pelo Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas de... Não consegui ler o finalzinho. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Salinas. **PRESIDENTE:** Salinas, é porque cortou ali aquela partezinha. Por gentileza, conselheira. Isso, obrigado. Conselheira Gabriela de Almeida Loiola? Ela votou no chat, pela aprovação. Obrigado, conselheira. Temos então a vacância do Conselho Municipal de Campo Belo. E como vota o Conselheiro Antônio Hugo Bento, pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora? O Conselheiro Hugo votou também no chat, então ele votou pela aprovação. Então, foi uma, só ver a aprovação. Acho que nós vamos ter... **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** 18. **PRESIDENTE:** Muito bem. Então, o relatório e a Resolução 699 aprovados com 18 votos favoráveis, nenhum contra. Nenhuma abstenção. Passamos então para o próximo ponto de pauta, vamos ver o que nós temos de próximo ponto de pauta. Vamos ver aqui. O próximo ponto de pauta, já partimos então para as comissões temáticas. Os coordenadores deverão levar para a plenária as matérias de deliberação que já seja construído o teor do que deverá ser apreciado para deliberação. Podemos começar então pela Comissão de Apoio? Pode ser? Ou qual comissão já está preparada para começar? De repente, como nós estamos antecipando uma pauta que é para as 15h da tarde, gente. Eu não acredito que hoje nós estamos antecipando tão rápido essa pauta. Então, o Lucas aqui pediu, Comissão de Normas. Por gentileza, Lucas. Se já estiver pronto, a palavra está à disposição da coordenação e fica sob coordenação da comissão, está bem?

CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA: Coordenador é o Márcio Caldeira. **MÁRCIO, ASSPROM:** Desculpe, gente. Só um instante, por favor. Pronto, acho que já dá para... A Comissão

se reuniu, nós tivemos a presença aí das conselheiras Cynthia, da Seapa; da Gabriele Sabrina, Sedese; Lucas, do Conselho Central de Curvelo; eu, a Noelle, da Seapa; e da Vilma da Silva, da Secretaria de Saúde. Então na súmula da nossa reunião, nós temos pontos aqui, um desses pontos é o Relatório de Monitoramento do Pacto de Aprimoramento, que ele já foi tratado aqui na matéria anterior. Então a gente já pode avançar para o ponto número 2. A Comissão recebeu a orientação, a partir da deliberação da Plenária Ordinária 152, ocorrida no dia 26/6, encaminhada à Comissão de Normas com a perspectiva de fazer uma avaliação sobre o repasse das emendas parlamentares. A gente, foi solicitado que a Comissão de Normas fizesse uma avaliação e identificasse alguma outra necessidade normativa para a orientação das emendas parlamentares aos municípios pelo Fundo Municipal de Assistência Social, sem passar pelo CEAS. Bom, pode subir, por favor, Consolação. O encaminhamento que a Comissão chegou – depois de a gente fazer um exercício longo de reflexão, pegamos todas as informações disponíveis, com apoio total aí da Secretaria Executiva – a comissão chegou ao entendimento de que as emendas são prerrogativas do legislativo, é um ato discricionário, não cabendo ao CEAS orientar ou emitir normativa para a atuação parlamentar. A gente também... Há um protocolo já estabelecido para a concessão dessas emendas em nível estadual, inclusive a gente já aponta aí o direcionamento dessas emendas, desse portfólio de orientação. Então, o nosso encaminhamento da plenária é que a gente, o conselho estadual, ele não tem autonomia ou prerrogativa de emitir nenhum tipo de orientação ou normativa para orientação da concessão dos repasses referente as emendas parlamentares. Então este é o ponto que Comissão de Norma traz aqui ao pleno do conselho. **PRESIDENTE:** Ok. **MÁRCIO, ASSPROM:** Presidente, a gente vai encaminhar, só temos mais um ponto a partir deste. **PRESIDENTE:** Ah, sim. O que prefere, passar todos os pontos? Seria melhor, não é? **MÁRCIO, ASSPROM:** (Trecho incompreensível) [02:34:16] talvez discutir ponto a ponto, a gente ia gostar. **PRESIDENTE:** Ok, ok. Está inscrito então o Conselheiro Sávio, Domingos Sávio. Por gentileza, conselheiro. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** O entendimento que o Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte faz, (trecho incompreensível) [02:34:38] é um pouco diferente. Eu acho que se trata de recurso público e que há necessidade da aprovação do conselho. E, as entidades quando vão entregar relatório de atividades no Plano de Ação Anual na renovação da inscrição, eles prestam conta da utilização desse recurso. Acho, essa concessão é interessante, você possibilita que a entidade possa estar recebendo do poder público, desde que a prestação de contas seja feita. Não é, não existe. Se você for pensar bem, na Política de Assistência Social a gente não adota o termo descentralização política de repasse de recursos públicos para entidades, e sim repasse de recurso público com autonomia para o órgão gestor, e aí o órgão gestor, através das parcerias, repassa para o setor privado. Diretamente, foi abolido isso. A descentralização política quer dizer repasse fundo a fundo, de órgão gestor federal para órgão gestor municipal, e não de órgão gestor federal para instituição privada com autonomia. Isso daí, esse tipo de descentralização política, ela não existe. A gente trabalha com três tipos de descentralização, duas descentralizações administrativas, que é repasse de recurso municipal para as entidades via convênio e repasse de recurso municipal para construir e constituir a descentralização administrativa (trecho incompreensível) [02:36:43], e uma descentralização política, que é o repasse do recurso federal para o municipal, direto, com autonomia inclusive. Do ponto de

vista da Sedese, autonomia absolutamente plena, como a gente disse ontem, o repasse é do piso mineiro, você pode ser alocado em qualquer local. Chegou ao extremo da autonomia. Essa conquista a gente vem conseguindo desde o início, onde o recurso era (trecho incompreensível) [02:37:13] e agora uma plena autonomia, como a gente reconheceu que o estado faz, ontem nas discussões. Então é isso, a observação. Eu acho que não existe autonomia plena de entidade receber esse tipo de recurso e não ter que presta conta ao conselho municipal de onde ela atua. **PRESIDENTE:** Eu vou passar a palavra para o Conselheiro Lucas, que está inscrito. (Trecho incompreensível) [02:37:47] as informações. Fique à vontade, Conselheiro Lucas. Perdão. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Beleza. Na verdade, essa pauta chegou para gente em um contexto de... Consolação, você poderia subir só um pouquinho? Isto. Foi em um contexto da necessidade de uma normativa ou de uma orientação que dispunha sobre o repasse direto das emendas parlamentares para os municípios. Então nosso entendimento é de que a gente não tem essa competência, até mesmo legal, para poder fazer essa orientação direta para um outro poder, que é o poder legislativo, de dizer para ele como ele deve atuar com relação às emendas parlamentares. Muito antes, pelo contrário, a gente já tem procedimento que já é adotado pelo poder executivo, na figura da Sedese, que já tem um procedimento que auxilia e facilita o direcionamento dessas emendas parlamentares para aqueles municípios que têm uma demanda mais urgente ou que têm uma necessidade, ou uma prioridade, de acordo com os dados que a própria Sedese já tem esse controle. Então, na verdade, é nesse sentido esse encaminhamento e esse posicionamento da comissão. Então a gente não vê essa competência e a gente tem que se ater ao próprio Regimento Interno e a Lei 12.262, que a gente não vai ter essa competência de dispor normativamente como algo de se impor ao legislativo com relação a esse trâmite. Seria isso. **PRESIDENTE:** Conselheira... Secretaria executiva Consolação, por gentileza. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Consolação, Secretaria Executiva. Eu achei muito interessante, concordo com a posição da comissão no que se refere ao ato discricionário, que realmente é prerrogativa parlamentar. No entanto, eu sempre gosto de chamar uma atenção em relação ao conselho, que para além disso, dessa competência legal, o conselho estadual tem uma competência política, de defesa da Política de Assistência Social. É um órgão de controle social. Então, ele não pode em uma resolução, fazer uma resolução determinando a questão das emendas. No entanto, no meu entendimento, posso estar equivocada, mas, no meu entendimento, o conselho estadual tem o dever de orientar quando se refere às emendas. Por exemplo, um deputado quer passar alguma coisa para a área da assistência social, então, se é na área da assistência, não é a questão da aprovação em si, mas de uma orientação, de uma recomendação ao parlamentar de que faça isso na lógica da Política de Assistência Social. Foi assim que a gente iniciou e ganhamos, historicamente, a questão da subvenção social. A gente começou no início – lógico que é bem diferente porque não era uma prerrogativa dessa forma – mas a gente começou e nós ganhamos conversando com os parlamentares. Então eu acho que trazer para eles que a assistência social é organizada e que ela tem fundo, ao invés de mandar para o estado, que já é direcionado para o município, que ele busque um município dentro daquilo que ele necessita. Ele, inclusive, talvez sinta até satisfeito saber que na base dele, ele pode, inclusive, apoiar mais aqueles municípios que estão inclusive voltar o voto para

ele, porque ele vai estar levando direto ao município e não ao estado para fazer. Então, a orientação, a recomendação, eu acho que o conselho, no meu entendimento, ele teria o dever de fazer. Sempre. Em que pese, nós já fizemos isso uma vez, duas, três, acho que é voltar a fazer, é orientar, falar dessa importância, falar como que é o financiamento da Política de Assistência. Então que o recurso dele é bem-vindo, mas é bem-vindo nessa forma de aplicação, entendeu? E falar da forma da aplicação: “Olha, dentro da política nós temos essas ofertas. Esses serviços precisam ser apoiados com esses, com mais aporte de recursos”, nós estamos falando de financiamento da política e que pode vir aí a ser um parceiro esses parlamentares. Então gostaria só de complementar nesse sentido, para o encaminhamento da comissão, que tudo bem, não normativa, mas que seja deliberado na plenária um encaminhamento da construção dessa orientação, recomendação, e que a gente possa começar a fazer um trabalho, inclusive com os conselhos municipais, que eles também oficiem os seus deputados, seus parlamentares regionais falando sobre isso. Eles podem fazer coro com o CEAS para que ele aloque recursos na Política de Assistência Social. Obrigada.

PRESIDENTE: Ok, secretaria executiva. Temos a inscrição do Domingos Sávio. Por gentileza.

DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH: Inclusive, não há nenhum tipo de impedimento para que a entidade receba o recurso. (Trecho incompreensível) [02:43:15] ela vai receber, onde for citado que ela vai gastar, só que esse recurso vai para o Fundo da Assistência Social a nível de município. E caiu no Fundo, os conselheiros têm que ter controle sobre esse recurso. Então, uma prestação de contas à parte do recurso de emenda parlamentar, é super necessário. Eu vou sugerir também, já que se trata de recurso financeiro, que essa discussão, ela seja feita na Comissão de Normas, juntamente com a Comissão de Financiamento. Por favor. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Sávio. Eu pulo a minha inscrição, eu posso deixar para depois. Conselheiro Hugo, por gentileza. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** É isso, gente. Eu concordo plenamente com a fala dos demais, principalmente que as ponderações que a nossa secretaria está trazendo. Eu fico até preocupado, porque o que eu mais ouvi foi isso: “Ah não, porque o poder discricionário, o cara manda para onde ele quiser”, o poder é discricionário, mas nós temos o controle social. E o nosso papel aqui, eu acho que o caminho é esse mesmo, o cara pode fazer, mas a gente pode estar conversando com ele sim. É igual aqui em Juiz de Fora, toda emenda parlamentar que chega, ela passa aqui pelo conselho. Tanto é que a gente tem até reunião extraordinária justamente para poder estar vendo essa emenda. O que a gente olha aqui? A entidade está inscrita no conselho? Está. Quando a entidade não está inscrita, ontem, essa semana mesmo, chegou uma emenda. Até falo, o Aécio Neves está mandando para um asilo aqui de Juiz de Fora, e esse asilo já mandou um documento aqui pedindo cancelamento porque ele está encerrando as suas atividades. Aí o que nós estamos fazendo? Nós estamos encaminhando para eles, para poder falar em tempo hábil para o parlamentar, para ver se ele consegue, se a gente consegue até mandar esse dinheiro aqui para Juiz de Fora mesmo. Aí a gente fala, as outras entidades que tem aqui em Juiz de Fora e que trabalham com essa política do idoso, para que possa facilitar, canalizar esses recursos para uma dessas entidades. Aí que entra, por isso que eu fico preocupado quando ficam colocando: “Ah não, que o poder discricionário, ele manda para quem ele quiser”, porque se não a gente: “Espera aí, mas isso é recurso público”, aí o cara... Como que faz isso se a gente não tem uma política de fiscalização, não temos uma política de orientação e nem nada? Entendeu?

Então aqui em Juiz de Fora a gente faz isso. Inclusive, a gente encaminhou, tivemos até um problema muito sério com a emenda parlamentar da Câmara dos Vereadores porque o vereador achava que podia mandar dinheiro assim, de qualquer jeito, e nós levamos até eles, conversamos com eles. É uma coisa que não é lei, a gente só orienta (trecho incompreensível) [02:46:17] Consolidação está colocando aí. Aí hoje, o que eles fazem? Eles mandam documento para gente e pergunta: “Aqui, a gente está querendo canalizar recurso para essa entidade, ela está inscrita no conselho? Como é que ela está? Está regular?”. Você entendeu? E desse jeito nós estamos trabalhando. Eu acho que o caminho é esse, pelo menos é assim que nós trabalhamos. Não sei, no caso do estado, porque foi até mesmo o que nós estávamos falando em relação a... Eu lembro que, na época quando eu falei, foi até em relação aos automóveis que foram encaminhados, aí teve um município que recebeu duas viaturas. E aí eu perguntei: “Isso passou lá no conselho estadual?”, porque a gente não podia mostrar para ele (trecho incompreensível) [02:47:01] que pode sim, o município pode estar recebendo, mas a gente tem – eu estou até saindo um pouco aqui, divagando um pouco, por que? Para a gente poder estar mostrando que a canalização, que aí a gente tem condições de mostrar para ele que tem outros municípios que estão precisando, quanto aquele que recebeu duas. Você entendeu? Eu acho que o caminho é por aí. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Hugo. Obrigado pelas considerações e pelas falas. Conselheiro Élerson, por gentileza. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Eu gostaria de também referendar as propostas e as sugestões, e falando enquanto entidade que é sempre procurada por parlamentares, de todas as esferas, para executar emendas. Eu creio que essa proposição, sendo feita... Eu acho assim, como o Lucas e a Comissão de Normas já pontuaram, acho que dificilmente nós vamos conseguir incidir, do ponto de vista, quer dizer, nós podemos incidir, acho que a gente deveria fazer uma mudança na legislação, mas acho que isso tem que ser... Isso é federal, tanto as emendas federais, as estaduais, as municipais vêm sempre na mesma lógica, com as mesmas regras, com essa discricionariedade do parlamentar que destina. E, por vezes, o parlamentar não só destina a emenda decidindo para a entidade que vai executar, como às vezes ele quer direcionar a ação também: “Olha, eu vou te dar uma emenda para fazer isso”, uma coisa que, muitas vezes, é totalmente fora da finalidade ou da missão da entidade. Então, no nosso caso, nós somos muito comprometidos com a Política de Assistência Social, a gente não vai fazer nada, por exemplo, em outras áreas. Mas, essa dificuldade que nós temos na assistência social, a gente tem que lembrar também que muitas entidades têm também outras políticas, porque tem emenda para educação, tem muita emenda para saúde, tem emenda parlamentar que muitas vezes vai para universidade federal, tem emenda que vai muitas vezes para hospitais. Então essa dificuldade, ela perpassa não só a política, mas ela perpassa a própria maneira na qual a emenda é feita. Então eu creio que uma proposta nesse sentido deve ser feita não só para orientar o parlamentar, e aí contribuindo com a fala do Sávio, eu acho que tem que ser feito também um apoio às entidades. Acho que o conselho não é só para fiscalizar, aqui a gente parece que fica assim, essa fiscalização do recurso que chegou para o Fundo, e aí as entidades vão ser fiscalizadas se estão cumprindo a execução conforme determina a política. Eu acho que é papel também do controle social, como nós fazemos aqui, como o CMAS BH tem atuado e os outros CMAS, um apoio as entidades na elaboração dos planos ou dos projetos de execução, porque por

vezes... Falo, por exemplo, de emendas parlamentares que às vezes vêm do governo estadual, a emenda foi empenhada lá – vou dar um exemplo muito claro de quem executa emenda parlamentar – a emenda foi aprovada no mês de março, no mês de abril, algo que aconteceu esse ano. Nós estamos entrando no ano eleitoral, então existe uma data limite para pagamento dessa emenda, porque a gente vai entrar no período eleitoral, então chega mês de junho, a data limite para ela ser paga é o mês de junho. Nós recebemos a emenda no mês de junho, aí você tem 90 dias para executar essa emenda. Então eu acho que um apoio aos parlamentares na hora de elaboração da destinação dessas emendas, e um apoio também, estou falando da Cáritas, mas estou falando enquanto entidade e representante das entidades. A gente sabe que 95% das entidades não são de grande porte, são entidades que muitas vezes você tem o gestor e um técnico. Um apoio às entidades, para que elas também possam elaborar esses planos de trabalho, esses planos de ação, em consonância com a política, com a Política de Assistência Social, sei lá. No nosso caso é de assistência social. Porque para focar a execução da ação, a Lei 13.019, o novo marco regulatório que rege as parcerias do poder público com as entidades, ele é muito claro nesse sentido. A gente já passou dessa esfera de achar que a entidade é prestadora de serviço. Eu ainda escuto isso aqui às vezes em algumas falas. Entidade não é prestadora de serviço não, nós somos parceiros, parceiros na execução de um orçamento que é público. E o foco da execução não é simplesmente na prestação de contas, o foco da execução é no cumprimento das metas, é na execução da ação. É lógico, a gente tem que fazer prestação de contas. É lógico que a gente tem que fazer. Mas só para a gente qualificar, não só o debate, mas qualificar também essa execução. Então por isso que eu acho, eu gostaria de referendar, eu acho pertinente demais as colocações, mas é focar um pouco nesse sentido porque a realidade das entidades que a gente tem, são realidades muito pequenas.

PRESIDENTE: Obrigado, conselheiro. A próxima inscrita é a Conselheira Sandra de Fátima. Por gentileza. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Então, assim, uma reflexão nesse sentido das emendas, porque a gente aqui trabalha muito com essa questão das emendas parlamentares. O que eu percebo com essa relação do deputado, ela é uma relação muito com a entidade ou então com o vereador que solicita a emenda parlamentar. E assim, o que eu penso é que a prerrogativa é do deputado, mas a gente tem todo um processo legal para essa emenda chegar até a entidade. Olha, o controle social, o conselho e a gestão, elas, de uma certa forma, não têm como interferir muito nisso aí daí não. O que acontece é que a emenda, quando ela é destinada às entidades, tem que passar pela aprovação do conselho. O conselho, tanto o gestor quanto o conselho têm que acessar o sistema. Tem todo procedimento do marco regulatório, porque todas elas passam, estão sujeitas a legislação (trecho incompreensível) [02:54:31]. Então, o plano de trabalho, avaliação do plano de trabalho pela comissão de seleção, avaliação e monitoramento, porque tem a Comissão de Avaliação e Monitoramento, a prestação de contas. E ainda, quando nós vamos fazer o demonstrativo sintético anual, o repasse da emenda está lá no demonstrativo junto com os outros recursos que a gente recebe para as proteções, e aí a gente também tem que acessar o sistema também nesse sentido para poder prestar conta dessa emenda parlamentar. Então, o que eu vejo é que nós precisamos, enquanto conselho, tanto CEAS como o CMAS, é de buscar a relação com o deputado, que é isso que a Consolidação colocou muito bem na fala dela. Para fazer essa discussão

com o deputado, porque a gente não pode se eximir da discussão e da nossa articulação política com o deputado, porque assim, ele faz a articulação com a entidade... É claro, muitas vezes são bases do deputado, ou mesmo o vereador é referência do deputado e ele quer, de uma certa forma, beneficiar essa base dele. Mas tem toda questão legal depois que chega para nós, tanto para o controle social, como gestão. Aí eu penso que a gente tem que considerar toda essa prerrogativa de que eles podem indicar para qual entidade, mas também a gente buscar uma articulação, estabelecer uma relação para conversar. Porque muitas vezes as emendas, a própria entidade fica meio perdida com o que ela deve gastar ou não o recurso da emenda. E aí você tem que acessar o sistema para saber se foi custeio ou se foi investimento. Muitas vezes a entidade nem sabe se foi isso. Muito obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Sandra. Obrigado pelas colaborações. Conselheiro Sávio, Domingos Sávio. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Queira ainda contribuir com três aspectos. Primeiro, atentar para uma diretriz básica da política. A política tem três diretrizes básicas, que é a participação popular, descentralização política administrativa e a prevalência do poder público na condução política. Eu acho que essa discussão entra muito aqui nessa terceira diretriz. E outra coisa é a necessidade de articulação com o legislativo. Eu queria considerar dessa forma. Eu acho que a gente, existem instâncias de controle social que a gente tem que utilizar. Assim como a gente discutiu ontem, trazer a discussão jurídica, a questão do sistema de justiça para dentro da gestão é importantíssimo, assim como também o poder legislativo, tanto é que a gente começou isso já faz tempo. Na Assembleia Legislativa atualmente existe a comissão de participação popular, foi exatamente pela pressão que a gente fez dessa aproximação com o legislativo. Então é importante o legislativo, assim como outras instâncias do sistema jurídico, assim como a união de conselhos é importante também, assim como o Fórum dos Trabalhadores e o Fórum dos Usuários, Fórum das Entidades, isso tudo é muito importante. E é o seguinte, vou até dar um exemplo, Belo Horizonte começou a receber emenda parlamentar – a emenda parlamentar representava, no máximo, ficou 20, 25 anos representando no máximo, para Belo Horizonte, meio por cento do seu orçamento. Hoje já é quase 3. Só para lembrar para vocês que cada deputado federal e cada senador pode remeter para entidades ou para o poder público na faixa de R\$15 milhões para cada. É muito dinheiro. Sendo que R\$7,5 milhões já é comprometido com a saúde, tem que ser com a saúde e 7,5 com o resto. A gente sabendo disso, a gente manteve contato com deputados sim e tivemos sucesso nisso aí. Então eu até recomendo que os municípios façam isso, peguem os seus deputados da sua região, a gente vai transformar esses recursos em política pública. Muitas vezes esse recurso, e com a concordância do próprio deputado. O deputado tem que ter a consciência de que Belo Horizonte... Belo Horizonte não, de que o Brasil, no trato do problema social hoje, está mais do que legitimado que seja da forma de política pública. Recursos continuados visando a inclusão, feito por profissionais. Então esse é o modelo. Então o modelo de tratar problema social hoje é política pública, política de pública da educação, da saúde, em todos os locais. Então é bom a gente introduzir isso, porque o recurso da emenda parlamentar – é claro, todo mundo sabe disso – era para alimentar a base eleitoreira, até então, mas a coisa muda. Não adianta ficar só com essa ideia e começar a xingar e achar que é assim, não. A gente tem condições de trabalhar com deputado para que ele aplique recurso na política pública. A entidade vai estar recebendo. E o terceiro ponto é

sobre que Belo Horizonte, por exemplo, tem uma gerência de apoio às entidades. Isso é dispositivo importante para qualificar a política, assim como o dispositivo da vigilância, o dispositivo da educação permanente, o dispositivo da mesa de negociação, da mesa de trabalho. Esse está na mesma diretoria, de gerência de apoio às entidades, mais ou menos o que o Élerson estava dizendo, para que essa (trecho incompreensível) [03:00:48] seja viabilizada da melhor forma, o poder público ajuda nesse aspecto também, e que o recurso seja, não é que o recurso tenha que ser público, do Fundo. Público ele é tanto gasto pela entidade, como pelo poder público. É ser governamental ou não, é recurso (trecho incompreensível) [03:01:09] de financiar política pública, esse que é o maior interesse. **PRESIDENTE:** Ok, conselheiro. Obrigado pelas falas. Eu vou pedir sempre para gente ser bem breve, porque os pontos são... eu sei que tem mais uma inscrição depois de mim, continuou com essa mesma inscrição, Conselheiro Domingos? **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Não, não, não. É porque eu havia me retirado da sala e voltei, aí as mensagens (trecho incompreensível) [03:01:37].

PRESIDENTE: Sim, sim. Justamente para a gente ter celeridade no processo, a pauta é interessante. Eu só queria até fazer a minha inscrição. E eu trabalhei muitos anos na Política de Assistência Social captando, justamente também, esses recursos. E quando os deputados têm essa prerrogativa, por isso que eu acho que foi muito pertinente a observação da Comissão de Normas quando ela se detém ao ponto específico que foi levado, que é a questão de normatização da questão das emendas parlamentares, que elas são impositivas, num primeiro momento são impositivas. Na prática, vou explicar, na prática funciona assim: quem apresentar projetos já, ações que sejam mais agradáveis para o olhar do deputado, é assim, infelizmente é assim que funciona. Quanto mais tensionado for, menos recurso vem. O deputado coloca. Vou explicar bem sincero assim, porque isso acontecia muito. Ministério da Defesa, nenhum deputado alocava mais recurso para o Ministério da Defesa, sabe por quê? Porque a rigidez era tão complexa, tão complexa, que às vezes passava de um ano para o outro, para o outro, para o outro, e o deputado que estava com emenda empenhada e não dava o resultado. E aí quem apresentava um rol melhor, de informações, de propostas, era contemplado. Muitas vezes a proposta do Ministério da Defesa, isso eu participei pessoalmente desse debate no Ministério, era assim, era quase... Deputados que estavam lá com emendas, às vezes de 1 milhão, 2 milhões e não avançava pela própria rigidez do próprio processo. Embora todos sigam a questão do Sicon, mas eles têm umas questões ainda dentro (trecho incompreensível) [03:03:44]. O que eu acho muito interessante em todas colocações, acho que foi até a Consolação que falou, e todos depois contribuíram, que é com relação a criar as articulações, criar orientação, criar um catálogo ou um portfólio, como foi colocado, e aproximar mesmo das reais necessidades que os municípios têm, que o estado tem, porque no momento que a gente tem um cartão de visita, um cartão de projetos, uma cartilha de projetos que já vão partir já de uma pré-aprovação dos próprios conselhos, o que já vai facilitar muito os passos adiante. Então por isso que a gente tem que ter um cuidado. Quanto mais nós criarmos alguma situação que restrinja, menos recurso vem, menos recurso é aportado, isso eu posso lhes dizer, que embora tenha umas regras definidas já, mas muitas vezes os próprios ministérios, enfim, criam documentais que às vezes se torna muito difícil. Por exemplo, no Ministério da Cidadania existe um portfólio de emendas

parlamentares, de proposta de ações de emendas parlamentares. Inclusive lá foi colocado assim: “construção de CREAS, CRAS, centro pop”, dentro desse catálogo já tem, inclusive a planta – olha, tem a planta já. O projeto arquitetônico já incluído dentro do próprio... Então isso facilita para os municípios extremamente, porque são passos que eles avançam. Mas é só para poder contextualizar que é importante sim, mas aí eu vejo essa necessidade de criar esse portfólio com projetos, obedecendo, respeitando a nossa peculiaridade, as questões locais, que eu acho que isso é muito importante. O olhar. Daqui um pouquinho o deputado vai chegar lá e vai: “Olha, que interessante esse projeto aqui e está de acordo com a Política de Assistência Social, vou aportar recurso”, então fica até mais, mais agradável, embora eu digo assim, que as emendas parlamentares impositivas, que são as cotas parlamentares que cada deputado tem, para alguns municípios pode representar pouco, mas para alguns outros municípios às vezes uma emenda parlamentar corresponde a um percentual bem considerável do recurso que existe destinado, e isso a gente, isso é importante naquele momento. Mas é só essa a minha contribuição. Eu vou encerrar então, agora eu não sei... Eu tenho tantas inscrições, Domingos, que agora até eu fiquei perdido. Quantas inscrições tem? Tem mais uma depois? Encerra? Então encerra contigo as inscrições, pode ser? Tem o Lucas agora. Na ordem seria: Domingos, Lucas e Domingos, mas aí nós vamos... Aí o Sávio vai... Mas pode ser então a última inscrição com o Domingos, com o Sávio, pode ser? **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Última, presidente, a última. **PRESIDENTE:** Então o Lucas, por gentileza. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Presidente, na verdade, eu só queria evidenciar que a comissão de normas se debruçou em cima daquilo que foi encaminhado para gente. Na reunião do dia 25/06 foi encaminhado para gente, está na súmula da reunião conjunta, proposta para que a Comissão de Normas possa tratar sobre a legislação relativas à emendas, para que sejam destinados diretamente aos municípios, aí criar uma resolução, uma normativa para orientar os parlamentares sobre as emendas serem feitas diretamente para os municípios. Então é isso que a gente está trazendo. E aqui eu estou lendo a própria súmula que foi encaminhada por e-mail para gente na convocação da reunião do dia 25/06. Então a gente se debruçou em cima disso e a gente não avançou para a competência de outra comissão, que seria a Comissão de Política. A discussão... Uma coisa não se exclui da outra. Quando a gente traz que não tem a competência para poder normatizar o comportamento de um poder legislativo, a gente está fazendo uma leitura dentro da competência da comissão de norma, previsto pelo próprio art. 25 do Regimento Interno, o que não exclui o avanço da discussão numa seara política – que aí é o que Consolação traz – dentro da Comissão de Política, porque é competência da Comissão de Política. Então a gente se debruçou especificamente à demanda que foi encaminhada para a comissão, que era no sentido de verificar a possibilidade de normatizar como se dará essas emendas parlamentares, e aí a gente deixa claro que não é competência do conselho fazer esse tipo de normativa. E aí a gente evidencia também essa sugestão que o senhor traz, presidente, de criar esse portfólio de orientação. E aí, eu vou discordar um pouquinho de Sávio quando ele traz para discutir na Comissão de Normas e Orçamento, eu acho que pode ser mais um diálogo mais profícuo e mais aberto da Comissão de Política e da Comissão de Orçamento, porque a gente tem essa limitação, e justamente a discussão foi de tirar essa reserva de competência de análise e aprovação dessas emendas do próprio conselho, algo que a própria

legislação exige que o conselho estadual faça, porque se a lei não exigisse, a gente não teria um feito porque não estaria dentro das nossas competências. Então a gente só o fez porque é da competência e a lei exige que seja feito assim. Então por isso que a gente trouxe esse entendimento, de que não teria essa competência de legislar, trazer alguma normativa para poder se apresentar para um outro poder federado, que é o legislativo. Então é nesse ponto, uma discussão não exclui a outra. A gente só trouxe uma constatação de que não há essa possibilidade de normatizar o ato, que é discricionário e é específico de quem acompanha o legislativo, e que não exclui essa possibilidade de discussão da comissão que lhe é de competência, que é a própria Comissão de Política, juntamente com a Comissão de Orçamento. Eu só queria deixar isso, evidenciar bastante esse ponto. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Lucas. Obrigado. Então, encerrando, seria então o Conselheiro Sávio. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Olha só como esse recurso é passível de financiar política pública, isso que é mais importante. (Trecho incompreensível) [03:11:15] de recurso na área da assistência social é uma coisa gritante. Os orçamentos não são reajustados adequadamente, é muito difícil você trabalhar com política pública (trecho incompreensível) [03:11:25]. E aí é uma fonte importantíssima essa da emenda parlamentar. Olha só, Belo Horizonte fez a requisição para um deputado federal, falar um exemplo claro, mandou o projeto, projeto ele era embasado, era deliberação de conferência, foi deliberação de conselho, é sobre controle social em Belo Horizonte. A gente mantém lá 34 comissões locais de assistência social para os usuários dos CRAS. Belo Horizonte tem cada CRAS tem usuário. A Tipificação Nacional e a 912 fala, em determinados momentos, o seguinte: que você tem que fazer reunião com usuário da política para além onde ele é atendido, então não é no atendimento, é uma reunião com ele para discutir as questões. Ajuda muito em definir demanda, ajuda muito em saber em que condições de vida as pessoas vivem, para que ele possa fazer a crítica ao serviço ao qual ele pertence, que aí você qualifica o serviço. Então, são as comissões locais de assistência social. Difícil para um deputado até entender isso aí. Você podia pedir para uma coisa de um ponto de vista mais visível. Esse exame, inclusive a organização política do usuário com informação, formação, etc. O que nós vamos fazer? Foi aprovado, o recurso está chegando, vai chegar no Fundo Municipal de Assistência Social, a gente vai abrir o chamamento público e quem vai pegar esse recurso para desenvolver são unidades de assessoramento. Pela primeira vez, eu vejo recurso para entidade de assessoramento em defesa de direitos, porque antigamente era só prestador de serviços. Então, na cidade, nós temos lá em Belo Horizonte mais ou menos umas 30 entidades de assessoramento inscritas no conselho – muito mais prestadoras de serviço do que entidades de assessoramento – mas nós temos 30 num rol de 280. Então essas entidades vão apresentar proposta, a gente está desenhando a proposta também, vai tratar da (trecho incompreensível) [03:13:25] popular, informação, etc, etc. Já tem uma perspectiva, a gente já tem uma normatização com relação a isso, em relação às comissões locais e os conselhos regionais, e dá muito fruto. Os nossos representantes dos usuários, por exemplo, que tem no conselho estadual, ele é fruto dessa comissão local. A Anédia foi eleita na comissão local dela, por isso todo mundo ficou sabendo dela, para que ela participasse das assembleias locais e regionais e fosse ser conselheira municipal e está (trecho incompreensível) [03:14:00] conselho estadual, união de conselho, fórum municipal de usuários, etc. É assim. Então isso aí faz parte da

organização política do usuário, que é um preceito importantíssimo, que a gente não pode esquecer nunca e a gente muitas vezes esquece. A questão da participação é a principal diretriz da política. Então, exemplo vivo do que esse dinheiro possa ser utilizado com anuência do próprio deputado federal. Aí depende como da conversa, você também tem que entregar coisa mastigada, entrega um projeto pronto (trecho incompreensível) [03:14:37] esse projeto. E outra coisa, para terminar, é a (trecho incompreensível) [03:14:41] que passe pelo conselho, porque aí o controle da utilização...

PRESIDENTE: Conselheiro, Conselheiro Sávio. Conselheiro Sávio, posso lhe interromper um pouquinho? É porque o senhor precisa ser um pouquinho mais breve, porque o senhor está a 5 minutos falando. Então só para ser mais breve, para a gente não tornar a pauta muito extensa. Então nós vamos fazer uma limitação de horário, de tempo, porque senão a gente fica... A gente acaba até perdendo o objeto da própria discussão. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Tá. **PRESIDENTE:** A gente até entende que o seu tema é muito relevante, as suas ações enquanto o Conselho de Belo Horizonte, são muito importantes, mas assim, só porque a gente vai acabar saindo do tema, e aí a gente acaba perdendo um pouquinho do propósito. Mas, fique à vontade para poder concluir, conselheiro, por gentileza. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** (Áudio ruim) [03:15:36] pedir desculpas, presidente, mas também quero dizer que não é todo assunto que eu entro, entendeu? Eu só (trecho incompreensível) [03:15:43] então eu quero pedir desculpas aí pelo... **PRESIDENTE:** Não, fique à vontade para poder participar de todos, é até um convite, que as suas contribuições são muito importantes para toda a construção. As suas orientações são muito importantes. Mas, assim, mas isso não é só para... Isso é para todos os conselheiros, que a gente procurar... As pautas são muito ricas, e fique à vontade, conselheiro, se quiser concluir. Fique bem à vontade. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Não, está bom, eu já estava concluindo realmente. Eu acho que às vezes a gente fica mais incisivo sobre determinados assuntos, porque eu, a gente, você, todos nós somos da Política de Assistência Social, e quando a gente visualiza uma oportunidade extra e que não estava nos planos, a gente defende mesmo porque é importante, financiamento da política é o nosso gargalo, eu diria assim. A gente vai ver na previsão orçamentária, vai ver na prestação de conta, é aquele mesmo recurso de sempre. Então não tem novidades, muitas novidades. E essa aí pode ser a grande novidade. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Conselheiro Domingos pelas suas contribuições. Partimos então para os encaminhamentos. Coordenador, gostaria de – coordenador ou alguém da Comissão de Normas – gostariam de fazer alguma consideração final desse ponto? **MÁRCIO, ASSPROM:** Sim, presidente. Eu acho extremamente relevante todas as discussões. Gostaria muito de parabenizar a intervenção do Conselheiro Lucas, do ponto de vista da delimitação do estudo que a Comissão de Normas fez em relação a essa demanda que foi apresentada para a comissão. A gente realmente fez essa discussão do ponto de vista do ato discricionário, que não competiria aí ao conselho emitir qualquer normativa nesse sentido. Mas, discutimos muito claramente que isso é uma matéria política do conselho, de atuação política, e eu acho que isso nos remete até mesmo a uma necessidade de a gente qualificar até muito mais as nossas demandas quando a gente apontar nas comissões, para as comissões, porque a gente está aprendendo muito, principalmente nesse ambiente virtual, que às vezes a gente está na ânsia de ter um encaminhamento e a gente pode...

Como é que eu diria uma palavra? A gente engessa bastante alguns processos nesse sentido. Acho que a gente está avançando. Eu acho que as discussões que vieram aqui à tona são extremamente pauta da nossa ação enquanto controle social, e é extremamente importante que a incidência do conselho enquanto controle social em todos os ambientes aí de legislativo, a nível do município, estado, ou até no nível federal, ela é extremamente robusta, porque a gente tem de qualificar os parlamentares, qualificar no sentido de identificar as necessidades da Política de Assistência Social, principalmente para direcionar essa linha de atuação legislativa para o fortalecimento da Política de Assistência. Eu acho que é importante trazer aqui à tona, no conselho, na medida em que ele estabelece essa linha de incidência no legislativo, ele consegue resultados efetivos. O Rede Cuidar é um resultado efetivo de uma incidência política do Conselho de Assistência Social de Minas Gerais no legislativo de Minas. Então a gente conseguiu constituir uma política que se transformou em lei. Uma lei estadual. Uma incidência política do conselho, dentro da Assembleia. Então acho que essa ação é extremamente importante e robusta e, necessariamente, precisaríamos do apoio de todos os conselheiros nessa linha de raciocínio, nessa incidência que a gente tem que fazer, porque acho que esse é o papel, é o papel político do conselho. Acho que a Comissão em si, ela concorda plenamente com todos os encaminhamentos que a gente, que foi apresentado aqui, e a gente está à disposição para que a gente possa fortalecer ainda mais o caminho da Política de Assistência do Estado de Minas Gerais. Essa seria a consideração, presidente, que eu gostaria de fazer em relação a este ponto. Acho que aí a gente precisaria encaminhar agora para o processo de deliberação mesmo.

DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH: Deliberar o que? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Eu me inscrevi aqui. Eu queria fazer um encaminhamento, uma sugestão de encaminhamento.

PRESIDENTE: Pois não. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** De tudo que foi falado, eu acho que poderia, como o Lucas disse, a discussão – e o Sávio, a discussão ser conjunta da matéria da Comissão de Política e Orçamento. Esses pontos levantados iriam para essa discussão das duas comissões, que detalhariam mais, inclusive a forma dos encaminhamentos das sugestões aqui geradas.

PRESIDENTE: Consolação? Eu acho que o Lucas sugeriu que fosse a Comissão de Política. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Isso, está escrito aqui. Já coloquei.

PRESIDENTE: Ok. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Política e de Orçamento. Aí que esses pontos vão para a comissão, e ela então vai detalhar, as duas comissões, e ver essa melhor forma de tratar esses pontos que aqui foram levantados.

PRESIDENTE: Pode ser assim, conselheiros? Encaminhamos a discussão, a matéria, com esses pontos já levantados? Pode ser?

DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH: Ok, ok. **PRESIDENTE:** Ok. Então, de acordo. Nem vou usar agora, Lucas, agora vamos passar direto para a questão sem precisar fazer a votação do... Quem estiver de acordo, fique como está, e os contrários então se manifestem. Ok, então de acordo. Podemos passar para o próximo ponto de pauta.

MÁRCIO, ASSPROM: O ponto número 3 da nossa pauta, que foi uma consulta encaminhada por meio de ofício do CEAS ao TRE - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. O CEAS, ao analisar a resolução conjunta da Segov, nº 01 de 30 de janeiro de 2020, deliberou pela presente consulta, qual seja: como essa resolução pode ser aplicada para o cargo de conselheiro estadual de assistência social no período de eleições municipais? Isso, de acordo com a Lei Federal 9.504 de 97, entende-se por agente público toda pessoa física que exerce, ainda que

transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, ou fundacional. Em caso de o conselheiro concorrer a algum cargo público municipal, há a necessidade de se afastar do CEAS? E em qual prazo? Concluído o período de eleição, em caso de derrota, o conselheiro poderá retornar às suas funções como conselheiro? Esta foi a demanda encaminhada ao TRE. Em resposta do TRE, houve toda uma... A gente trouxe aqui para a tela a resposta que saiu na própria consulta do TRE. Vou ler agora. De ordem do excelentíssimo Presidente Desembargador Alexandre Victor de Carvalho, informo que o e-mail encaminhado pela Sedese ao gabinete desta presidência, em 9 de março de 2020, contendo em anexo o ofício do CEAS, foi objeto de despacho do Desembargador Rogério Medeiros, então presidente, determinando à secretaria judiciária a autuação e distribuição da peça. Na mesma data foi realizada autuação como consulta, sob a relatoria da Juíza Teresa Castro, sendo posteriormente redistribuída ao Juiz Thiago Gomes. Após manifestação do procurador regional eleitoral, o processo foi levado à julgamento na sessão da corte em 6 de maio de 2020. O Tribunal não conheceu da consulta, por meio de acórdão assim ementado. Consulta do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Consulta formulada por Conselho Estadual de Assistência Social, parte ilegítima, por não se enquadrar no conceito de autoridade pública. Caráter concreto dos questionamentos apresentados, requerimento de manifestação desta especializada sobre atos a serem praticados no período eleitoral. Impossibilidade de exame pela via abstrata da consulta. Requisitos legais não preenchidos. Consulta não fornecida. Atenciosamente, Adriana Fátima. O encaminhamento aqui da comissão para o pleno do conselho que é: de acordo com a resposta do TRE, o CEAS não tem competência legal para consulta-lo, conforme o Código Eleitoral, que a Lei 4.737 de 65, no seu art. 30: "Compete ainda, privativamente aos Tribunais regionais". Inciso VIII: responder sobre matéria eleitoral as consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político". Lembrando que o CEAS já tem uma orientação sobre a necessidade de afastamento do conselheiro para se candidatar às eleições. Então este é o nosso retorno aqui ao pleno, de que o Conselho Estadual de Assistência Social não tem competência legal para consulta sobre essa matéria ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro e coordenador Márcio, e toda a Comissão de Normas. Ainda estive, enquanto participante da Comissão de Normas, esse foi um tema que a gente também abordou. Pena que o tribunal não entendeu como algo que seria na questão de orientativo. Infelizmente, enfim, a gente entende. Mas, fica inscrito aqui... Mas, de igual forma, eu acho que a recomendação que a Comissão de Normas fez foi muito eficiente, muito pontual, muito esclarecedora, enfim. Foi compartilhado para os demais, então, embora não houve manifestação do órgão que poderia dar até a segurança jurídica. Mas eu acho que a Comissão de Normas foi protagonista e, liderado pela plenária também, e a orientação é justamente para poder preservar os conselheiros de todo o estado. Conselheiro Hugo pediu a inscrição? **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Não, eu gostaria até que o advogado aí, nosso brilhante advogado Lucas, manifestasse antes, porque eu acho que ela foi de uma arrogância de falar que não tem competência. Que não tem competência? Se você está solicitando uma informação, eu acho que caberia ao poder público nos informar. Eu acho que não precisa ser uma

peessoa, de ser um político ou partido político para perguntar. E além disso, ela é muito dúbia essa legislação. Primeiro, se você pegar a Lei Complementar nº 64, que disciplina isso, aí eles estão colocando lá que o conselheiro tutelar não pode. Correto. Mas ele dá prerrogativa para que o presidente do Conselho de Assistência Social, e os demais conselheiros, também não têm necessidade de pedir o seu afastamento. Eu achei aquilo um absurdo, porque o Conselho da Criança e do Adolescente, ele versa sobre – que eles ficam falando muito sobre parte financeira, e eles que versam sobre essa parte financeira, onde você vai gastar, não pode, aquela coisa toda. E a outra coisa que eles colocam lá, que é o Conselho de Saúde. São os dois conselhos que eles ficam, que eles colocam da necessidade de sair fora com 90 dias antes do pleito. Mas eu aconselho, eu até coloco aqui, que todos nós devemos sair, sabe por quê? Porque se você for olhar, existe jurisprudência de conselheiro que não se abdicou do cargo nesse período e estava fora, não estava nem no Conselho de Saúde e nem no Conselho da Criança e do Adolescente, e posteriormente entraram com recurso para não deixar ele tomar posse, ele até venceu, e é até daqui de Minas Gerais. E se vocês entrarem no Google aí, vocês vão ver – que eu estava pegando porque, como tem essa, eu tenho essa tendência a me candidatar esse ano, aí eu fui poder fazer levantamento. Eu achei um absurdo danado, falei: “Poxa, eu posso ficar no conselho ou não?”, tanto é que o próprio advogado falou comigo que ele concordava que a gente não deveria sair, mas eu fiquei com medo e, na dúvida, até levei para ele. Aí ele até colocou para mim: “Na dúvida, saia, porque é complicado você ficar e depois a gente ter que lutar para fazer aquela coisa toda”. Então eu vou me abdicar, no dia 14 vou encaminhar aqui para o conselho municipal, vou mandar aí para vocês, para todo mundo, caso eu vá sair. **PRESIDENTE:** Poxa vida. Eu vou agora... O Conselheiro Hugo, ele mais ou menos intimou o Conselheiro Lucas a se manifestar. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Ele que é o advogado, ele é tão brilhante nessas coisas, (trecho incompreensível) [03:31:02] da Comissão de Normas. **PRESIDENTE:** Conselheiro Márcio, se permitir. Se o Conselheiro Márcio permitir...**ANTÔNIO, CMAS/JF:** (Trecho incompreensível) [03:31:10], Marcio. Só porque (trecho incompreensível) [03:31:12]. **MÁRCIO, ASSPROM:** Não, perfeito. Sem problema nenhum. **PRESIDENTE:** Aí só trocamos a ordem. Aí ficou o Lucas, como foi intimado. Então, Lucas, à vontade. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Hugo, a sua indignação não é só sua, pode ficar com o coração super quietinho. São os imbróglios que a gente tem dentro do direito eleitoral. Tem coisas muito mais absurdas do que isso. Mas assim, o Tribunal foi correto na sua decisão porque a limitação da legislação dá somente a duas pessoas essa competência de fazer esse questionamento, essa consulta para o TER. Principalmente, qualquer TRE, porque a legislação é federal, então aqueles que se enquadram no conceito de autoridade pública, ou o partido político. E aí, o detalhe que é importante a gente ressaltar, que seria o partido em âmbito estadual, o Diretório Estadual que teria essa competência para poder questionar ao TRE. Mas aí é importante a gente evidenciar que a orientação que este conselho emitiu sobre essa orientação da necessidade do afastamento também contempla, em certo ponto, essa necessidade da desincompatibilização. E, na verdade, ela nada mais é do que um reflexo da desincompatibilização de quem representa aqui no conselho. A exemplo disso, só para poder ficar mais claro como que é de influência. Por exemplo, se eu estou presidente de uma entidade e que tem assento no CEAS, eu preciso me desincompatibilizar

da minha entidade, ou seja, eu tenho que abdicar do meu cargo para que eu possa concorrer, isso se a minha entidade receber recurso público. Então vamos partir do pressuposto que ela recebe recurso público, então eu tenho que afastar do meu cargo, na minha entidade e, conseqüentemente, eu tenho que me afastar dentro do conselho. Mas aí o que é importante ressaltar aqui? Antes mesmo de fazer esse afastamento no conselho, tem que dar essa plena consciência para a entidade, para que a entidade consiga nomear outro representante antes mesmo da sua saída, para que ela não perca a cadeira, porque a cadeira de representação não é pessoal, ela é da entidade. Então, a orientação que a gente emitiu, e teve a colaboração do nosso presidente, é muito clara nesse sentido e dá essas possibilidades para a gente não perder representação, e zelar pela institucionalidade desse conselho. Por mais que o TRE venha com esse balde de água fria nas nossas expectativas, mas ele está correto sim e a leitura que ele faz do art. 30, inciso VIII está correto sim. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Lucas. Obrigado por ter respondido, sempre muito pontual e muito fundamentado. É que a gente sabe que a questão política – eu também já passei por isso, então a gente fica... E ainda mais agora, esse ano, com tanta insegurança com relação a prazos, a questão de adiamento. Então, com certeza, os advogados eleitorais vão ter muita matéria para poder dialogar e para poder construir durante esse pleito tão estranho que vai ser. Mas, passar então para o nosso Conselheiro Márcio que cedeu, eu quero agradecer...**ANTÔNIO, CMAS/JF:** Eu quero só... Oh presidente, eu me inscrevi aqui. **PRESIDENTE:** O Márcio se inscreveu, eu é que pulei. Pulei aqui para o Lucas. Então o Márcio cedeu o espaço para poder... Logo depois é a sua, Conselheiro Hugo. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Não, é que eu pensei que o Márcio fosse encerrar. **MÁRCIO, ASSPROM:** Presidente, já me senti completamente contemplado na fala do Conselheiro Lucas. Então eu retiro a minha intervenção. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Conselheiro Márcio. Conselheiro Hugo. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Oh Lucas, eu concordo com a sua explanação, que é aquilo que a gente entendeu, porque ele fala muito em dinheiro. No meu caso, eu estou aqui pela Associação de Moradores que não capta recurso de ninguém, aquela coisa toda. Aí, quer dizer, aí quando você joga um balde de água fria, é justamente nesse sentido que eu fico indignado: “Mas, poxa, eu não capto recurso, mas se eu ficar, eu vou dançar”. Você entendeu? Eu acho que aí o CEAS deveria estar mandando para todos os conselhos municipais essa deliberação nossa aqui hoje, para poder orientar as pessoas, para ninguém ser pego de surpresa depois. Entendeu? Eu não, eu fui lá, procurei a legislação para ver, mas nem todo mundo faz isso. Tanto é que já teve jurisprudência em Minas Gerais de uma pessoa que perdeu, não pôde tomar posse justamente porque ele não saiu fora do conselho e se candidatou. Aí não pôde, ele ficou, quer dizer... Ele trabalhou, a população foi lá, votou no cara e ele não pôde tomar posse. É covardia. Era só isso. **PRESIDENTE:** Acontece. Conselheiro Hugo, obrigado pelas considerações. Aí surgiu então uma proposta. Eu até não me lembro, sinceramente. Eu não sei até se essa orientação, se ela já foi ou nós já deliberamos, ou como foi. Eu não me lembro mesmo se essa orientação foi tão brilhante construída ali que ela já foi compartilhada com os conselhos municipais. Aí ficaria com uma dúvida e até ia perguntar para o coordenador ou para a secretaria executiva. Sinceramente, eu não me lembro mesmo se foi deliberado já esse encaminhamento. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** A orientação, presidente – se me permite – ela foi feita para os nossos conselheiros à época. Agora está sendo solicitado a extensão aos conselhos municipais. **PRESIDENTE:** Ah, sim.

Correto, correto. A Comissão de Normas está de acordo com esse encaminhamento para que a orientação seja compartilhada aos conselheiros de todo o Estado de Minas? **MÁRCIO, ASSPROM:** A Comissão de Normas não fez essa discussão específica, presidente. **PRESIDENTE:** Ah, sim, correto. **MÁRCIO, ASSPROM:** Enquanto conselheiro, eu estou de acordo. Não tenho dúvida disso, porque acho que é uma extensão das orientações do estado a todos os municípios. **PRESIDENTE:** Correto. Perfeito, Márcio. Obrigado pela contribuição. Eu não posso perguntar para a Comissão de Normas algo que não foi discutido. Correto, correto, Márcio. Consolação se inscreveu agora ou ela já foi contemplada? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Eu só queria... É só uma sugestão, quer dizer, é uma solicitação da Secretaria Executiva, se possível for, é que nós vamos pegar o documento que foi elaborado pela Comissão de Normas, que já orienta, e vamos fazer uma adaptação para o encaminhamento aos conselhos municipais. No que se refere a essa adaptação, gostaria de solicitar a contribuição do Conselheiro Lucas nessa elaboração, para que a gente possa fazer o devido encaminhamento. **MÁRCIO, ASSPROM:** Perfeito. **PRESIDENTE:** Pode ser assim?

MÁRCIO, ASSPROM: Perfeito. **PRESIDENTE:** Conselheiro Lucas se inscreveu também? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Presidente, seria só mesmo uma sugestão, para aqueles conselheiros que estão pré-candidatos ou têm a pretensão de lançar uma candidatura e ainda não divulgou uma pré-candidatura, buscar dentro dos partidos o apoio institucional jurídico, até mesmo para poder fazer os questionamentos e os esclarecimentos mais necessários. Eu sei que é exigência, é uma cobrança e uma exigência da legislação eleitoral, que os partidos tenham assessoria jurídica e assessoria contábil, e até mesmo há recurso público previsto para isso. Então a orientação que eu gostaria de dar, além daquilo que já é previsto dentro da orientação que o CEAS traz e até uma sugestão particular minha, é que procurem a assessoria jurídica até mesmo para ter mais esclarecimentos nesse ponto, e de preferência uma assessoria jurídica eleitoral, porque vai saber dar mais respaldo, principalmente nesse cenário de mudança constante, reviravoltas no cenário político, principalmente para as eleições municipais. Acho que seria fundamental e auxiliaria ainda mais aqueles que têm interesse no pleito. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** É isso aí, Lucas. Aí presidente, só um minutinho. E não precisa, isso não é para colocar nada escrito aqui não. Os negros no Estado de Minas Gerais (trecho incompreensível) [03:40:32] desses conselhos conversar, porque dessa vez vai ser completamente diferente, porque esse financiamento público vai ter que ter um percentual maior para os negros, que seria 30%, alguma coisa nesse sentido, que está sendo votado, deve ser aprovado agora pelo TRE eleitoral lá de Brasília, para gente ficar atendo nisso, por quê? Porque nas últimas campanhas, enquanto eles gastaram 50% de recurso com os brancos, com os não-negros, com os negros só gastaram 12% com homem e 6% com as candidatas mulheres, está bom? É só para trazer uma informação. Quem estiver dentro desses conselhos, conversar sobre a questão racial. **PRESIDENTE:** Perfeito. E aí, encerrando então, eu só vou fazer um pequeno resgate de uma pauta que tivemos ontem. As articulações que a gente comentou tanto ontem, da questão tanto do Ministério Público. Então eu acho que, de fato, as articulações, o fato do conselho e a Comissão de Normas ter feito essa consulta, embora que, como o Conselheiro Lucas falou, foi meio um balde de água fria, mas pode ter certeza que ficou no registro deles ali que o Conselho de

Assistência Social do estado de Minas tem essa preocupação. E é uma forma de a gente começar a construir essas pontes, embora a gente entenda que a legislação eleitoral sempre é uma legislação mais precária, então ela nunca dá aquela segurança para todos. Mas acho que, embora a gente não tenha resultado, o efeito que a gente esperava, mas o fato de que o Conselho de Assistência Social buscou essa orientação para que pudesse resguardar ou poder orientar, enfim. Só para fechar esse ponto. Podemos votar então essa proposta de encaminhamento? Então, convalidado, conforme a secretaria executiva pediu, solicitou. Validado então também pelo Conselheiro Lucas? E eu posso até colocar, enfim, com a contribuição do conselheiro. Se estiverem de acordo com... Está certo, obrigado, conselheiro. Então se o conselho estiver de acordo com esse encaminhamento, não seria, não é necessário fazer... É só por... Quem estiver contrário, que se manifeste. De acordo, permaneça como estão ou se manifestem. Está aprovado então. Ok, obrigado pela colaboração, pelo debate, pelas considerações. Tem mais algum ponto da Comissão de Normas? **MÁRCIO, ASSPROM:** Não, a Comissão de Normas encerrou, presidente. Não temos mais pontos para apresentação. **PRESIDENTE:** Ok. Então vamos fazer um intervalo. São 11h53, nós vamos fazer um intervalo para o almoço e, já na sequência, às 13h, nós retornamos então com... Vamos já acordar quais seriam as próximas, as próximas comissões na sequência? Que aí já fica preparado. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Pelo que consta na Secretaria Executiva, tanto a Comissão de Orçamento, quanto a Comissão de Apoio, ela não tem um relato, uma súmula, porque foi feita com a reunião conjunta ontem. E a Comissão de Apoio tem os encaminhamentos em relação às denúncias, que são aqueles ofícios que são feitos pela comissão, que não necessita da deliberação, está seguindo o fluxo da apuração. **CRISTIANO, SEDESE:** Bom, Política, não é, Consolação? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** A Comissão de Política tem informe. O Cristiano falou que ele tem algumas questões a trazer, está bom? **CRISTIANO, SEDESE:** Beleza. **PRESIDENTE:** Então nós já podemos, vamos então encerrar as duas comissões. Alguém pela Comissão de Orçamento se manifestando. Não há ponto? **NATÁLIA, FEAPAES:** Isso, não há pauta. Natália, FEAPAES. **PRESIDENTE:** Obrigado, Natália. Natália estava tão quietinha. A gente estava até sentindo saudade da sua fala, Natália. **NATÁLIA, FEAPAES:** Oi, estou aqui acompanhando. **PRESIDENTE:** Natália, obrigado. Então a Comissão de Orçamento, como não há pauta. A outra comissão, qual seria, Consolação? Era a... **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Comissão de Apoio. Aí quem pode confirmar a informação. **PRESIDENTE:** Comissão de Apoio? Conselheiro Sávio se inscreveu. Por gentileza, conselheiro. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** A Comissão de Apoio discutiu o Plano de Gestão e também, ela estava com intenção de fazer uma *live* a respeito de orientar os municípios de procurar saber como é que os municípios estão na Política Assistencial, tendo em vista a epidemia. Então a gente... Eu acho que foi até marcado para o dia 28, e aí o assunto, ele foi tirado primeiro a forma sem discutir o objetivo principal. Você tem que ter conteúdo, o que você quer passar. Então eu acho que (trecho incompreensível) [03:46:45] a preocupação com a forma estipulou o dia, estipulou a forma, que é a *live*. Até acredito que seja uma forma interessante, mas ela não foi feita, não se estruturou a programação. E (trecho incompreensível) [03:47:00] então é mais ou menos isso. O que eu quero dizer, que eu lembrei ao presidente a necessidade para discussão orçamentária, que está próxima, de que a gente agilize os trabalhos da Comissão de

Monitoramento das deliberações da conferência. Esse trabalho vai nos ajudar a estudar a previsão orçamentária, porque as deliberações vão ter que ser consideradas aí nas fusões, no ponto de vista prático que eu quero dizer. Então, para gente comparar a (trecho incompreensível) [03:47:39] e a gente vai ter que fazer também o plano plurianual, tem que dar uma lida nele. Então é um trabalho todo anterior para que não chegue aqui uma proposta de previsão orçamentária que a gente não tenha tempo de olhar direito as questões. Então, uma das iniciativas que a gente tem que fazer é justamente isso, que essa comissão passe a funcionar aí de forma até mais rápida para nos trazer quais as principais deliberações, um resumo do que seja principal aí da conferência. **PRESIDENTE:** Ok, obrigado, Conselheiro Sávio, pelas informações pela Comissão de Apoio. Isso, não é, Consolação? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Isso. **PRESIDENTE:** De Apoio. Bom, então ficou para as 13h, iniciando com a Comissão de Políticas. Isso? Pode ser? **CRISTIANO, SEDESE:** A de Política é bem rapidinho, Jaime. Se quiser encerrar agora também. **PRESIDENTE:** À vontade, nós temos dois minutos ainda, fique à vontade. **CRISTIANO, SEDESE:** É bem rapidinho. A Luanda está aí também, o Hugo – que fazem parte da Comissão – a Ariadna, o Élerson e a dona Anédia. Acho que são esses. A gente então fez uma reunião, a última reunião da Comissão de Política foi no início do mês passado, então os informes que a gente tinha da reunião já foram dados na plenária do CEAS que aconteceu no dia 26. A gente tinha a reunião da Comissão de Política agendada para acontecer agora nesse início de mês de julho, só que aí a gente teve que adiar, e aí a gente esperou essa reunião conjunta de ontem, que estava agendada para começar, para acabar às 15h, para ter início a reunião da Comissão de Política, mas como a gente viu, não foi possível fazer a reunião da Comissão de Política ontem também por causa desse... de a gente ter dado essa prioridade para a discussão do pacto. Isso deixou a gente também, apesar de ser, da discussão ter sido boa e de a gente ter utilizado o tempo de uma maneira importante, mas, por outro lado também, a gente ficou com essa situação de não ter conseguido fazer a reunião da Comissão de Política. A gente tem as denúncias que a gente analisa também. Apesar de a gente ter o apoio, ter tido apoio muito bom da Adelmira, que é a técnica da Secretaria, que ajuda a gente na Comissão – bastante organizada inclusive – ela tirou férias, mas a gente estava se preparando para poder fazer essa análise das denúncias. E aí, com essa situação de ontem, não foi possível. Aí a gente está se articulando aqui internamente entre os membros da comissão, para a gente conseguir fazer a reunião na semana que vem, na terça-feira. Porque aí, na terça-feira, a gente consegue fazer a reunião e dar as tratativas necessárias para essa pauta das denúncias que a gente tem, que a gente precisa analisar porque já passou um tempo importante e a gente precisa se dedicar a isso. Então, considerando que a gente não fez ontem a reunião, a proposta é a gente fazer na terça-feira à tarde. Eu estou combinando aqui com o pessoal, internamente no grupo nosso aqui, para gente conseguir agendar essa reunião para terça-feira à tarde e conseguir dar os encaminhamentos para essa pauta que a gente está com ela agarrada. É isso. **PRESIDENTE:** Ok. Ok, Conselheiro Cristiano, obrigado. Então, pela Comissão de Políticas, não é, Consolação? Eu ainda às vezes... É Comissão de Política? Então, ok, então não houve pauta. E aí, são 12h01, então vamos fazer uma pausa para o intervalo do almoço e retornamos então às 13:05, pode ser? Então desejo a vocês um ótimo almoço. Já, já a gente retorna. Aí inicia com a Comissão de Apoio, não é? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA**

EXECUTIVA: Não, aí vai iniciar com o outro tópico porque as comissões já falaram. Vai iniciar com a representação da CIB, os outros pontos que foram incluídos aqui. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Então já partimos para a representação do CEAS na CIB. Ótimo. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Isso, está bom? **PRESIDENTE:** Parabéns, conselheiros. A gente...**ANTÔNIO, CMAS/JF:** (Trecho incompreensível) [03:52:00]. Eu só vou entrar pelas 14h, porque eu venho de ônibus, aí vou demorar para chegar em casa. **PRESIDENTE:** Certo. Mas só cumprimentar, nós estamos simplesmente cinco horas adiantados com a plenária. Então, parabéns a todos pela condução, pela objetividade. Que bom. Vamos então encerrar para o almoço então. Grande abraço, ótimo almoço para todos vocês. **PRESIDENTE:** Boa tarde a todos. Espero que tenham tido um ótimo almoço. Um tempinho para descansar um pouquinho. 13h05, podemos dar continuidade, secretária?

CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA: Sim, está no horário marcado. **PRESIDENTE:** Ok, ok. Então o próximo ponto seria a indicação, representação do CEAS na CIB. Eu até faço a abertura desse ponto que na última reunião da CIB foi colocado – eu não sei se foi na mesa diretora ou no grupo do conselho – que nós não havíamos indicado, não existia. Eu não sabia, na realidade, que além dos conselheiros que já, naturalmente, fazem parte da CIB, haveria uma outra, teria uma outra... Uma indicação, um referenciamento do CEAS na CIB. Eu não sei se a Consolação gostaria de resgatar um pouquinho de como que foi feito sempre as construções das representações. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** No CEAS sempre a gente teve representações, isso é histórico desde que eu entendo quando a CIB começou de ter a representação na CIB, ser aquele conselheiro que representa o Cogemas dentro do CEAS, porque ele já estaria na reunião, então ele faria essa representação. Inclusive, em plenárias anteriores, tinha até o informe específico da CIB, do Cogemas, que passavam para o CEAS para que a gente pudesse acompanhar o que estava ocorrendo na instância de pactuação, e mesmo nas reuniões do colegiado, o Cogemas. Então era assim que era feito. Então a gente tem aí, a Ivone que foi a última a representante, até o ano passado ela estava com essa representação. Antes dela a gente teve a Aloísio. Então são todos do Cogemas... A Lúcia Helena, todos eles eram do colegiado. Eram representantes do Cogemas dentro do CEAS. **PRESIDENTE:** Deixa eu só abrir o microfone, senão não vai dar certo. Enfim, foi colocado então na reunião governamental que aconteceu ontem essa questão, então a gente queria ouvir os conselheiros sobre esse ponto específico se... Como que o conselho pretende construir. Nós tivemos ontem uma fala muito produtiva com relação a representação governamental. E foi unânime que não há... A decisão da plenária seria a decisão tranquila de poder ser referenciado no CEAS. Tenho duas inscrições. Seria o Conselheiro Domingos, por gentileza. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Só gostaria de falar sobre a importância da representação do conselho nessa instância. Em que pese ela ter sido feita pelo Cogemas até então, mas se a gente pode ter duas representações – porque o Cogemas naturalmente já estaria na reunião – uma específica do conselho, eu acho absolutamente prudente. Obrigado. Ou seja, que a gente eleja entre os membros do conselho atual, mais uma representação do conselho, essa seria uma representação oficial mesmo do conselho. Em que pese, já disse, o Cogemas ter feito essa representação. Mas, o Cogemas teria que fazer duas representações, a do Cogemas propriamente dito e a do conselho estadual. Eu acho melhor separar,

o conselho estadual pode ter uma representação. Então vai. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheiro Domingos, obrigado pela contribuição. Conselheira Luanda, por gentileza. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Boa tarde gente, Luanda, FETSuas/MG. Eu concordo com essa fala que o Sávio trouxe para gente, e trago também uma conversa que a gente teve na reunião da sociedade civil, dizendo dessa importância mesmo do CEAS estar lá na CIB, oficialmente. E da conclusão que nós chegamos, que é a de que o Cogemas já está lá representado, naturalmente. Os gestores também, naturalmente, obviamente, alguns...**PRESIDENTE:** Acho que cortou sua fala Luanda. **LUANDA, FETSUAS/MG:** E os representantes da sociedade civil, o conselheiro que fosse representar o CEAS lá na CIB. Então essa foi o (áudio ruim) [00:11:19]. **PRESIDENTE:** Luanda, Conselheira Luanda? Conselheira Luanda, sua voz ficou cortada. Ela teve falhas. Eu não sei se tu podes repetir, por gentileza. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Ou de todos os (áudio ruim) [00:11:38] de uma pessoa, de um representante. Então seria essa a proposta. Vocês não conseguiram me ouvir direito? Ah sim. **PRESIDENTE:** Foi muito picado, sabe? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Então, eu disse que concordo com o que o Sávio trouxe (áudio ruim) [00:12:07]. **PRESIDENTE:** Luanda, cortou de novo. Eu não sei se é só para mim, mas acho que cortou para todos. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Cortou. **PRESIDENTE:** Cortou, não é? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Sim. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Escreve no chat a proposta, Luanda. **PRESIDENTE:** Ela já inscreveu. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Ela vai entrar de novo para ver (trecho incompreensível) [00:12:36]. **ANA, SEDESE:** É só a gente aguardar um pouquinho, ela já deve estar entrando. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Consegui retornar. Desculpa, pessoal, a minha internet cisma de ficar ruim bem no dia da plenária. Então vou repetir novamente. Então, na reunião da sociedade civil conversamos sobre essa necessidade, essa proposta de que seja um representante da sociedade civil, mas nós não chegamos no consenso do nome, aí solicitamos que se for do acordo de todo o pleno, que a sociedade civil faça essa indicação posteriormente a essa plenária, o mais breve possível. **PRESIDENTE:** Temos mais algum inscrito? Lucas, por gentileza, Lucas, inscrição. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Boa tarde, pessoal. Eu só queria evidenciar algo que é importante a gente ter em mente também, antes mesmo da gente fazer essa escolha, é da própria composição da CIB. Ela é regulamentada pela NOB, no art. 130, e ela traz que a CIB é integrada pelos seguintes entes federados: I – estado, representado pelo órgão gestor estadual da Política de Assistência Social e II - Municípios representados pelo colegiado, que é o Cogemas. Então assim, são só esses dois. Então ele é dividido de um lado o estado, de um lado o Cogemas. Ele não menciona o CEAS. Então acho que a participação do CEAS é vinculada junto com os representantes do Cogemas que vão e falam em nome do CEAS. Eu acho que não tem essa perspectiva de ter uma representação específica do CEAS por força, justamente, da própria normativa. Então a gente tem que fazer essa verificação também da composição daquele órgão, que a gente está tratando de uma representação de outro órgão. E para se fazer essa alteração no outro órgão, esse outro órgão tem que deliberar sobre isso. Acho que é importante a gente fazer essa verificação. Luanda traz da questão de ser algo de meta, sim, mas a composição é prevista em resolução. Então a gente tem que fazer a alteração da própria resolução para que seja garantida a representação específica do conselho. Do contrário, continua estado e municípios. O estado, pelo órgão gestor, e os municípios

através do Cogemas. Isso aí não sou eu que digo, é a própria legislação. É só isso que eu queria pontuar. **PRESIDENTE:** Obrigado, Lucas. Bem esclarecedora mesmo, que eu acho que já que como existe uma legislação que trata do assunto, então a gente não tem condição de deliberar, sem antes ter uma análise melhor na questão de legislação e de regramento. A Rosilene, a Rose pediu também inscrição, por gentileza. **ROSILENE ROCHA, SECRETÁRIA EXECUTIVA CIB:** Boa tarde, conselheiros. Meu nome é Rosilene e eu estou, hoje, como secretária executiva da CIB. Então é só para esclarecer alguns pontos, o Lucas trouxe, Conselheiro Lucas, trouxe muito bem. A CIB é uma comissão (áudio ruim) [00:17:12] gestores estaduais e gestores municipais. E a CIT, que é uma comissão entre os gestores dos três âmbitos de governo, União, estados e municípios. Então a CIB é composta, de acordo com a NOB, pelo estado, gestores estaduais, e os gestores municipais que são indicados pelo Cogemas. O que acontece? Acontece que a CIB é uma (áudio ruim) [00:17:45] pactuação e é uma (áudio ruim) [00:17:52] discussão aberta, as reuniões são abertas e ela tem convidados. E o que a meta do PAC traz é a participação do CEAS, como convidado. Então todos os meses, todas as reuniões – eu estou na CIB já há 20 anos, eu componho a secretaria técnica da CIB – a gente encaminha para o CEAS um convite. A gente encaminha para o CEAS, a gente encaminha (áudio ruim) [00:18:20] CEAS, a gente encaminha as resoluções para o CEAS. Então assim, a participação do CEAS na CIB ela sempre... O CEAS é sempre convidado a participar das reuniões porque ele contribui com as pactuações, com as discussões, na verdade – que a pactuação é entre gestores estaduais e gestores municipais – mas, o CEAS contribui com as discussões e também o CEAS leva isso para os demais conselheiros, como informes que (áudio ruim) [00:18:51]. Normalmente, tudo que é pactuado na CIB é (áudio ruim) [00:19:00] pelo CEAS posteriormente. Então era só para fazer esse esclarecimento, porque todos os meses a gente encaminha para o conselho, convidando o conselho para participar da reunião da CIB, porque a composição já é regulamentada pela NOB e pela resolução da Sedese, tem um Regimento Interno, mas ela tem o CEAS como um convidado. Todo mês (áudio ruim) [00:19:25] o CEAS (áudio ruim) [00:19:29], é importante a presença dele na reunião da CIB. É só isso, muito obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Rose, obrigado pelos seus esclarecimentos. E, de fato, 20 anos secretariando a CIB. Importante trazer essas considerações. Temos a inscrição do Conselheiro Élerson, por gentileza, conselheiro. **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Élerson, da Cáritas Brasileira. Boa fala da Conselheira Rosilene, porque ela clareou mais a minha percepção. Eu... Pela composição oficial da CIB, regulamentada, eu entendi que a proposta quando se colocou, logo no início, que precisava ter uma representação do CEAS, própria do CEAS – essa foi a fala inicial da Consolação, depois a fala reiterada do Sávio e de todo o conselho, que ela precisava ter uma representação própria do CEAS na CIB – eu entendi que era um convite mesmo, até porque a composição já estava, já é regulamentada. E aí a Rosilene coloca justamente isso, que é a importância da participação mesmo como convidado, a fim de que possa contribuir nas discussões e tal. Mesmo que depois isso vá passar pelo CEAS. Então a discussão que nós fizemos ontem vai muito, e a fala da Luanda, vai muito nesse sentido. Já que a proposta é que nós estejamos lá com uma representação própria do CEAS, participando da reunião da CIB para contribuir na construção – uma vez que o Cogemas já está lá por direito, que essa presença, que essa representação seja feita por alguém da sociedade

civil para que a gente componha mesmo como convidado, participe das reuniões, a fim de estar contribuindo com o debate. Então só para ficar muito claro isso. Então se a comissão já tem uma regulamentação na qual especifica quais são os participantes, tudo muito claro. Agora, se nós vamos ter uma representação própria do CEAS, não me soa muito bem a gente falar assim: “Ah não, já que nós temos alguém do Cogemas lá, então ele já vai, ele já representa o Cogemas e representa também todo o conselho. Não necessariamente. Então acho que, para mim, eu acho que se a gente vai ter uma representação própria do CEAS, que seja uma representação própria do CEAS. Pode ser alguém do Cogemas? Pode, mas também pode. Eu não sei, mas a proposta que a gente está colocando é um pouco nesse sentido. **PRESIDENTE:** Só para poder esclarecer, Conselheiro Élerson, acho que no chat foi colocado toda a legislação que trata do tema. Eu acho que não é nem uma questão mesmo de verificar que isso está disposto no art. 136, da NOB SUAS, também está previsto... Enfim, está previsto lá também na lei, na resolução. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Não, não. Desculpa, Presidente. Até entendi, acho que isso é tranquilo mesmo. Eu vou muito nessa linha do que a Rosilene está falando, no sentido só de pacto. Não é compor, é só para participar mesmo da discussão. **PRESIDENTE:** Eu acho que participar, como eu participo das reuniões, a gente tem uma grande participação. Agora, pelo chat até fica mais... Pelas reuniões virtuais, a gente sente assim (áudio ruim) [00:23:36], mas a gente tem a participação e sempre é aberto a questão das salas. Tem aqui (áudio ruim) [00:23:45], vou passar aqui... Desculpa, Consolação, até a gente estava comentando. Eu vou passar a inscrição para Consolação, por gentileza. Acho que a Consolação ou tinha alguém inscrito antes? Não, a (áudio ruim) [00:23:56]. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Consolação, secretaria executiva. Eu só quero lembrar, fazer um esclarecimento. As reuniões da CIB, como foi bem colocado, são reuniões abertas. O convite chega (áudio ruim) [00:24:12] conselho, periodicamente. Então todas as reuniões tem um convite, significa que tem uma deliberação de representação. Em segundo lugar, a gente tem no Regimento Interno, que aqui o art. 2º do Regimento – não sei se é o 2º mesmo que vai falar, o 2º vai falar das competências do conselho, ele vai falar que atua como instância de recurso do CMAS e da CIB. E ainda, no 33, ele coloca que acompanhar o processo de pactuação da gestão entre CEAS nacional e estadual, efetivado na CIT/CIB, estabelecido na NOB e aprovados os relatórios, quando são feitas essas pactuações. Então, eu entendo que não é uma deliberação do conselho para integrar como membro da CIB. Então ele não vai fazer isso. Então essa não é a deliberação. A deliberação é que o conselho participe, acompanhe as discussões da CIB. Ele esteja presente lá, então cumprindo o regimento, que ele vai acompanhar, uma forma de acompanhar em processos de pactuação. Então ele estar nessas reuniões é um ganho para o conselho de ter essa, isso aqui trazido em plenário as informações, então é uma deliberação no sentido de ter essa participação. Entendeu? E fazer os informes daquilo que aconteceu lá. Eu entendo que qualquer conselheiro, ainda mais de uma reunião aberta, poderia estar pleiteando uma participação de acompanhar essas discussões. Só que é inviável a gente falar que todo mundo pode fazer porque hoje não é, hoje é virtual. Amanhã é presencial, a gente vai retornar. Então a intenção de ter alguém que faça isso, inclusive otimiza também o aspecto financeiro. Então escolher aqui uma pessoa, por exemplo, a ser indicado, pode ser da sociedade civil, governamental, quem escolher – a sociedade civil, que

inclusive está pleiteando essa vaga, mas eu entendo que é legítimo ter a representação, é em função do Regimento e é em função de trazer isso para o conselho. Eu acho que agrega e muito, como o Sávio falou, é muito importante essas reuniões. Entendeu? Então, eu entendo essa parte toda que foi colocada pelo Lucas, por todo mundo, que eu estou entendendo então que não é compor a CIB, mas é participar das reuniões representando o conselho, para ser esse elemento de trazer as informações para o conselho. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, secretária, obrigado pelos esclarecimentos, pelas informações. O Conselheiro Lucas pediu a inscrição, por gentileza. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Vai muito nessa linha de que Consolação traz, presidente, do encaminhamento ser de a gente indicar um representante para participação dessa reunião. Uma pessoa que vai servir como elo entre o CEAS e a CIB, para poder fazer esse acompanhamento mais próximo das reuniões da CIB, das deliberações, de todo o trâmite que acontece dentro dessa instituição. E, para além disso, verificar a possibilidade de futuramente – até mesmo quando se é colocado dentro do Regimento Interno que este conselho é órgão de revisão, de deliberações tanto do CMAS, quando da CIB, é importante ter a representação na composição da CIB, daquela instituição. Até mesmo para poder ter um acompanhamento mais próximo e institucionalizado e não, tão somente, de participação sem a devida formalidade que lhe é competente. Acredito que seja nesse sentido. Então uma pessoa que tem, que exerça esse papel de acompanhamento mais direto e mais próximo dessas ações. É isso. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Lucas. Obrigado pelas contribuições. Bastante pessoas se manifestaram. A Gabi, a Gabriela Loiola também se manifestou: “Também teria que ver a questão do Regimento Interno da CIB”. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Jaime, eu levantei a mão. **PRESIDENTE:** Ah, eu não vi, Dona Anédia. Desculpa. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Aí eu entro, falei: “Se ele não ver, eu entro”. Eu só quero dizer que eu estou de acordo aí com a Consolação, com o Lucas, que eu como Conselheira, sou da opinião deles aí. Estou dando total apoio a opinião deles. É só isso mesmo. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheira Anédia. Também, Conselheira Anédia, obrigado pela contribuição. Então a questão da representação do CEAS na CIB, pelo que eu entendi, pelo que foi falado, ela esbarra atualmente, segundo o que está hoje em questão legal, na questão da composição. Quanto a participação do CEAS, ela é garantida e é importantíssima a participação. Eu não sei se nós, ao invés de mencionar que a representação do CEAS na CIB substituiria a representação por participação do CEAS na CIB que aí já sairia daqui, embora os outros integrantes, que vamos supor, eu também sou conselheiro. O Cristiano também é conselheiro, o Aloísio também é conselheiro, a Sílvia... Eu esqueci todos os nomes. Eles também são conselheiros, então poderia... A proposta seria então, que enquanto não houvesse até um estudo melhor da questão legal... A Gabi, não é? Isso, a Gabi também. Enquanto não tiver, assim, um aprofundamento, que a própria plenária possa designar um representante da sociedade civil para que seja a pessoa focal, a pessoa que vai representar – quer dizer, que vai... Não representar, mas que vai participar e trazer as próprias visões, as próprias impressões da reunião e ela sempre tem direito a fala. Isso eu posso ter... Que sempre aconteceu. Eu tenho inscrição da Gabriele, da Gabriele. **GABRIELE, SEDESE:** Boa tarde, gente. Posso... Eu estou vendo algumas manifestações no chat. No caso, esse precedente, por exemplo, mudar a composição da CIB. Pelo o que está na NOB/Suas, você pode mudar a composição entre as representantes, por exemplo, ele está falando no inciso II: “Sempre os

representantes dos municípios têm uma regra, tanto de pequeno porte I, tanto de pequeno porte II, tanto de metrópole”. Se o estado não tiver essa composição, desses municípios, aí essa composição pode ser alterada. Não está falando de chamar assim, atores que não sejam gestores municipais ou estaduais porque é o conceito, é uma instância de pactuação e negociação entre gestores municipais e estaduais. Então assim, o que está posto na política, o conselho de CIT, CIB, é esse. Não é essa composição que a gente pode mudar. Então só fazendo esse esclarecimento, mas a participação do conselho, claro que agrega. Então assim, é muito importante. Às vezes um ponto está sendo discutido na CIB, o conselheiro está lá, participa da discussão e consegue trazer para o CEAS, em que pé está a discussão lá, fazer essa interface. Tem pontos que são discutidos, às vezes, na CIB e estão sendo discutidos nas comissões dos CEAS. Então essa articulação, essa integração é muito importante. Mas a gente não muda, mudar a composição, a gente não muda o conceito. O que é instância CIB? Ou a CIT? É a deliberação... Desculpa, deliberação é conselho. É a pactuação e negociação entre gestores. Intergestores, é o nome. Comissão Intergestores Bipartite. Então só esse esclarecimento, mas eu acho que a Rose, a Consolação e todos os conselheiros foram muito felizes na fala. **PRESIDENTE:** Obrigado, Gabriele, pelas informações e os esclarecimentos. Está também inscrito o Cristiano, por gentileza, conselheiro. **CRISTIANO, SEDESE:** Boa tarde, pessoal. Não, mas eu acho que a Gabi já contemplou bastante do que eu ia falar. Eu acho que a discussão é bem importante, a participação sempre é muito importante. A gente tem – a gente comentou isso ontem, a gente tem um histórico, até o ano passado, que era essa representação feita pela representação que era também do Cogemas, no CEAS. Então a gente tinha esse histórico, até o ano passado, de o mesmo representante do Cogemas no CEAS acabava sendo o representante também do CEAS, a função do CEAS lá na CIB. E isso que a Gabi falou, que é essa diferenciação que está na estrutura do SUAS, que é essa instância de pactuação do SUAS envolvendo os executivos municipais e o executivo estadual. Então é como a Gabi falou, é intergestores, intergestores municipal e gestão estadual. Mas a participação de vários atores é sempre importante. A gente tem, por exemplo, o Ministério Público tem acompanhado todas as reuniões da CIB, ele encaminha o representante para participar das reuniões e o próprio (trecho incompreensível) [00:34:29] também, até o ano passado, vinha sendo, contava com a participação da Ivone que era a pessoa que ia representando também o CEAS lá nessa instância. Mas que é uma instância de pactuação entre os executivos. **PRESIDENTE:** Ok, Cristiano. Conselheiro Cristiano, obrigado pelas palavras. Conselheiras Sandra pediu a inscrição, por gentileza. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Então, eu... Primeiro, eu quero parabenizar o Lucas, sabe? Eu acho que ele foi bem pontual e ele trouxe para gente uma clareza da representação na CIB. A CIB, na verdade, ela não é fechada, ela é aberta para quem quiser participar. Mas, compor a CIB, aí eu acho que não tem nem como isso daí. E eu aqui, eu estou aqui pensando comigo: “Um representante do CEAS para participar das reuniões da CIB”, sendo que nós já temos representantes, nós já temos representantes dentro do CEAS que participa legalmente na composição da CIB. A gente... Desculpa pela forma, talvez não seja a forma melhor. Mas, gente, fazemos arranjos para garantir participação. Eu não sei se é por aí. Nós já temos colegas conselheiros na CIB, participando lá. Precisaríamos insistir que tenha um representante da sociedade civil participando? Ou que seja um outro representante? O colega conselheiro que já está lá na CIB,

ele não vai fazer essa discussão, ele não vai fazer essas ponderações e vai continuar trazendo essas discussões da CIB para o CEAS. Sabe? A gente querendo, de uma certa forma, legalizar uma situação que não nos proporciona essa legalidade. E partindo também do princípio que as reuniões da CIB são abertas e todas as pessoas que participam lá podem pedir direito a fala e falar. Então assim, eu não sei. Eu, particularmente, não estou muito simpática a essa questão de ter representante – nessa discussão de agora, da questão legal – de tirar representante para participar de reunião da CIB não. Nós já temos um representante lá, o Aloísio participa das reuniões, o Cristiano participa. Tem mais conselheiros que participam. Teria que, então, definir agora? E as reuniões da CIB, como a Ivone fazia, trazer então para a pauta do CEAS e socializar com o CEAS isso daí. Porque, senão a gente começa a criar coisa em cima de onde não existe, sabe? Eu me preocupo muito com isso. É nesse sentido que eu gostaria de colocar e, assim, desculpa se eu não fui... Se alguém não sentiu, se sentiu, de certa forma, desconfortável com a minha fala. Mas nada contra ninguém, contra grupo nenhum. É só para gente começar a partir do que está posto, para não ficar criando mais coisas. Só isso, muito obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Sandra. Obrigado pelos seus esclarecimentos, pela sua fala. Conselheiro Lucas está inscrito, por gentileza. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Presidente, eu prometo que vai ser a última manifestação com relação a essa temática. Eu queria pegar um gancho nessa fala de Sandra e queria propor, na verdade, para gente poder superar essa temática e avançar para as demais pautas. Eu queria então sugerir que fosse formado um grupo desses integrantes da CIB, dentro do próprio CEAS. Não sei qual o nome a gente daria, seria uma comissão ou se seria um grupo de trabalho, que seria a reunião desses que integram a própria CIB para que eles, em conjunto, façam a voz do próprio conselho. E aí gente vai ter uma participação maior, a gente vai ter mais formas também de ter o acompanhamento dessas deliberações, dessas pactuações da CIB. A gente consegue também ter um retorno mais efetivo também se a gente conseguir ter essa unidade, desses Conselheiros do CEAS que também integram a CIB. Eu acho que seria nesse ponto, ter esse grupo fixo para gente ter como em mente: “Ah, quem que é o pessoal da CIB?”, “O pessoal da CIB é aquele pessoal ali que se reúne e traz as demandas, as deliberações, as pactuações, as informações da CIB para dentro do CEAS”. Eu acho que seria nesse sentido. Também pegando um gancho nessa fala de Sandra, até mesmo para gente poder aproveitar e valorizar aquilo que a gente já tem, porque eu acredito que quando a gente tem uma representação dentro do CEAS e também tem uma representação que tem poder de voz e voto dentro da CIB, o fortalecimento do próprio controle social e do próprio conselho fica mais forte. **PRESIDENTE:** Obrigado, Lucas, pela manifestação bem oportuna. Éleron, Conselheiro Éleron, por gentileza. **ÉLERON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Então, só para esclarecer mesmo e também problematizar, porque eu estou entendendo... Se eu, com a fala da Sandra, se a gente vai nessa linha, esse assunto nem deveria ter sido colocado em pauta. Pelo o que Consolação explicou lá no início, a própria CIB sempre enviou para o CEAS um convite solicitando uma representação específica do CEAS. Então não é que nós estamos querendo criar – se eu entendi, vocês podem me esclarecer um pouco melhor depois – a própria CIB sempre solicitou, tanto é que foi reiterado que havia, e aí o CEAS fazia uma opção de colocar uma representação dentro da CIB que já estivesse lá para fortalecer e era alguém do Cogemas. Então eu

entendo o que Sandra está falando, mas há uma consciência da própria CIB no sentido de que as pessoas que lá estão... E aí eu queria contrapor, problematizar nesse sentido. Eu não concordo com essa afirmação de que o conselheiro, esteja aonde ele está, ele está em nome do CEAS. Eu não concordo com isso. Por exemplo, eu sou conselheiro aqui do conselho estadual, ao mesmo tempo a gente está participando do Conepir, eu estou em outros conselhos e estou em outros espaços de instância de controle social e eu não estou em nome do CEAS. Então eu acho que a gente precisa separar isso. Então eu não concordo nesse sentido, até porque eu tenho uma premissa muito forte, que acho que o representante não fala pelo representado. Isso é... Eu acho, a pessoa que está lá representando, imagina os conselheiros que aqui estão e fazem parte da CIB, eles estão institucionalmente representando determinados órgãos, prefeituras, cidades. E aí, ele vai tomar, muitas vezes, as decisões baseada com a construção que ele fez com aquele órgão. Então ter uma representação do CEAS lá, e nem sempre essa construção, esse posicionamento... Eu estou falando, nunca participei, mas estou colocando um pouco isso, como o processo às vezes se constrói. E nem sempre os posicionamentos dos órgãos e dos colegiados, eles são convergentes. Às vezes, os posicionamentos são divergentes. Então acreditar que muitas vezes: “Ah, não, porque nós temos conselheiros lá e os conselheiros que lá estão vão ter um posicionamento convergente? Pode ser que sim, mas pode ser que não. E se não for? E se o pensamento do CEAS é deliberado e aprovado pelos conselheiros, majoritariamente, for divergente ao pensamento de determinado órgão que a pessoa que está lá CIB esteja representando? Então eu gostaria de colocar um pouco isso, assim. Eu acho que, se o assunto veio em pauta, primeiro, eu entendo que ele vem em pauta porque a própria CIB acha que é importante ter, mesmo que seja como convidado, a participação de um representante específico do CEAS, para colaborar na construção. Essa é a primeira coisa. A segunda coisa, eu acho que é nesse sentido. Não acredito que – e aí eu divirjo um pouco tanto com a Sandra, quanto com o Lucas, eu divirjo nesse sentido. Eu acho que o fato de você ter conselheiros lá facilita? “Ah, já estou lá, é lógico que isso facilita”. Acho que essa é a proposta que o Lucas colocou. Eu acho que tem mais uma reunião, acho que vai complicar mais ainda, mas se pensar dessa forma que possa ser. Eu acho que não tenho grandes objeções, mas eu acho que o fato de você ter conselheiros lá, não quer dizer que eles estejam em nome do conselho não. Então aí eu reiteraria a proposta que foi da sociedade civil, que eu acho que vai contribuir muito, nós temos uma representação própria do CEAS e que ela seja da sociedade civil. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro, pelas falas. Só esclarecendo que não foi uma demanda da CIB, certo? Não foi uma demanda de representação do CEAS na CIB. Isso foi um diálogo que aconteceu na mesa diretora do CEAS, na prévia da reunião da CIB que aconteceu na semana passada. Certo? Conselheiro Márcio, por gentileza. **MÁRCIO, ASSPROM:** Conselheiros aí, boa tarde. Eu acho que eu vou muito na linha que Élerson fez a defesa, nesse sentido. Acho que, entendendo que o espaço da CIB é um espaço extremamente importante para o controle social, e dentro da discussão da sociedade civil, a gente entende sim como é importante esse espaço. E como, também, a sociedade civil poderia estar integrando esse espaço de uma forma mais efetiva. A gente reconhece, sim, as delimitações objetivas e normativas colocadas aí pelo processo dessa representação, mas entendemos também que é um espaço de participação porque nós não podemos ser tão ingênuos. A gente está junto

dentro de um conselho de assistência social, a gente tem os seguimentos aí, cada segmento tem a sua visão política de muitas coisas e a gente trabalha em uma convergência amadurecida, em relação a uma política que a gente quer construir de uma forma conjunta, mas a gente também não pode ser tão ingênuos e separar e colocar tudo dentro de um mesmo contexto. Acho que é importante a gente ter essa clareza dos posicionamentos políticos, das convergências que os grupos tem e, principalmente, do foco que a gente quer chegar que é o fortalecimento de uma política pública, uma Política de Assistência Social que ultrapasse os limites da representação de cada seguimento dentro do conselho. Acho que a ideia da sociedade civil é justamente trazer essa visão também da sociedade civil, trazer a visão da CIB para dentro da sociedade civil. Não estou falando que o conselho não traz, o conselheiro que é representante não traga essa visão. Mas são posicionamentos que nos dão uma clareza de lugar mesmo, de seguimento. Então é nesse sentido que a gente está trazendo essa proposta, dessa participação nessa reunião, que seja de sociedade civil justamente para que a gente possa contribuir de forma bem efetiva no processo. Eu acho que a gente tem as nossas divergências. Eu acho que isso é muito claro em qualquer processo democrático, isso faz parte dos processos competitórios. Mas é muito importante que a pactuação das proposições políticas, que a gente constrói dentro do conselho, tenham essa linha, essa perspectiva maior de participação. Eu acho que não é proposta da sociedade civil de ultrapassar os limites normativos que definem esses lugares, mas assim, que a gente possa ampliar a participação política. Eu acho que esse é um caminho que a gente está querendo trazer aqui com essa proposta que foi já apresentada. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Márcio, obrigado pelos esclarecimentos e informações. Conselheiros Domingos Sávio, e aí eu encerro. Bom, seria eu o último a... Encerramos então? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Depois eu, presidente, tem o Sávio e eu me inscrevi. **PRESIDENTE:** Então, antes tem o Domingos, tem Consolação e tem eu. Para a gente poder avançar no ponto. Conselheiro Domingos, por gentileza. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Eu acho que a primeira parte, a gente superou. A questão é da participação e não o fato integrar a equipe lá de pactuação. Então essa aí eu acho que já foi superada, a gente já esclareceu com esse debate. Segunda coisa, é que o Élerson, eu concordo com ele. O fato de estar presente lá, não quer dizer que esteja representando oficialmente. A representação (trecho incompreensível) [00:49:31] não quer dizer, vai ter que listar os principais atores, fazer a comparação com o que a gente tem discutido aqui. O que vai nos (trecho incompreensível) [00:49:41] essa reunião. A informação mais politicada, uma informação que, inclusive ela tem a tendência de virar pauta dentro do próprio conselho, começar por informes, mas pode suscitar pautas importantes aqui também. Esse é o motivo da representação. O terceiro, eu acho que a gente já poderia escolher essa pessoa, a gente já esclareceu o principal, que é o fato de que a pessoa vai estar lá representando o conselho, mas não participando. Isso aí já superamos e a gente... Podemos encerrar o assunto. Eu acho que está devidamente esclarecido. **PRESIDENTE:** Eu acho que inverteu. Seria participando e não representando. Isso, não é? **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Não, representando o conselho. Lógico. Representação do conselho, inclusive esse conselho, a atual gestão, ela é muito nova. Ela tem que cuidar das suas representações. Não pode sair todo mundo aí representando, é um negócio muito importante. A gente tem que ter ciência de quem está representando o conselho e onde.

Inclusive, uma planilha para saber dessas representações, de vez em quando, do que está sendo discutido... é uma responsabilidade muito grande. Um conselheiro, não pode chegar em qualquer reunião e falar assim: “Eu represento o conselho estadual”, não. A representação do conselho estadual tem que ser delegada, ela ditaria e, na forma da plenária que foi colocado aqui, de forma mais participativa. Ela é delegada, a responsabilidade é imposta a pessoa. A pessoa fica com aquela responsabilidade. (Áudio ruim) [00:51:18] ela tem que ter o respaldo do conselho oficialmente, a aprovação em plenário. Então é isso que nós estamos fazendo, essa pessoa vai estar lá (áudio ruim) [00:51:26] as informações oficialmente e com responsabilidade, sabendo (áudio ruim) [00:51:32] instância de pactuação ao gestor, etc, mas a possibilidade – seguindo os argumentos do Márcio aí, muito importante, não vou ficar repetindo – é importante a gente saber. Agora, a representação, ela tem que ser oficial. Ela não pode ser feita a qualquer momento. **PRESIDENTE:** Sim, sim. A gente... Concordo. Conseguiu concluir, conselheiro? Então seria só... Cortou um pouquinho a ligação aqui. **DOMINGOS SÁVIO, CMAS BH:** Já terminei, obrigado. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, conselheiro. Agora é Consolação, por gentileza. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Queria contribuir com o que está sendo dito, no sentido assim, toda hora está falando de representação, representação. Aí eu queria trazer uns elementos, que eu acho que faz parte da gente fazer até tecnicamente mesmo. O conselho e a Sandra me chamou muito a atenção pra isso. O conselho é um conselho uno, quando a gente fala representação de CEAS, CEAS é a somatória do governo e sociedade civil. Eu entendo a solicitação de ampliação de participação, falado pelo Márcio, inclusive, concordo com ele. Então eu estou entendendo de uma ampliação de participação, porque representação, representação, o presidente do conselho está na CIB. O representante legal do conselho é o presidente. Então ele, inclusive, carrega a representação com ele. Logicamente, o que eu estou entendendo da representação, é de ter, a sociedade civil quer também participar, ter uma pessoa para facilitar isso, estreitar essa questão da representação. Então eu estou entendendo a demanda nesse sentido. E também que a representação, ela não se dá simplesmente na delegação da representação. Ela só pode ser feita baseada naquilo que o conselho vem discutindo, ou seja, nenhum assunto é novo, opinião pessoal. Então a gente também tem... Pensando nisso, a gente aproveitar, falar tudo que é representação. Então, é representação daquilo que é deliberado, daquilo que é discutido no conselho, do que o conselho está... O que ele deliberou mesmo, consensuado. Então é isso que é a representação. Então, é só para trazer, compor um pouco mais essa questão. E aí, o que eu acho do encaminhamento, como o Sávio então colocou e o Márcio muito bem, é a ampliação da participação. Como é um espaço muito importante, um espaço também de capacitação, da gente poder participar e prestigiar essas discussões, é a ampliação desta participação. Sabendo que, quando o conselho é chamado, a pessoa pode ser delegado a ela, se for, e falado o nome do conselho, é de que foi realmente por ele deliberado e consensuado e tem os outros conselheiros, o presidente vai estar presente, outras pessoas, inclusive da mesa diretora. **PRESIDENTE:** Ok. Secretária, obrigado pelos esclarecimentos. Nós poderíamos até então, só para nós podermos fazer o encerramento porque eu, até eu achava que isso aí seria uma pauta bem rápida, mas aqui precisamos entender, primeiro, que é sim uma instância de pactuação entre gestores. Não minimizando, não, de maneira alguma. Não querendo diminuir a participação da sociedade, pelo

contrário, as reuniões são feitas e são trocas de informações que devem acontecer. Eu acredito que, de repente, nós teremos sim, mesmo que aprimorar as informações que são produzidas na CIB enquanto nós estivermos ali representando, de trazer os informes da CIB dentro, como um ponto específico, dentro da plenária. Muito embora os conselheiros não podem participar... Nem todos conseguem participar da reunião, mas nós, enquanto estivermos lá, a gente como bem falou, eu estou como presidente do CEAS. Eu carrego sim essa responsabilidade como presidente do CEAS, embora eu esteja também como coordenador da CIB, muito embora tenha essa dupla condição nesse momento. Mas a participação do CEAS na proposta que está sendo construída, na questão de ter alguém da sociedade civil, não é... Ela é pertinente, para poder até colaborar, enfim, porque a fala fica sempre aberta. Não é restrição de fala, as pessoas ficam bem à vontade para poder contribuir. O Lucas pediu um esclarecimento e a Sandra pediu uma inscrição. Aí a gente... Se alguém quiser (trecho incompreensível) [00:57:15] que tiver de chegar em um ponto ou se achamos que não tem como levar adiante essa questão, então aí vamos vencer esse ponto, pode ser assim? Lucas, por gentileza. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Presidente, eu vou ser bem breve. Eu acho que é importante o controle social, ele também seja o mais estratégico possível. E, partindo desse princípio – porque também é uma seara política – e partindo desse princípio, a gente está fazendo uma discussão de um lado, uma representação que só tem direito a voz e de outro nós temos uma representação que tem direito a voz e voto, porque são conselheiros que também integram o CEAS e que também integram a CIB. E que tem direito a voz e voto e, de outro lado, só uma representação que vai ter só direito a voz. Eu acho que seria importante a gente pontuar isso, porque a gente também tem que ser estratégico no viés de controle social. Então, se a gente quer que além da voz, ter algum poder de decisão, alguma coisa nesse sentido, a gente tem que primar por aquilo que é mais benéfico. É essa a minha consideração. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheiro Lucas, obrigado pelas suas considerações. Conselheira Sandra, por gentileza. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Eu até tinha digitado aí para gente se ater ao texto da pauta, então, depois da fala do Élerson e do Márcio, mas cada vez mais que a gente discute, vai aparecendo elementos... E, que de uma certa forma, vai contrapondo essa proposta de ter representante do CEAS na CIB. A fala da Consolação e a fala do Jaime, agora, depois da fala da Consolação – foi por isso que eu me inscrevi – vai deixando cada vez mais claro isso daí. Olha só, o representante oficial do CEAS, que representa é o presidente está lá e nós temos outros colegas, conselheiros também, que vão estar lá. Ampliar essa participação, ela, de uma certa forma, já existe porque as reuniões da CIB são abertas. E aí você pode ir, pode participar. Então, eu não estou conseguindo agora, diante disso daí, entender essa necessidade de se ter um representante do CEAS na CIB com direito somente a fala. E isso sim, quer dizer assim, que de uma certa forma, o CEAS já está lá, de uma certa forma, representado. Então cada vez mais, eu acho que essa discussão, eu não consigo entender... Para mim ela não está amarrada para gente deliberar, sabe? Eu não tenho essa clareza agora mais não, sabe? Cada vez que a gente discute aparece elementos novos. Que vai de contramão do que está sendo colocado. Obrigado. **PRESIDENTE:** Entendo, Sandra. Agora, conselheiros, encerrou então as inscrições. E aí tem, eu posso fazer um consenso aqui. O Lucas colocou uma questão muito importante, que foi o último texto: “Um grupo de trabalho com conselheiros estaduais que compõem a CIB para trazer as

informações para o conselho”. Isso, eu acho que temos assim, uma relevância, até mesmo porque tem uma rotina. Eu não entendo se seria possível fazer essa composição assim, nesse sentido.

CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA: Posso contribuir? **PRESIDENTE:** Pode sim. Só tem uma fala, deixa eu só.

CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA: Aham, tem. Tem Daniel.

PRESIDENTE: Nós temos... O Élerson colocou: “Nós temos conselheiros aqui no CEAS que são suplentes e só tem direito a fala. Estou entendendo que isso é considerado participação menor”. Não. Não. Não com relação ao tema. Pode, tem o Daniel, se inscreveu. Bom, eu tinha dito que eu ia encerrar, mas vamos encerrar na Consolação então, por gentileza, porque aí senão aí a gente... Daniel, por gentileza.

DANIEL, MNPR/MG: Boa tarde. Eu gostaria de saber, é que ontem eu até solicitei, eu não acompanhei um pouco essa do período da tarde, a reunião. Eu gostaria de solicitar uma possibilidade de que para participação da CIB, não seja somente de trabalhadores não, seja também usuários também da CIB. Sabe? Eu acho que é possível, sim, a gente ocupar mais espaço de luta e de articulações. Entendeu? E que não seja somente uma vaga, que a Sedese possa indicar ao CEAS, mas que seja mais de uma. É somente isso.

PRESIDENTE: Ok. Daniel, obrigado pela participação. Então, Consolação.

CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA: Uma sugestão. Eu acho que o GT de conselheiro estaduais que compõem para fazer, eu acho que não atende o que está sendo demandado por quem trouxe, inclusive a matéria, não é presidente? Como está buscando-se consensos da gente fazer isso. Eu também, tecnicamente analisando, vejo assim, a participação de um conselheiro da sociedade civil para intermediar, acompanhar, eu acho que isso não compromete em nada e só também vai agregar ao conselho. Eu acho que tem que deixar claro essas questões que foram colocadas. O que é a representação, como ela se dá, a questão de voz. A pessoa não vai ter voz para si, vai ter voz em nome do conselho. Então, tudo isso é que tem que deixar, qualificar a representação. Isso não é só aqui na CIB. Eu acho que todas as representações, inclusive do CEAS, elas são qualificadas de como participar. Eu acho que é nesse sentido. Então eu percebi, no decorrer das discussões, não sei se teria o consenso em relação disso, dessa ampliação. Que foi a matéria que a gente iniciou e foi, inclusive o pleito que veio a mesa diretora, a própria... Aí o grupo, os próprios representantes da sociedade civil, fizeram uma solicitação dessa representação, entendendo que lá já tem a representação do governo, não só pelo presidente, que é subsecretário, como também já tem uma representação do colegiado. Então tem representação do governo e eles queriam uma representação para esse acompanhamento da sociedade civil. Então eu vejo que isso não compromete e pode fazer para não ter a duplicidade de representações, a indicação nesse sentido, entendendo o que é a representação. Que eu acho que aí sim, e vejo que, se houver, e isso até esse diálogo entre esses representantes. Não propriamente de um grupo de trabalho, que eu acho que a gente não precisa formalizar isso para trazer mais informações para o conselho. O que pode ser feito mesmo é um diálogo entre as pessoas que lá estiverem, para uma síntese de uma apresentação no CEAS.

PRESIDENTE: Obrigado, Consolação. Eu acho que a Luanda até sintetizou: “Escolher um representante do CEAS para participar das reuniões da CIB, seja qual for o segmento. Não escolher o representante oficial do CEAS”. É essa... A Luanda, acabei falando Luanda, desculpa. Por gentileza, eu acabei lendo, eu vi...

LUANDA, FETSUAS/MG: É, mas era isso mesmo porque minha internet hoje está super instável, então eu não estou conseguindo acompanhar direito

de novo aqui, esse pedacinho da discussão, mas eu estou entendendo que não tem consenso. E, se a gente ficar aqui, a gente vai ficar discutindo eternamente. Já entendemos os pontos de vista, já fizemos as defesas. Eu tentei fazer aqui, mas vocês não me entenderam direito por causa da internet. Mas, continuo defendendo o ponto de vista que veio a partir de ontem, de um consenso da sociedade civil. Eu acredito que a gente consegue chegar nessa indicação. Acredito em tudo isso que foi dito aí, da importância do CEAS fazer essa deliberação hoje, mas tem gente que não está concordando. Então a gente pode colocar em votação duas propostas, se não for do consenso, não é? **PRESIDENTE:** Eu acho assim, eu acho que não houve assim, uma divergência quanto a participação. A participação é muito importante, tanto é que as plenárias sempre são abertas. Eu acho que o que esbarrou mesmo foi o pedido de ser uma representação dentro da comissão, o que é uma instância... A participação... Eu acho que a frase que, assim como a Luanda escreveu, eu acho que para mim, nem precisaria porque eu não sei, se até precisaria colocar. É, também tem uma questão, o Lucas colocou, o observador da CIB, isso existe nas próprias conferências, existe o observador. Então eu acho que a representação é pacífica. A representação para participar, não é? Aí Consolação, o que escrevesse ali não é a proposta que a Luanda escreveu. A Luanda escreveu. (trecho incompreensível) [01:08:30]. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Na verdade, Jaime, a gente... Jaime, você me escuta? **PRESIDENTE:** Sim. Participar... (trecho incompreensível) [01:08:33]. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Na verdade...**PRESIDENTE:** Liberar...**LUANDA, FETSUAS/MG:** A gente... Porque a gente acabou fugindo ao ponto que era ponto da pauta mesmo. Eu acho que nunca estive aqui, na consciência de todos, nunca estive que em cheque a forma de participação. Nós sabemos o que é a CIB, nós sabemos quem a compõe, nós já sabemos da história do CEAS participando. O que nós estamos tentando deliberar aqui é quem irá em nome do CEAS. Então, mas eu entendi que teve uma proposta aqui de que a gente não deveria deliberar aqui quem irá participar em nome do CEAS. Então, por isso que eu coloquei essas duas propostas, tem gente que não quer que seja escolhido um representante em nome do CEAS e tem gente que quer que seja. E aí, se a gente deliberar por escolher um representante em nome do CEAS, a gente vai ter que escolher esse representante e nós, da sociedade civil, sugerimos um nome de um representante da sociedade civil. Então acho que essa é a questão. Não está... Para a gente também não render muito mais a discussão. Então, primeiro é a gente saber se nós vamos ou não escolher uma representação a partir aqui, da plenária do CEAS. Se iremos, quem será esse representante? Voltando aí a pauta inicial, que era o que estava mesmo posto. Então se iremos escolher, quem será esse representante? Nós sugerimos a sociedade civil e eu fico pensando assim, que se a gente tivesse, por exemplo, seguido o que já era consenso no CEAS antes de ser o Cogemas, não teria rendido tanta discussão como rendeu hoje. Mas nós estamos – como a Consolação disse – tentando ampliar essas participações e eu não vejo, não estou vendo o porque de tantos problemas aí. Assim, se é uma participação dentro da legalidade, que não fere regimento de lugar nenhum, é mesmo só a gente escolher aqui, legitimamente, quem será o nome do CEAS lá participando das reuniões. E já trazendo o posicionamento da sociedade civil de que seja alguém da sociedade civil. É isso. **PRESIDENTE:** Sim, eu acho que não sei se consegui pegar. É que realmente, estava justamente dizendo isso, que a própria proposta dizia isso: “Escolher um representante do CEAS para as reuniões da CIB” e aí,

estava escrito para deliberações da CIB. O que aí sim, nós teríamos um problema que conflitaria com a questão das deliberações, enfim. Esse primeiro ponto, por mim pode ser. Se quiser, eu nem sei se eu precisaria colocar em votação, porque é tão importante a participação da representação do CEAS e, além do mais, até digo assim, que não se limite a essa pessoa a participação. Então que esse convite se estenda a todos os conselheiros e a toda a sociedade que pode participar dessas reuniões, até mesmo para poder contribuir nas construções. Mas eu sei que o Daniel ainda está inscrito. Eu iria, eu vou encaminhar depois que o Daniel falar, eu vou encaminhar então para que seja feito isso e a gente possa avançar nesse ponto. De maneira alguma a gente levantou a questão da... Só sempre se ater muito à questão legal, quando pela forma, como estava exposto ali, seria a questão de deliberação, o que aí nós aí teríamos um problema legal para poder superar. Não que não seja importante e, no fim, a gente não possa mais... Que precisa só ficar claro. Daniel então, encerramos e aí eu faço o encaminhamento depois da fala do Daniel, pode ser? **DANIEL, MNPR/MG:** Então, eu tenho (áudio ruim) [01:12:45] observando (áudio ruim) [01:12:48] muito se falou a respeito e não houve muito consenso. Então assim, o que nós, da sociedade civil, estamos pedindo, estamos defendendo é a possibilidade de que nós, da sociedade civil, tenhamos representações nessa CIB para acompanhar o que está sendo feito. Porque as respostas que chegam para gente não estão sendo satisfatórias. Não está, não existe uma transparência com quem está, de quem está na CIB atualmente. Entendeu? A gente está solicitando isso em reordenamento. Então, acredito que é possível sim, porque o maior beneficiário serão os municípios que a gente está representando. Que essas informações que estão chegando, a gente está conseguindo enxergar que contempla uma parte e não contempla as outras partes. As respostas estão sendo evasivas. Sabe? Então assim, não está havendo muita coerência das informações. Então a gente decidiu, entre nós da sociedade civil, ontem, em fazer essa indicação de nomes para atuar na CIB, da sociedade civil. De, pelo menos dois nomes, cuja representação vai poder monitorar de melhor maneira, de forma eficaz e com parcimônia, a viabilidade de maior transparência nas informações que a CIB vem apresentando. Que, até então, em nenhum momento tem sido satisfatório. Ok, agradeço.

PRESIDENTE: Ok, Daniel, obrigado pelas informações. Então vamos só fazer o encaminhamento da primeira proposta. Eu não sei se a gente precisa colocar em votação. Ou quem estiver contrário, adotamos assim, quem estiver contrário... Pode ser assim, conselheiros concordam? Não há manifestação, nem sim, nem não? Ou a minha internet parou. De acordo? Então, Consolação, por gentileza, tira aquela parte de baixo. Então fica só a proposta de escolher representante do CEAS, não é? Algum...**CRISTIANO, SEDESE:** Jaime? Pode só repetir, por favor? Eu não consegui ouvir, deu uma falhada aqui. Internet deu um problema aqui, eu não consegui ouvir o encaminhamento.

PRESIDENTE: Não, é esse que está na tela. Representante do CEAS para participar das reuniões da CIB, seja qual for o segmento. Esse seria o ponto, ou não escolher representante oficial do CEAS. Então, eu não sei se é necessário colocar em votação. Precisa colocar ou é natural? **CRISTIANO, SEDESE:** (Trecho incompreensível) [01:16:29], desculpa. A internet minha está muito lenta.

PRESIDENTE: Conselheiros, vocês estão todos me ouvindo? Conseguem me ouvir? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Sim, presidente. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Sim, Jaime. **CRISTIANO, SEDESE:** Eu acho que foi só eu mesmo, Jaime, que deu ruim aqui.

PRESIDENTE: Ok. **CRISTIANO, SEDESE:** Falhou no finalzinho. **PRESIDENTE:** Na primeira proposta então, a representação seria escolher o representante do CEAS para participar da reunião da CIB. Os contrários que se manifestem. Os que estão de acordo, permaneçam como estão. Aí já automaticamente exclui a segunda. Ok então. Já estamos aqui, não houve inscrição. É, bom, segundo ponto. Não, o segundo ponto agora seria só a escolha desse representante, teria algum nome para ser indicado? Alguém indicaria? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Então, Jaime, como eu falei, eu acho que minha fala ficou confusa porque ficou cortando. A sociedade civil se reuniu ontem e, como foi muito corrido o prazo, nós solicitamos a plenária que aguarde uma próxima reunião da sociedade civil, que a gente vai fazer para deliberar por um nome. E, aí se for de acordo de todos, a sociedade civil envia esse nome assim que conseguir se reunir. É isso, a indicação. **PRESIDENTE:** É todos os conselheiros... Acho que fica bem claro, como foi aprovado... Todos os conselheiros. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Ah, sim. Não, se for aprovado ser um representante da sociedade civil. **PRESIDENTE:** Todos os conselheiros estão aptos para poder se indicar para fazer a representação. Então a Consolação coloca ali que vamos então decidir isso na próxima plenária? Só que aí, provavelmente, a gente vai ter uma situação. A reunião da CIB é prévia a reunião do CEAS. Eu só queria então deixar assim, usando a prerrogativa, até mesmo de que nessa próxima plenária seria então a própria representação que o CEAS já possui com a participação do Conselheiro Aloísio, pode ser assim? Até que haja a indicação oficial dos conselheiros. Pode ser assim? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Jaime, se não tiver ninguém inscrito, eu queria fazer outra proposta. A proposta da sociedade civil é a seguinte, antes da próxima reunião da CIB, a sociedade civil pode fazer a indicação do nome, caso seja deliberado aqui hoje que esse nome seja escolhido a partir do segmento sociedade civil. Caso não seja, então a gente vai fazer a escolha de um representante aqui governamental. Essa é a proposta que eu trouxe no início, mas por a internet estar caindo, eu acho que não ficou nítido para todos. Então é isso. **PRESIDENTE:** Então a gente vota então agora porque o ponto de voto foi a inclusão de uma representação. É que nós temos uma próxima plenária agora, só que aí, da mesma forma assim, a sociedade civil e eu não posso exercer o direito de outros representantes também poder participar. Então se faz a escolha agora então. Pode ser assim? **DANIEL, MNPR/MG:** Senhor presidente e demais conselheiros. Eu me inscrevi para uma informação. Parece que foi aprovado em plenária que a nossas reuniões seriam duas vezes por mês. Então assim, acredito que no final do mês agora a gente tem uma outra reunião. Então a gente tem um tempo hábil para fazer essa escolha de forma mais consciente e dar essa indicação na próxima reunião. **PRESIDENTE:** Conselheiro, o calendário foi aprovado na última plenária. Consolação pode só confirmar isso, secretária? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Foi aprovado o calendário e feito a proposta de ser estudado, como as plenárias estavam demorando demais, se haveria. A mesa diretora ficou, realmente, de analisar se poderia dividir ou não, mas essa análise ainda me foi feita, não é, Daniel? Você estava, inclusive na reunião da mesa diretora, a gente ainda não fez essa análise. Vai ser feita na próxima reunião ou a gente encaminha, faz uma reunião anterior da mesa diretora para discutir esse ponto. Ok? **PRESIDENTE:** E, inclusive tem um calendário aprovado, não é? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Sim, tem um calendário aprovado, mas houve uma (áudio ruim) [01:22:06] análise (áudio ruim) [01:22:09]. **PRESIDENTE:**

Mas, enquanto não houver alteração, então permanece o calendário previamente aprovado.

CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA: Isso. **PRESIDENTE:** Eu acho que tem uma manifestação, tanto do Sávio, do Lucas, da Gabriele. Já que está na pauta, então vamos concluir ela então. Quem são os nomes que se propõem a ser o representante do CEAS para participar na reunião do CIB? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu posso? **PRESIDENTE:** Anédia, por favor. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Sim. **PRESIDENTE:** Mais algum nome? **DANIEL, MNPR/MG:** Eu gostaria de me candidatar para representante na CIB. **PRESIDENTE:** Ok. Então seria Daniel. Bom, sendo... Existe mais algum inscrito? Que eu não consegui verificar aqui. Lucas também. (Trecho incompreensível) [01:23:27]. Gente, por favor, quem for se manifestar, que se manifeste na fala porque aqui está criando uma confusão entre os nomes. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Acho que a Gabriela se inscreveu, presidente. **PRESIDENTE:** Ela se inscreveu, Gabriela? Gabriela. Nós temos três nomes aqui então. 14h25 então? (Áudio ruim) [01:24:00] tem mais alguém que queira se inscrever? Então Anédia, Daniel e a Gabriela que se inscreveram. Agora são quatorze e vinte, mais trinta segundos. Tem mais alguém que queira se inscrever? Não havendo mais inscrições, como são da própria sociedade civil... Entre a sociedade civil, gostaria de entrar em um consenso e indicar um nome? **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Presidente, com respeito aí aos conselheiros da sociedade civil que se candidataram, eu queria só... Na verdade, eu estava pontuando mais porque Luanda estava com problema na conexão, mas os outros conselheiros aí que estavam na reunião ontem, foi consensuado de, na verdade a gente ia colocar essa proposta para a plenária da possibilidade de ser um conselheiro da sociedade civil. Eu estou entendendo que essa proposta está sendo acolhida. Acolhendo esta proposta, como a gente sabia que haviam vários candidatos da sociedade civil, a gente tinha deliberado de fazer uma reunião para a gente discutir o melhor nome da sociedade civil ou o nome que tivesse mais disponibilidade e tal, e aí essa votação não seria hoje, mas se os conselheiros que deram os nomes... Porque alguns conselheiros também falaram que não poderiam estar presentes na reunião e tal. Então a gente já tinha sugerido de fazer isso em outra reunião. Se os conselheiros que deram os nomes concordam com isso, ou senão, vota com quem está aí. Só voltando com a conversa que a gente teve ontem, da sociedade civil. **PRESIDENTE:** Só para poder contextualizar, Conselheiro Éleron, é que a proposta é de ter a representação do CEAS. E eu, inclusive levantei que as plenárias da CIB são prévias, então a necessidade de ter uma composição e até indiquei a pessoa para poder participar. Como então já (trecho incompreensível) [01:26:41] a plenária de uma maneira coletiva, entendeu que já deveria então ter a indicação para poder até encerrar, e como já estão os nomes dos conselheiros que se manifestaram, eu não acho que seria de prorrogar com pessoas que estão aqui. Contemplar a participação de quem está aqui, que colocou à disposição. Eu penso dessa forma assim. **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Não, na verdade...Sim, sim. Concordo, presidente. Na verdade, é mais no sentido de favorecer alguns conselheiros, por exemplo, da sociedade civil que previamente disseram que não estariam hoje. Então até entendo essa pertinência sua, mas, por exemplo, o João ontem falou alguma coisa nesse sentido e não está aqui. A própria Patrícia também não está aqui. Então assim, a conversa nossa, na sociedade civil, era um pouco nesse sentido. Todos estão abertos, a possibilidade para todos, por exemplo, eu e alguns conselheiros não temos essa disponibilidade para estar na CIB, mas

que entre aqueles que querem se candidatar, a gente fizesse uma reunião com a maior participação possível. O João até entrou aí. **PRESIDENTE:** Só que...**GABRIELA, FRTSUAS SALINAS:** Eu posso? **PRESIDENTE:** Sim, só um minutinho. Só pra eu poder contextualizar. Eu acho que gente vai ter que entrar em um consenso, porque o ponto de pauta foi pedindo justamente em uma mesa, a participação do CEAS na CIB. A plenária votou para escolher o representante da CEAS na CIB. O segundo ponto seria a escolha do representante da sociedade civil na CIB. Aí, como agora foi também votado a questão de que seria definido agora, também, haja vista que nós temos uma CIB anterior. Então não estou me sentindo muito assim... A gente tem os nomes indicados aqui, são pessoas que já representam a sociedade civil com bastante propriedade. Então eu não estou conseguindo vislumbrar assim para um adiamento com nomes inscritos. Mas enfim, eu vejo essa questão assim, que até a própria sociedade civil – e como eu coloquei no primeiro ponto, a indicação do CEAS como a gente colocou, não é, ela é uma representação do CEAS. Então é uma representação uma, como a Consolação falou, é uma representação dos conselheiros do CEAS, independente se é governamental ou não governamental. Então eu não consigo vislumbrar assim, o porquê de não estar escolhendo ou enfim... Eu não estou um pouquinho... A gente está seguindo todo o cronograma como está previsto. Tem inscrição aqui do Cristiano. Não, é Gabriela, não é? Não, calma aí. **GABRIELA, FRTSUAS SALINAS:** Acho que sou eu. **CRISTIANO, SEDESE:** É, é a Gabi. **PRESIDENTE:** Gabriela. **GABRIELA, FRTSUAS SALINAS:** Eu ia colocar o seguinte, é porque assim, nós, de alguma forma ou de outra, eu coloquei o meu nome, mas eu penso que a gente precisa... Eu precisaria respeitar a posição da sociedade civil de escolher o nome em uma outra situação, em um outro momento. E eu entro na defesa do que o Élerson falou, nesse sentido. Eu penso que é possível sim a gente fazer essa indicação antes da próxima reunião da CIB. Então a sociedade civil ter esse momento de discussão, de reflexão, de qual que vai ser, de fato, o nome e a gente indicar antes da reunião da CIB. Eu acho que não traz nenhum tipo de prejuízo. Então eu defendo esse posicionamento do Élerson, embora eu tenha colocado o meu nome, mas houve um consenso sim, na reunião da sociedade civil, e eu respeito esse consenso. **PRESIDENTE:** Cristiano? **CRISTIANO, SEDESE:** Bom, é complicado assim, porque tudo isso que está sendo tratado é importante, mas eu queria reforçar, rapidamente, alguns pontos de tudo isso que foi falado. O Élerson falou e o Jaime agora também falou, primeira coisa, é importante que essa pessoa entenda que é uma representação do CEAS. Houve uma fala anterior aí, quando se colocou a questão de que o Cogemas que integra o CEAS e também participava até o ano passado como representante do CEAS participando da CIB... Inclusive com voz e voto. Esse representante era um representante do CEAS, mas que poderia haver alguma confusão aí com relação a essa... A forma como se dá essa participação, diante do tipo de representação que essa pessoa faz. Se é governo ou entidade, o que ela representa e a forma como vai se dar essa representação, muitas vezes está carregada também dessa representação que ela traz nas costas como conselheiro. Da mesma forma, se for uma pessoa da sociedade civil. Então a pessoa que está indo lá pelo CEAS, a gente está discutindo aqui a participação da sociedade civil lá na CIB, mas é importante ter isso muito claramente, da responsabilidade que essa pessoa tem lá na CIB, que é uma instância de pactuação e discussão entre gestores municipais e estaduais e que essa pessoa lá, ela vai com essa responsabilidade de

representação do CEAS.. Coisa que, até então, vinha sendo feito, até o ano passado, com a representação do Cogemas que também integra o CEAS. A outra coisa, é isso, a gente precisa respeitar também a forma como a gente faz as nossas deliberações aqui no CEAS. A gente está em uma plenária com a participação de todos os conselheiros, com quórum para votar. E fazer uma indicação apenas do segmento, sem um nome, eu acho que é um pouco complicado. Sabe? Eu analisando, eu, particularmente. Porque assim, mesmo que a sociedade civil, posteriormente, indique qual o nome, eu acredito que para dar legitimidade e transparência para as discussões e para o debate, que esse nome deve ser apreciado pela plenária. Por isso que tem, agora, houve aí uma discussão aí sobre o que fazer nesse momento. E eu entendo a fala do Jaime quando disse que os nomes que se colocou aí agora, quem tem a disponibilidade e os nomes estão aí, para gente pensar nisso. Sabe? De que, se for a decisão de que seria uma indicação da sociedade civil para ocupar esse lugar e que, posteriormente, a sociedade civil vai indicar esse nome, para que seja realmente dada uma legitimidade para isso, esse nome deve passar de novo pela plenária para que a plenária avalie o nome, porque a representação do CEAS se dá por representação de governo, entidades, usuários, governo e sociedade civil como um todo, mas também por pessoas. Nós estamos aqui como pessoas representando essas entidades. Então era isso que eu queria colocar e, de novo assim, um pouco – não sei se vem ao caso, isso que o Jaime pontuou de que se não há o consenso, talvez a opção seria fazer essa indicação pela representação do Cogemas, que já integra a CIB, já que a CIB vai ocorrer antes da próxima reunião do CEAS. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Cristiano. A Sandra solicitou a inscrição, por gentileza. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Então, eu assim, fui contemplada na fala do Cristiano. Eu penso que a representação, ela não é só da sociedade civil, ela é uma representação do CEAS. E aí fiz até uma proposta aí no chat de dar um intervalo de, no mínimo, dez minutos para a sociedade civil deliberar sobre o nome e apresentar para nós. É essa a minha solução, obrigada. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheira Sandra, obrigado pela consideração, pela fala. Temos aqui o Conselheiro Daniel, que se inscreveu novamente, se inscreveu. **DANIEL, MNPR/MG:** Então, eu estou vendo que está dando muita... Assim, contradições e tudo mais, não está vendo um consenso unificado aqui do conselho. E assim, pensando no que consta no Regimento Interno, se o CEAS se fizer necessário, pode solicitar uma reunião extraordinária que pode acontecer antes dessa reunião da CIB para dar esse nome. Aí a gente já estaria levando, na próxima plenária extraordinária, o nome do representante que a sociedade civil iria escolher. Essa é a minha proposta, porque o Regimento Interno fala que há essa possibilidade, caso um assunto não tenha sido definido de forma prática na reunião ordinária, que é possível fazer uma convocação de uma reunião extraordinária do tema. Então, se as reuniões da CIB são prévias e acontecem antes das plenárias, em datas antes da plenária, é só saber a data da próxima reunião da CIB, faz a reunião da... Faz uma convocação para a plenária extraordinária antes da reunião da CIB, é muito simples. Aí na próxima reunião extraordinária, que vai ser tratado somente esse ponto ou outros pontos, se houver necessidade também, e a sociedade civil já vai ter a indicação do seu representante. **PRESIDENTE:** Ok, conselheiro, obrigado pela colaboração. Temos o último inscrito aqui, o Conselheiro Hugo. Por gentileza, conselheiro. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Então, é triste a gente pegar essas reuniões pela metade assim. Eu vim correndo, doido para chegar em casa

para não perder. Olha só, como que se deu, não é? Como que se dava essa representação do CEAS, que aí eu não peguei nada, eu só peguei da fala do Cristiano para cá. Essa representação como... Era votado dentro do CEAS? E essa é a minha primeira pergunta e, claro que já vou finalizar concordando com a fala do Daniel, porque nós poderíamos saber... Porque a sociedade civil, até onde eu sei, está sendo pega até de surpresa de que essa representatividade, ela é do conselho, do CEAS. E, me parece, até onde eu sei, que nunca foi votado isso, foi indicação. E como a gente não discuti direito isso e eu também coloco, se não... Da gente poder abortar essa ideia e deixar para que nós, da sociedade civil, pudéssemos discutir melhor essa representação, como que se dá, o que nós vislumbramos com a pessoas que vai estar nos representando junto ao Cogemas, você entendeu? E junto a CIB. E com isso aí, eu acho que a melhor solução diante do impasse que tem, é a gente abortar hoje essa aprovação, marcar para antes da reunião da CIB uma plenária extraordinária do CEAS para gente poder... Aí a sociedade civil, antes disso vai reunir e vai apresentar o nome. Aí nesse dia seria apresentado o nome. Eu acho que o caminho melhor, mais correto diante dessa situação, seria isso. Era isso que eu queria colocar. **PRESIDENTE:** Ok, conselheiro. Obrigado, Conselheiro Hugo. Aí eu volto de novo, a minha primeira proposta, que eu não sei se a gente convocar uma reunião extraordinária para escolher um nome... Eu sugeriria, por exemplo, que o Conselheiro Aloísio, que já representa e muito bem representa o CEAS, é conselheiro e é representante do Cogemas, que até na próxima plenária –quando aí a sociedade civil já teve condição de poder definir – na próxima plenária, na próxima reunião da CIB, o Aloísio represente. E aí, na próxima plenária normal, até mesmo para poder valorizar já todo o trabalho do Cogemas também tem feito muito importante também a gente dentro do CEAS, que o Aloísio ficaria para a próxima plenária então, da CIB, representação... Ele vai participar e representar, nesse caso. Pode ser assim? Para nós, porque assim, eu acho... Uma extraordinária para escolher um nome? E nós temos o nome que pode – para essa plenária, somente para essa próxima reunião da CIB. Na próxima plenária, aí a gente coloca, aí a sociedade civil já pode trazer o nome já formatado e aí fica mais tranquilo. Pode ser assim? Como estava? Acho que, se vocês tiverem todos de acordo, eu vou fazer da mesma forma. Desculpa, mas isso aí foi meio um modo. Desculpa, não é o meu modo de ser meio imperativo assim, mas só para poder, até para nós avançarmos a pauta. Então pode ser assim? Então aí fica então o representante Aloísio, se o Aloísio permitir, se ele também concordar, não é, Aloísio? Concorda, Aloísio? Eu coloquei teu nome, eu nem coloquei se o Aloísio concorda. **DANIEL, MNPR/MG:** Eu vou falar pelo Aloísio, o Aloísio concorda. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Presidente, eu acho que essa construção, como as de ontem, foram muito ricas e a gente entender que a importância da participação dos membros da sociedade civil, na CIB, é fundamental. Então a gente entendeu um pouco mais de que se trata do acompanhamento dos mesmo em relação as reuniões da CIB. E eu estou à disposição para colaborar. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Eu sabia, Élerson, até dez. **DANIEL, MNPR/MG:** Por isso que eu falo que eu represento o Aloísio, eu respondi por ele, senhor presidente. **PRESIDENTE:** Depois que eu falei, eu virei, mas como eu estou indicando o Aloísio se eu nem perguntei para ele. Desculpa, Aloísio, mas que bom (trecho incompreensível) [01:43:05] por isso que eu digo assim, da parceria, foi o entendimento da situação. Então, pelo que eu vejo assim, a manifestação foi de acordo. Então o Aloísio representa na

próxima CIB e aí, na próxima reunião ordinária, a gente coloca então. Até aí vai ter tempo para poder ser feito a indicação, está bem? Próximo ponto de pauta seria... Aí eu digo que foi uma construção bonita, que as Comissões de Ética e o responsável pelo monitoramento do Plano de Ética. Foi colocado em votação e aí então, eu não sei se... Eu posso já passar, que ficou como coordenador o Conselheiro Lucas Ribeiro e o responsável pelo monitoramento do Plano de Ética, o Conselheiro Daniel Santos da Cruz. Estão todos de acordo? **DANIEL, MNPR/MG:** Eu estou de acordo Presidente, só não fala o meu nome completo que eu tenho vergonha. **PRESIDENTE:** Não, Daniel Santos da Cruz e o nome do Lucas é ainda maior ainda. Só peguei o nome do Lucas. Então está. Os contrários, então se manifestem. Quem estiver de acordo, permaneça como está ou concordem no próprio chat. Então de acordo. Então vamos para o último ponto, penúltimo ponto de pauta, que foi pedido de inclusão do Conselheiro Éleron da Cáritas. Por gentileza, conselheiro, está à disposição a palavra. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Éleron, da Cáritas. Obrigado, presidente. Na verdade, eu estou trazendo aqui uma solicitação, não é só minha, mas também de várias outras entidades que estão executando o Programa Rede Cuidar. Então o Programa Rede Cuidar foi como um todo, já foi aprovado, já foi discutido aqui várias vezes nesse conselho. Ele foi uma concessão de um recurso para as entidades das quais elas possam qualificar a execução dos serviços que realizam nos municípios. E a Rede Cuidar seria o modelo ideal para aquilo que nós estávamos conversando acerca das emendas parlamentares, porque além de ser um projeto muito, a proposta muito bem pensada, muito bem construída pela gestão da equipe aí da Sedese, ela passa também pelo município. Há toda uma discussão com o município, o projeto da Rede Cuidar é aprovado no conselho municipal e acompanhado pela gestão central do município, onde ele vai ser executado. Contudo, ninguém tinha uma previsão em relação a essa pandemia, a esse cenário que nós estamos vivenciando agora. Então, basicamente, eu queria colocar – eu não sei se a Natália está aí ainda, a Dayane da Adra, que são conselheiros de organizações sociais, de entidades que também estão executando o programa. O que as entidades tem encontrado como dificuldades? Uma primeira dificuldade, ela se dá em relação ao prazo. Então a Rede Cuidar, o programa tem um prazo específico para a consecução e realização de todas as atividades. Então as entidades estão com medo de não ter tempo suficiente para realizar tudo aquilo que foi acordado no plano de trabalho. Então há uma solicitação, uma proposta de se conversar com a gestão da Sedese e da coordenação do programa no sentido de se fazer uma extensão de prazo. Para além disso, para além da extensão de prazo, por conta da dificuldade nestas requisições, quando os planos de trabalho foram confeccionados e construídos, havia uma planilha específica de itens a serem adquiridos. E essa planilha de itens, ela não só vem a descrição do item, vou dar um exemplo, se você vai comprar um projetor, não vem escrito um projetor, vem escrito o projetor e tem o modelo do projetor. Então, para alguns itens, as entidades e as organizações não estão encontrando esses itens no comércio e no mercado. Há a possibilidade de se fazerem alterações no plano de trabalho e essas alterações são feitas mediante termos de aditivo, a construção de termo aditivo. Aí vem a segunda dificuldade, porque o termo aditivo, nós temos que... Realizado dentro das plataformas próprias para isso, tem que ter aprovação também da equipe que acompanha – o pessoal é bem generoso, bem atencioso nesse sentido – porém, os próprios servidores estão trabalhando de home office e as respostas para

as solicitações das entidades, tanto para a construção dos termos aditivos, ou para se fazerem as alterações, elas não são rápidas e não tem chegado. Então, na verdade, então basicamente isso que é a nossa proposição, no sentido de que o próprio conselho estadual possa enviar um ofício para a gestão do programa dentro da Sedese. Se tiver alguém aí, no sentido de esclarecer como estão as execuções do Programa da Rede Cuidar e em relação a essas reclamações – não seria tanto reclamações, é mais no sentido de agilidade nas respostas em relação a operacionalização dele, como que isso vai ficar, porque se vencer o prazo e você não conseguir realizar tudo aquilo que está proposto no plano de trabalho, pode acontecer que a entidade que, às vezes está precisando, tenha que devolver recursos e tal. Então um pedido de esclarecimento mesmo para a Sedese, em relação a execução da Rede Cuidar e de prazos de abertura para a construção de termos aditivos, de apoio às entidades na execução e tal. Eu não sei se os outros conselheiros estão... Era isso, presidente.

PRESIDENTE: Ok. Conselheiro Élerson, obrigado pelas considerações e até mesmo por resgatar algumas dificuldades e eu posso até me manifestar. Eu acho muito importante que eu, pelo encaminhamento de ofício, ele vai ser muito importante até mesmo porque houve algumas alterações de quadro pessoal e estariam a frente do processo. E nós estamos assim, com uma frente bem forte para poder reestruturar e responder essas demandas, que a gente tem a consciência de que a ciência, de que precisa ter uma resposta bem imediata. Mas te agradeço, Élerson, se puderes olhar e ver se o que a Consolação escreveu, ela contempla, não é? E se quiseres até contribuir, mesmo que não esteja aqui, eu coloco à disposição a secretaria executiva porque é importante. A gente sabe da importância que é o Programa Rede Cuidar, a importância que isso faz para os próprios, para as entidades parceiras, enfim. Eu acho muito importante ter tocado nesse assunto. Parabéns pela proposta. E aí tem a Dayane, não é? A Dayane Alves, não é? Se ela gostaria de se manifestar, por gentileza. **DAYANE, ADRA:** Olá, boa tarde a todos e todas. Dayane, eu represento aqui o segmento de entidades, a partir da entidade Abra. Eu gostaria assim, de corroborar com o que foi falado aqui pelo Élerson e dizer assim, que o suporte dado, pelo menos para a nossa instituição aqui, pela equipe técnica responsável, tem sido muito efetivo e os retornos também acontecem. Só que tem alguns retornos que perpassam pela instância das equipes técnicas que nos acompanham, que requer assim, outras instâncias de respostas. E eu queria trazer aqui para vocês, uma situação também para complementar o que o Élerson trouxe, é que das instituições dos serviços nossos que foram contemplados pela Rede Cuidar – e aí reforço, que vem assim, em um momento para qualificar ainda mais as ofertas, um dos nossos serviços contemplados, até o momento não foi depositado, não foi repassada a verba total. Então dos R\$100 mil que foram pleiteados, um dos nossos serviços até o momento recebeu apenas R\$40 mil, sem perspectiva de provisionamento de depósito dessa diferença. Então a gente fica preocupado com os prazos que tem que ser cumpridos aí, diante de tudo que o Élerson já trouxe, da dificuldade de orçamentação. Nesse momento o sistema encontra-se fechado porque está ocorrendo alguma atualização. Então a gente fica muito preocupada de como vai ser, se esse prazo (áudio ruim) [01:53:25] se encerrar e a gente não conseguir a aquisição aí, tanto as aquisições de bens de consumo, permanente, como os investimentos também, reformas de infraestrutura. Se a gente não conseguir cumprir isso aí, dado a diversos fatores que vem acontecendo. E como é que o CEAS poderia corroborar também para nos

auxiliar aí nesse retorno da Rede Cuidar. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheira Dayane, obrigado pelas considerações. Eu acho que a Consolidação acabou digitando. Eu acho que fica assim, bem tranquilo quanto a essa questão. O Conselheiro Daniel se inscreveu? E depois o Márcio. **DANIEL, MNPR/MG:** Então, é interessante, sabe, quando eu escuto as entidades mostrando os seus dificultadores para desenvolver o serviço, porque muito se cobram de entidades para fazer e quando faz uma licitação, no município, no estado, há muita burocracia para fazer com que a entidade assuma. Aí a entidade vai lá, faz de tudo e consegue ganhar a licitação. Beleza. Aí o governo pode, aí o governo passa a atrasar pagamentos, atrasar com financiamentos, aí fica por isso mesmo, sabe? Eu acho que seria interessante a Sedese – assim, é uma opinião minha, deixar claro isso. Desculpe, eu não me apresentei. Daniel, Movimento da População de Rua. Eu acho interessante a Sedese monitorar com mais periodicidade e com mais afinco e fazer um estudo mais minucioso desses valores que o Élerson, o Conselheiro Élerson e a Dayane foram muito felizes nas colocações, mas que acreditou, tem muitas outras verbas que eles ainda não receberam e que estão disponíveis na contratação da licitação e, que até o momento, eles ainda estão aguardando a liberação. Eu acho que seria necessário a Sedese cobrar isso junto ao estado, o repasse de acordo com o que foi proposto, o que foi combinado e não com... Porque a gente tem um governador que fala que vai pagar parcelado os funcionários públicos, mas quando se fala de segurança pública, aí ele paga tudo? Então existe o dinheiro, só que ele não quer fazer um bom uso dele. Uma coisa é o estado estar quebrado, outra coisa é o estado ter dinheiro e ele direcionar o valor para onde, ao invés de enviar para onde precisa.

PRESIDENTE: Ok. Ok, Conselheiro Daniel. **DANIEL, MNPR/MG:** Entendeu? E estão sendo enviados para outros segmentos. Então essa é a minha colaboração. **PRESIDENTE:** Ok, obrigado, Conselheiro Daniel, pelas palavras. Temos só mais... Vamos encerrar na Ana Cláudia, que a última que inscreveu. E aí temos o Conselheiro Márcio agora. Por gentileza, conselheiro. **MÁRCIO, ASSPROM:** Só para contribuir, presidente. Eu acho que a iniciativa aqui de se trazer essa solicitação de apoio aqui ao CEAS, é justamente em uma ação preventiva que as entidades, que estão trabalhando junto a Rede Cuidar, elas necessitam porque há uma perspectiva e se, não havendo a dilação de prazos, a gente tem uma prestação de contas que pode dar um retorno negativo aí para as entidades. Então acho que é uma ação extremamente preventiva que está sendo avaliada, em função de toda essa situação de pandemia, mas que assim, eu acho que é como já foi colocado, a Rede Cuidar foi um exemplo no ano passado de trabalho conjunto que foi feito aí na Sedese. O esforço para que essa ação fosse implementada agora, no ano de 2020, e nesse momento a gente está visualizando, enquanto entidades de representação, uma possibilidade da gente ter algum gargalo, do ponto de vista administrativo, aí para frente. Então eu acho que a proposição de solicitar esse apoio do CEAS, para que a gente possa melhorar essa perspectiva, ela tem assim, um apoio muito intenso para que a gente realmente trabalhe preventivamente nessas relações aí de pactuação das entidades com a Rede Cuidar. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Márcio, obrigado pelas colocações. O último inscrito seria então a Conselheira Ana Cláudia, por gentileza. Ana Cláudia? **ANA CLÁUDIA, SEDESE:** Olá. Alô, estão me escutando? **PRESIDENTE:** Estamos sim. **ANA CLÁUDIA, SEDESE:** Ok. Não, é porque o retorno está um pouco eletrônico. Eu (áudio ruim) [01:59:39] na reunião, na verdade, dessa vez agora, só no momento porque eu estava de férias, eu

pedi para reconvocar por conta das entrevistas que a gente está fazendo no processo seletivo e essas entrevistas, elas concluíram hoje e aí eu estava (áudio ruim) [01:59:53] por conta delas e do material que a gente está preparando para o curso de EAD, o curso que está acontecendo sobre benefícios. Então a gente, ontem, subiu algumas letras complementares, antes de ontem, e aí eu estava por conta de fazer essa revisão também. E aí, por isso que eu não pude participar dessa reunião, esses dois dias. Eu não estou conselheira, mas eu gosto de participar, enquanto apoio técnico. Eu gosto das discussões, é para gente fazer aprendizado. E aí, eu pedi para participar em relação a Rede Cuidar, e eu escutei um que foi trazido, e a primeira coisa que eu queria era agradecer pelo trabalho que a gente tem feito enquanto equipe. Essa rodada, a gente teve um empenho muito grande (áudio ruim) [02:00:32] assim, o conselho, no ano passado, acompanhou junto com a gente no sentido de qualificar a oferta do programa. É um programa que a gente reconhece como importante, mas com a necessidade de qualificação, desde o processo das parcerias, da legislação dele, para o próprio (áudio ruim) [02:00:50] monitoramento. E aí, a primeira coisa que eu queria era agradecer a fala do reconhecimento, fico feliz com isso e dizer que a gente vai esperar o ofício que (trecho incompreensível) [02:01:02] encaminhado para gente, para fazer as tratativas para responder da melhor forma possível, claro, e falar que a gente está à disposição sempre para construir conjuntamente. A gente entende que esse é um processo que a gente fica cada vez mais rico, justamente por conta da participação que tem nessa construção. Era isso, era só realmente agradecer e dizer que a gente está à disposição, e aí, assim que a gente recebeu o ofício, a gente constrói a resposta da melhor forma possível, da forma mais qualificada que atenda a demanda do conselho. Viu? Era isso. Obrigada, boa tarde a vocês. **PRESIDENTE:** Ok, Ana, obrigado pelos esclarecimentos, pela fala. Bom, então eu acho que ficou então esse ponto. O ofício, eu acho que encaminha, está escrito. Então eu acho que as colaborações de todos... Obrigado, Élerson. Obrigado, Dayane. A Dayane até citou assim: "Que essa situação pode ser que esteja ocorrendo em outras instituições também". Mas de uma forma geral, a gente vai fazer o apanhado não pontual e de uma maneira coletiva assim, de todas as... O Élerson também colocou uma proposta de poder fazer a extensão. Então são tudo contribuições que a gente tem, a gente leva com bastante atenção para o nosso... Eu vou colocar então, se os conselheiros entendem que estão satisfeitos com esse ponto. Quem estiver de acordo, então que... Quem estiver de acordo, que permaneça como estão. **DANIEL, MNPR/MG:** Se essa moda pega hein, presidente? **PRESIDENTE:** Melhor, não é? Melhor, não é? É bom quando a gente sai de um acordo. Mas nem tudo sempre tem acordo, não é, Daniel? **DANIEL, MNPR/MG:** Isso mesmo. **PRESIDENTE:** Então está aprovado. Estamos partindo para o encerramento da plenária. E temos um ponto de pauta que foi pedido pela Secretária Executiva. Então... **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Eu nem acredito que a gente está encerrando. 03 horas da tarde, vim correndo. **PRESIDENTE:** Pois é, não é? Três horas da tarde, vai dar pra... **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Três horas da tarde. Vim correndo... Muito bom. **PRESIDENTE:** Se fosse mais (trecho incompreensível) [02:03:51]. **DANIEL, MNPR/MG:** Sem contar que são 15h05 e você não solicitou o relógio, hein? A gente não usou seu relógio hoje. **PRESIDENTE:** Pois é. Se fosse em outras oportunidades, a gente ia sair todo mundo para tomar um cafezinho com um pão de queijo, com

certeza. Então a gente (áudio ruim) [02:04:14] nesse informe. Queria então passar para o último ponto de pauta, que seria o informe da Secretária Executiva Consolação. Por gentileza, Consolação.

CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA: Conselheiros, todo mundo... Indo fazer uma breve introdução, mas todo mundo sabe que eu estou dentro da secretaria executiva há muito tempo (áudio ruim) [02:04:37] desde o início. **DANIEL, MNPR/MG:** Questão de ordem, senhor presidente. Questão de ordem. Questão de ordem, por favor. **PRESIDENTE:** Não, conselheiro, às vezes não vou conceder essa questão de ordem. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Daniel, só um minutinho. **DANIEL, MNPR/MG:** Mas, senhor presidente, no Regimento fala que existe a possibilidade de questão de ordem, caso haja a necessidade de um ponto de vista de um conselheiro. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** A questão de ordem diz respeito a violação do Regimento Interno, fora isso não pode ser solicitada. **PRESIDENTE:** Mas então, dessa...**DANIEL, MNPR/MG:** Ah, então estou errado quando eu solicito uma solicitação de questão de ordem? É interessante, porque quando se trata de outros solicitarem, aí é bem colocado, senhor presidente? **PRESIDENTE:** Nesse momento não vou acatar a sua questão de ordem. Nós vamos chegar em um pequeno acordo, pode ser? Então, por gentileza. **DANIEL, MNPR/MG:** Senhor presidente, eu não estou de acordo. **PRESIDENTE:** Nós não vamos chegar em um acordo agora, a sociedade civil e governo vai chegar em um acordo? **DANIEL, MNPR/MG:** Não, eu não me refiro a sociedade civil. Eu estou falando Daniel, Daniel que representa o Movimento da População de Rua. **PRESIDENTE:** Por gentileza, todo mundo presta atenção no vídeo agora, por gentileza. As tecnologias são assim. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Espera aí gente. **PRESIDENTE:** Mas eu ainda digo, Daniel, não vai ter questão de ordem para ti hoje. Acabou a cota de questão de ordem. **DANIEL, MNPR/MG:** Senhor presidente, isso não pode acontecer. **PRESIDENTE:** Mas vai acontecer, agora. Se a tecnologia nos permitir, não é? **DANIEL, MNPR/MG:** Deu bizi no Excel da Gabi. **PRESIDENTE:** Quem quiser colocar em áudio maior, fique à vontade. **DANIEL, MNPR/MG:** Desativem os áudios, por favor, todo mundo. **GABRIELE, SEDESE:** Ah gente, a internet deu problema. Espera aí que vai dar certo. **DANIEL, MNPR/MG:** Justo agora, Gabriele? Gabi, a minha questão de ordem seria isso aí, olha. **VÍDEO EXIBIDO [02:08:20] PRESIDENTE:** Questão de ordem nem sempre é uma saudação. Eu vou te dizer, Consolação, que tanto eu, quanto o Daniel, somos (áudio ruim) [02:15:04] do final aqui. A gente sabia que tu pegavas direto e sempre trabalhou pela conciliação, pela forma, estou até sem palavras. Você sempre trabalhou (áudio ruim) [02:15:24] nos dias, dizendo assim: "Temos que ser sempre unidos em um propósito (áudio ruim) [02:15:32] discussão", ainda ontem, nós (áudio ruim) [02:15:39] fazer um bate-boca no final, ia chamar questão de ordem, o Lucas ia ter grande colaboração para o processo. E o Lucas entrou no meio do processo. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Mas, Lucas, você sabia também? Só a gente que não. Ah não (áudio ruim) [02:15:54] você entrou de gaiato. O presidente, eu vou querer... Aí, presidente, eu não consigo ficar sem poder falar alguma coisa. Se fosse, me for permitido, eu gostaria de falar. **PRESIDENTE:** Sim, agora a gente retoma. **DANIEL, MNPR/MG:** Não me crucifiquem, por favor. É culpa do presidente eu ter pedido questão de ordem. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Não, que eu achei bacana que o Lucas entrou e entrou sem saber, coitado. **PRESIDENTE:** Lucas (áudio ruim) [02:17:28] toda força aí. **DANIEL, MNPR/MG:** Eu fui até chamado atenção pela minha gestora, por

sua culpa, senhor presidente. Lá no WhatsApp, lá no meu privado. **PRESIDENTE:** Então, agora o informe é todo teu, Consolação. Desculpe a nossa... (Trecho incompreensível) [02:16:43]. **DANIEL, MNPR/MG:** (Trecho incompreensível) [02:16:45] Consolação, a palavra é sua. **PRESIDENTE:** É sua. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Mas, eu não posso falar antes da Consolação? Deixar ela para falar depois. Eu acho que é preferível, quem quiser, falar antes dela e deixar para poder. **PRESIDENTE:** Pode ser assim? **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Depois, não pode não? Pode, Consola? **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Claro. **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu gostaria de falar alguma coisa aqui. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Eu gostaria de falar uma coisa. Eu até escrevi. **SILVESTRE, SEF/MG:** Se fosse (trecho incompreensível) [02:17:11] algumas palavras para a Consolação, palavras de um poeta, poeta Carlos Drummond de Andrade. O poema dela, dele, que vai encaixar bem nesse momento. Eu que estou voltando, retornando para esse conselho, mas eu gostaria de transmitir – nesse momento que eu nem sabia, fui pego de surpresa – aquilo que eu acredito que todos nós desejamos a Consola. Sendo o legado que ela deixou como colega, como amiga e, sobretudo, como profissional da área de saúde. Então, Consola, eu desejo para você, desejo o sonho realizado. O amor esperado, se é que ele já não existe. A esperança renovada. Para você, nós desejamos todas as cores desta vida. Todas as alegrias que puder sorrir. Todas as músicas que puder emocionar. Desejamos que os amigos sejam mais cúmplices, que a sua família esteja cada vez mais unida, que a sua vida seja mais, mas muito bem mais vivida. Então, nós lhe desejamos apenas que você tenha muitos, mas muitos desejos e que seja feliz nessa nova proposta de vida. Ok? **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Então, Consolação... **PRESIDENTE:** Eu ainda estou na expectativa da Consolação ainda diga assim: “A gente foi só uma brincadeirinha, gente”. Eu vou ficar por mais 70 anos aqui. **DANIEL, MNPR/MG:** Aí eu vou pedir uma questão de ordem mesmo. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Consolação, olha só, eu... A gente, desde criança, a gente... Nós – e aí eu falo enquanto negro, dentro de minha família – a gente sempre, assim, nós crescemos dentro da minha casa, a terra dos meus tios, de meu pai, de minha mãe. Ele sempre colocava que branco não gosta de preto, que a gente tem que fazer isso, aquela coisa toda. Então eu sempre tive um ódio muito grande das pessoas brancas, mas, no caminhar da vida, a gente começa a participar da vida coletiva e eu fui militante do movimento negro, ainda estou ainda até hoje, a gente começa a entender melhor. E, através da minha militância dentro desse controle social, porque eu estou nessa luta desde antes de 1988, até mesmo porque nós não tínhamos um atendimento à saúde adequado. Então todos nós, que estamos aqui, que somos mais velhos, nós sabemos muito bem que quem não tinha carteira de trabalho assinada, não tinha INSS. Não tinha uma Previdência, só tinha previdência, mas atendimento à saúde não tinha acesso. Então, com essa minha participação, eu comecei a ter um outro olhar em relação as pessoas. Porque eu achava que somente, diante de tudo aquilo que era me falado, eu pensava que nós, enquanto negros, nós éramos seres humanos e os brancos não. Diante de tanta atrocidade que era feito conosco. Mas, nessa minha participação, eu aprendi uma coisa e aprendi a carregar isso por toda a minha vida. Que assim como nem todo branco é meu inimigo, nem todo negro é meu irmão. Então (áudio ruim) [02:21:15] o tempo que eu pude entrar, me relacionar com você e a partir do momento, até quando eu entro para dentro da assistência social que as pessoas ficam falando que aquilo adianta, todos nós que estamos aqui, a gente sabe como que é o comportamento de cada pessoa,

como é cada um de nós. E todos nós temos os nossos defeitos. Mas existem aquelas pessoas, que elas são especiais. São as pessoas certas, no lugar certo. E essa pessoa – pelo que eu fiquei sabendo dentro do Conselho de Assistência Social aqui de Juiz de Fora e depois desse curto período que estou participando desse conselho estadual, que você foi sempre – não somente pelo o que essas pessoas estão falando, mas por aquilo que a gente vivenciou. Que você é a pessoa certa, no lugar certo. E o que eu posso desejar você que esses espíritos de luz, que pairam sobre nossas cabeças, estejam sempre onde você estiver, te protegendo, te guiando e que tudo de bom aconteça com você. Está bom? Só isso. **PRESIDENTE:** Eu não sei nem quem está inscrito. Sinceramente, eu não tenho nem uma ordem. **DANIEL, MNPR/MG:** O Élerson se inscreveu. Eu ia indeferir a inscrição dele, mas eu vou deixar porque eu vou ser bonzinho. **PRESIDENTE:** Isso, Élerson, isso. Por gentileza, conselheiro. **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Isso. Acho que só a Consolação para fazer esse milagre das pessoas ligarem as câmeras na reunião. **PRESIDENTE:** Ninguém desconfiou que ligou a câmera. **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Mas, na verdade, é só para... Eu acho que se tem... o Hugo está falando aí um pouco de ancestralidade, das famílias afrodescendentes. É uma coisa que a gente tem muito na cultura africana e na cultura negra é o sentimento de gratidão. Eu acho que o nosso papel nessa vida e, a minha família, as famílias africanas, elas não pensam no hoje. A nossa missão é deixar um mundo melhor para aqueles que virão depois de nós. E a nossa cultura trabalha um pouco com isso. O que eu vou deixar para aqueles que estão vindo depois de nós. Acho que esta é a grande riqueza da vida. Quando nós falamos que nós estamos vivendo em um tempo e uma cultura de morte, a gente percebe que a gente está vivendo um tempo e uma cultura de morte, a gente percebe o valor da pessoa e o valor da sociedade pelo tanto de amor que ela consegue construir, não só na sua vida, mas na vida dos outros também. Então, para além de todas as discussões de construção de política pública que a gente faz e discute, briga e tal, dentro do CEAS, o que mais me marca no CEAS é sempre o abraço da Consolação quando a gente chega para plenária. Quando a gente chega na plenária, aquele abraço de acolhida, aquela receptividade. “Quanto tempo que eu não te vejo. Olha, você está faltando muito, hein Élerson? Você ainda é conselheiro aqui?”. Essa repreensão carinhosa. Acho que isso faz a diferença no sentido de saber que, embora, às vezes, a gente não tenha uma proximidade de vida íntima, mas nós estamos contribuindo muito com a vida do outro. Mais do que a gente construir afazeres conjuntos, são pessoas que estão se relacionando. Então a Consolação, ela tem, pelo menos a marca que fica para mim, é aquela pessoa que faz o bem, vive para ela, mas a vida dela é uma entrega na vida dos outros. Ver todo esse resgate da história no sentido de que ela dedicou uma vida ao CEAS, participou de todas as conferências, eu também nem sabia disso. Então, Consolação, também agradeço demais. Não só por aquilo que você fez no CEAS, mas por aquilo que você fez na minha vida, sendo essa presença de amor e essa presença de carinho. E a gente vai estar junto, com certeza. **PRESIDENTE:** Obrigado, Élerson. A próxima inscrita é a Luanda. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Eu queria falar... Acho que o Élerson falou muito bonito, o Hugo também. Eu só queria falar a gratidão, mesmo, para a Consola. Eu tenho muito carinho por ela. Eu penso que a gente encontra as pessoas, na vida da gente, não é por acaso. E nesse tempo que eu estou no CEAS, nós fizemos uma construção muito bonita, mesmo discordando a gente consegue conversar e

chegar em um consenso. E eu aprendi demais. Acho que aprendi demais no CEAS e, grande parte desse aprendizado aí vem com coisas que Consolação traz, estamos falando tecnicamente mesmo. Serviu muito para o meu crescimento mesmo e eu aprendi muito assim, manejo de... Esse manejo humano mesmo, esse manejo pessoal nessa vivência do CEAS. Eu quero muito agradecer, falar mesmo a palavra gratidão por esse tempo, por ela estar presente. Eu tenho certeza que fica marcado na vida de todos, na minha também, sempre vou me lembrar. E penso que nós vamos nos cruzar muito ainda nesses caminhos aí da militância, do SUAS que ela está, ela faz parte disso e mesmo saindo, ela não vai sair, de forma nenhuma, como a secretária disse, ela vai estar sempre por aqui. Então muito obrigada, Consola, a gente vai continuar se encontrando em alguma oportunidade quando a pandemia acabar, nós vamos dar aquele abraço e é isso. **PRESIDENTE:** Se inscreveu também o Daniel. Daniel? Aí a Ariadna, quer falar Ariadna? Aí depois, o Daniel entra. Pode ser assim? **ARIADNA, FASEMIG:** Pode sim. Boa tarde a todos. Minha internet, acho que bem na hora deu uma caída, voltou bem agora. Assim, eu vou falar como quem chega do interior com medo de tudo, porque foi muito difícil a chegada aí no CEAS, até porque eu tinha o mínimo de contato com BH e é o que o Élerson falou, quando nós começamos a ir, eu, o João, o Irajá. Era um pouco complicado chegar aí, cidade grande e... Só que o acolhimento fez toda a diferença na nossa vida. Eu, só de falar, já estou quase chorando. Fez a diferença porque a gente chegava e tinha uma pessoa, um grupo de pessoas para nos receber, do qual Consolação como a responsável, nos acolhia, perguntava como é que a gente estava, se a gente tinha se alimentado, como é que foi na estrada, se tinha acontecido alguma coisa. E assim, e todas as vezes que a gente ia, a gente sabia que sempre que a gente chega em BH, a gente tem esse acolhimento e tem uma pessoa como Consolação, que já acontece várias coisas, problemas financeiros com banco, problema com isso, problema com aquilo e a gente saber que tem uma pessoa ali para resolver tudo, não é? E não era só porque era o trabalho dela, era uma coisa que ela gostava. Ela perguntava a gente desde quando a gente aí, quando a gente voltava, depois que a gente chegava no município, quantas vezes ela mandou WhatsApp para saber se a gente tinha chegado bem, como é que foi a viagem. E assim, é de dentro mesmo, é dela. Consolação é uma pessoa muito diferenciada. É bom saber que existem pessoas assim, e questão de trabalho e profissionalismo, a gente nem conta porque a gente sabe o tanto que ela é grande profissionalmente. Ela pode estar, hoje, no CEAS, como no Conselho Nacional, como fora do Brasil – em qualquer lugar ela vai saber fazer o trabalho dela com todo esse profissionalismo. Como foi falado, a palavra é gratidão, a palavra é carinho, a palavra é: aonde quer que você vá, Consolação, você vai fazer um grande trabalho porque você é uma pessoa grande espiritualmente, profissionalmente. Então assim, eu quero te desejar aqui, como a gente é do Norte, o pessoal do interior lá do que você nos recebeu muito bem. Te desejar tudo de bom, tudo que foi de luz na sua vida. Você é uma pessoa totalmente iluminada. É uma gratidão, prazer, satisfação em conhecer uma pessoa como você e, também quando eu for em BH, que gente ainda vai se encontrar para dar aquele grande abraço e conversar e tomar um cafezinho. Aquele cafezinho que tanto a gente gosta ali no momento, conversar, saber como é que estão as coisas. Eu passei por um problema de saúde, você sempre me perguntando como é que eu estava. Em vários problemas, independente assim, você sempre querendo saber se a gente estava bem, se a gente podia

participar e sempre acolhendo. Uma pessoa sempre acolhedora. Te agradecer por tudo e te falar que, eu tenho certeza, que aonde você for, você será essa pessoa maravilhosa e fará um belo trabalho e será essa pessoa humana que você é. Um grande beijo e um grande abraço.

PRESIDENTE: Daniel. **DANIEL, MNPR/MG:** Queria te agradecer (áudio ruim) [02:31:23] eu acho assim, (áudio ruim) [02:31:40] amiga está se despedindo. Eu acho que (áudio ruim) [02:31:49] gente acontecem (áudio ruim) [02:31:54] a gente sinta e conheça, não somente agora, mas todo dia, o quão importante você foi na vida de cada um conselheiro. Poxa, eu lembro da última vez que a gente... Da primeira vez que a gente conversou, você falou assim: “Olha, eu sou Secretária Executiva” e eu até brinquei com você e você assim, a gente pegou uma amizade tão linda, tão maravilhosa. E eu nem imaginava que eu iria ser um conselheiro bom, nem sabia se eu estaria preparado. Você falou assim: “Eu acredito em você. (Áudio ruim) [02:32:32] fiquei sabendo depois, esse ano, no início desse ano que alguém reclamou de mim com você. Nossa, você era pior que uma leoa. Que você xingava, você discutia, que você não aceitava. Sabe? E isso me faz assim, ter muito carinho com você. Independente da sua função trabalhista, você (áudio ruim) [02:32:59] e você perguntava (áudio ruim) [02:33:01] não importa (áudio ruim) [02:33:02]. Sabe? E sendo uma mediadora de conflitos (áudio ruim) [02:33:10] com muita maestria. Sabe? É difícil. Eu abri mão de uma amiga que (áudio ruim) [02:33:23] o conselho e (áudio ruim) [02:33:26]. Eu te apoio, eu te entendo e (áudio ruim) [02:33:34] importante. Agradeço e te apoio (áudio ruim) [02:33:42] que você não vai fazer falta, você já está fazendo falta, porque eu acho que a ficha ainda não caiu. Sabe? E muitos de nós não queremos acreditar. Infelizmente, a (áudio ruim) [02:33:59] da vida da gente que (áudio ruim) [02:34:06] companheiro que ele padece, ele descansa, mas esse (trecho incompreensível) [02:34:17] e eu tenho fé em Deus, que no momento propício, você vai fazer aquela lasanha e vai chamar a gente para comer na sua casa. Ainda mais sabendo que você é italiana, olha, estou aí viu? **PRESIDENTE:** O Márcio. Obrigado, Daniel. O Márcio. **MÁRCIO, ASSPROM:** É Consolação, mais um ciclo que se fecha. Momentos são difíceis de falar. Eu não vou conseguir. Aquele abraço, vai com Deus e até breve. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Márcio. Conselheiro Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É, o que eu acho que é pouco tempo, mas a gente estabelece tanto vínculo e laços, muito mais do que os vínculos, laços mesmo. E lembro de uma última conversa que eu tive com Consolação e eu cheguei para ela e perguntei assim: “Consolação, o que eu posso fazer”. Ela virou para mim e falou assim: “O que você quer fazer?”. Consolação é de um trato com as coisas, com uma dedicação que falta palavras e adjetivos para poder qualificar. Isso é perceptível. Até mesmo no dedicar de finalização de uma reunião de comissão, às 08h ela encaminha relatórios daquela reunião para, no outro dia cedo, estar lá junto novamente e poder dedicar mais um pouco. Foi um tempo muito curto para gente, tendo esse contato, mas assim, foi de grande valia, de bastante experiência – não só para mim, mas acredito que também para todos os demais conselheiros, que assim como eu, estão chegando agora. Não tenho tantas palavras bonitas, como se o Silvestre trouxe, mas acredito que a palavra que cabe nesse momento – vou utilizar da palavra que Luanda empregou – gratidão. Gratidão mesmo, Consola. Eu acho que você é a pedra fundamental da construção desse conselho. E, mais do que nunca, começou antes mesmo do funcionamento desse conselho. Então eu acho que o adjetivo que

a gente pode empregar nesse momento é que você é a nossa pedra fundamental. É isso.

PRESIDENTE: Muito obrigado, Lucas. Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** Todo mundo sabe do lado profissional da Consolação. A gente conviveu com ela e convive com ela, sabe desse compromisso, responsabilidade. Mas a gente não é só profissional, a gente é humano antes de tudo. E a Consolação, acho que, não é, Consolação? Acho que você transparece muito esse lado que é do humano, que a gente erra, mas que a gente pode reconhecer os nossos erros, mas que a gente também está nessa caminhada para aprender. Então eu acho que essa capacidade também, de ser humilde, mas no sentido positivo da palavra, de reconhecer que a gente está sempre aprendendo e você faz questão sempre de dizer isso, me lembro sempre disso e eu acho que isso é uma capacidade bem bacana. Eu acho que é o momento de alegria, porque o próprio vídeo demonstrou isso, a sua história é uma história que deixa todos nós muito orgulhosos. Porque, a possibilidade de conviver com uma pessoa com uma história tão rica, é sempre muito bom. A gente sempre aprende muito também. E eu, como foi falado aí, eu também acredito – que, acho que o Márcio falou em ciclo, e eu acredito muito nisso também. Não existe nem início, nem fim de nada, é sempre um ciclo. Então o que a gente acha que é o fim, na verdade não é o fim, é o início de uma nova coisa, de uma nova fase, de um novo ciclo, de uma nova... De um novo caminho. Então eu acho que você deve se orgulhar bastante disso, por esses anos todos da sua história de vida. E sabendo que as pessoas que convivem com você, sempre aprendem muito também. Com essa serenidade toda que você passa e esse respeito que você sempre transmite. Então eu acho que isso é muito bacana. Eu acho que nada está terminando, na verdade, está começando. Então eu agradeço também por poder conviver com você. Então essa convivência, mesmo que seja virtual, ela é muito presente. Então eu queria agradecer também por todo o trabalho que você fez e faz, mas também pela convivência como ser humano. Eu agradeço.

PRESIDENTE: Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Então, abrindo a (trecho incompreensível) [02:40:56] agora aqui. Na verdade, (áudio ruim) [02:44:00] até pensando se deveria ou não falar. Mas eu gosto muito da Consolação e ela sabe disso. E, para mim, uma palavra que representa esse sentimento é a gratidão. Eu acho que a Consolação sempre recebeu a gente muito bem no CEAS, sempre muito acolhedora. Sem contar a fantástica profissional que ela é e isso ela demonstrou aí no trabalho do CEAS todo o compromisso, além de ser extremamente profissional e uma pessoa extremamente comprometida com o SUAS. E isso torna-se uma inspiração para gente. E eu também consigo entender e compreender esse momento. Penso que a vida da gente, ela tem esses ciclos que ele se abre e se fecha. Eu acredito muito nisso. E a própria vida vai nos colocando limites e nós levando a pensar em outros projetos. Então, Consolação, eu desejo muito sucesso para você nesses novos projetos da sua vida. Que a gente não perca toda essa relação que criamos, que assim, eu te disse isso já, você é uma pessoa que conseguiu construir pontes conosco, com todos e são pontes assim, que a gente tem que fortalecer. Então que a gente não se perca, essa relação com você. E agradecer, mais uma vez, por tudo que você representou para mim nesse período de CEAS e todo esse acolhimento e várias coisas que as pessoas aí também, os colegas conselheiros já disseram. Mas é isso então.

PRESIDENTE: (Áudio ruim) [02:43:50] ou a Dona Anédia (trecho incompreensível) [02:43:54], como quiserem. **ALOÍSIO, COGEMAS:** É, eu acho que é o momento, realmente, de render as homenagens a esse espírito de

luz que nós tivemos o privilégio de conviver ao longo desse tempo, para alguns, um curto espaço de tempo, mas para muitos, muito tempo. Mas, se nós pararmos para analisar, nós temos um vínculo com tempo muito linear. Então acho que o convívio com pessoas como a Consolação, não nos permite trazer essa linearidade até para o tempo, porque é sempre muito gratificante e confortante estar ao lado dela. O próprio nome dela representa isso, uma pessoa que traz alívio, que traz amparo para as nossas aflições, para as nossas angústias e que é uma grande referência para todos nós. Então é um sentimento de dor no coração pela... Às vezes pela interrupção de um convívio físico, mas eu acho que quando a gente marca a vida das pessoas, como você fez Consolação, com todos nós, é muito significativo, principalmente porque eu acho que a história do Sistema Único Assistência Social no Estado de Minas Gerais, tem um grande capítulo escrito por você, pela sua dedicação, pela sua experiência e por tudo aquilo que você contribuiu de construção ao longo desses anos à frente da Secretaria Executiva. Que você leve sempre o nosso abraço fraterno, singelo e carinhoso e na certeza de que é apenas um até logo. Que a gente possa se rever, fisicamente, em pouco tempo. Um grande abraço e um grande beijo no seu coração generoso. **PRESIDENTE:** Dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Consolação, já falaram tudo sobre você. O que eu tenho para dizer? Que você foi uma referência para mim, que você me recebeu de braços abertos, que você me chamava de minha conselheira. O carinho que eu tenho por você, você sabe disso. Quanto você me ajudou, quanto você me ensinou e eu desejo, nessa nova caminhada sua, a vida da gente é feita de escolhas, eu sempre digo, a gente só não escolhe o filho, o pai e a mãe. O resto, são feitos de escolhas. Emprego a gente escolhe, os amigos a gente escolhe, aonde está, onde não está. E eu acho que, se você agora sente esse momento seu de mudança, eu te dou o maior apoio, eu quero o melhor para você e não quero perder o contato seu. Eu quero sempre ter notícias suas. Eu quero que você saiba que eu te amo muito, eu não posso nem falar muito que eu fico emocionada, porque eu te admiro demais, Consolação. Obrigada por você existir. **PRESIDENTE:** Ana Paula. **ANA, SEDESE:** Consola, você achou que ia escapar de mim? Não ia não. Querida, você sabe o tanto que a gente caminha junto há tanto tempo, não é? Desde os anos 80, na PUC, e eu sempre admiro a sua determinação. E eu acho que, eu tenho certeza que a sua determinação que vai continuar te levando adiante. E eu, em nome desse sonho que a gente vem sonhando junto há tanto tempo, gratidão, querida, por toda essa história que você construiu, pela trajetória da assistência que tem o nome da Consolação lá, em cada rodapé, porque é no rodapé que estão as informações mais importantes e a Consolação está lá. Obrigada, querida. Segue em frente e trata de você. Cuida muito de você, aproveite tanta gente. Está bom? Beijo. Você não vai se livrar de mim não, você sabe. Beijo. **PRESIDENTE:** Bom, Consolação, agora é a minha vez de falar contigo. Desculpa só essa nossa peça que nós pregamos para ti, Consolação. Eu e o Daniel, ontem à noite ainda, a gente conversou e ainda agora a pouquinho a gente falou: “Está preparado já para o bate-boca?” e ele falou assim: “Estou com a língua afiada” e eu falei: “Eu também estou preparado aqui”. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** E o Lucas ainda caiu de gaiato. **PRESIDENTE:** E o Lucas de gaiato, mas o Lucas é um excelente coadjuvante. Um ator coadjuvante perfeito, não é? **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Perfeito mesmo. **PRESIDENTE:** Mas é (trecho incompreensível) [02:48:03] essa nossa intenção mesmo, Consolação, que eu me lembro com muita clareza quando eu te encontrei no elevador lá da Sedese, eu também vindo de um outro estado, mas

já sabendo já da tua história. Quando colocam assim, que és referência nacional como secretária executiva, é com certeza, é verdadeiro, muito verdadeiro isso. E quando nós nos encontramos no elevador, era eu, tu e a Janaína, aí nos apresentamos ali e até a gente não teve, infelizmente, muito mais contatos, porque foi tão rápido esse processo inteiro. Mas eu quero dizer assim, que para mim assim, eu tenho o maior orgulho de poder estar aqui junto contigo, de poder estar acompanhando, de poder saber toda essa tua história, de estar presente contigo, de ver essa pessoa que ajudou sim a construir a Política de Assistência Social não só de Minas. Tu não foste orgulhosa, não fostes bairrista. Tu construístes para o Brasil e é referência para outros estados, outras localidades. Quero te dizer que, para nós, qualquer um que pode compartilhar um minuto, cinco dias, cinco anos, vinte e cinco anos, foram momentos assim, que quem pôde presenciar mais contigo, teve essa honra e esse orgulho de poder estar junto contigo. É uma expressão bem do coração. Sabe que eu falo bem do coração mesmo, quando eu tenho que me expressar, e dizer assim, que carrego sempre e eu posso reforçar para os conselheiros, eu tentei bastante, gente, foi bastante tentando tirar da cabeça dessa mulher. É o que ela... Agora eu fiquei sabendo...**DANIEL, MNPR/MG:** Mas não foi suficiente. **PRESIDENTE:** (Trecho incompreensível) [02:49:54] Desculpa Daniel, não foi suficiente, mas depois, eu falei assim: “Consolação...” e ainda por isso que eu ainda parei, pensei: “Poxa, será que agora ela vai informar dizendo que não. Não vai, vai permanecer conosco”, então, nessa forma assim, Consolação. Queria assim, bem de coração aberto, agradecer em nome da Sedese, da Subas, por todo esse teu carinho que tu teve, todo esse acolhimento, toda essa transparência. E a palavra mesmo, como todos conselheiros devem ter, quem troca mensagens com a Consolação tem duas coisas que ela sempre coloca, gratidão e o sinal de oração. Que é, exato. Então é o mínimo que a gente pode te desejar, Consolação. As portas estarão sempre abertas, sabes disso, não é? E que enfim, pode ter desligado desse vínculo daqui, mas o vínculo com a Política de Assistência Social, Consolação, isso já está na tua raiz. Isso não tem como sair mais. Esse aí vai ficar e sei que vai ser referenciado em todas as unidades e nós vamos sempre guardar com muito carinho todos esses momentos. Obrigado, Consolação. A Joana também queria falar contigo, falar para ti uma palavra. **JOANA, SEDESE:** Consola, eu sei que você está aí caladinha, eu fico pensando, que eu sei que você é muito sensível, uma pessoa extremamente sensível. A Consola, eu conheci ela – a Consola do CEAS – e, desde 2013 que foi quando eu entrei, e desde 2013 eu já recebia telefonemas da Consola e eu me sentia muito honrada de poder ser uma pessoa que você tinha confiança e que você contava comigo para muitas coisas do CEAS, você me ligava e eu achava isso assim, muito, para mim que tinha acabado de entrar, que estava começando e a Consola do CEAS é referência, a Consola do CEAS. Uma profissional assim, espetacular, uma pessoa extremamente dedicada, extremamente verdadeira, extremamente autêntica. Ótima na meditação, viu gente? Quando vocês precisarem de um áudio dela aí para fazer meditação, ela tem um gravadinho aí, sensacional, que eu vou levar para mim para o resto da vida. Eu queria te falar que assim, você vai fazer muita falta, muita falta para a política, muita falta para o CEAS, muita falta para a Sedese. Você vai fazer falta pessoalmente também nas nossas relações de dia a dia. Mas acaba a gente tem que seguir o nosso caminho, a gente tem, todo mundo tem seu destino, tem que traçar aquilo que entende ser um novo ciclo, uma nova fase. Igual o Cris falou: “Nada tem início e fim”, pra mim tudo tem início e fim, e

começa de novo. É o ciclo. Então é exatamente isso. É um início e um fim, mas não necessariamente um fim, porque se você vai continuar aí, com certeza, nos apoiando, apoiando a Política de Assistência Social. E eu só, como se diz, você é gratidão. Você é tudo de bom, porque eu acho que essa frase de Consolação é gratidão e tudo de bom. E assim, é isso. Não vou falar de despedida, porque acredito ainda que a gente vai te consultar demais, será que a gente vai poder deixar você em paz, não é, Consola? Porque assim, você é referência, sempre vai ser. O fato de ter todas as conferências, de ter realizado todas as conferências e essa mulher aí, gente, ela quando quer algo e assim, a sensibilidade que ela tem com a população, com os usuários, com os conselheiros, ela corre atrás, ela preocupa, ela está sempre assim, buscando o melhor mesmo. A melhor solução, o melhor conselho. É assim, é uma dedicação que ela vai além do profissional, sabe? É da pessoa. Então, só te parabenizar e te agradecer mesmo. Gratidão. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Posso falar um pouquinho, presidente? **PRESIDENTE:** Eu ia dizer que a palavra agora está retornando a ti, Consolação. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Obrigada. Que homenagem linda. Muito linda. Muito emocionada, lógico. Eu quero dizer que, realmente, eu tenho uma relação muito boa com todo mundo assim, da minha parte considero. Eu amo vocês demais. Esse conselho é muito importante para mim, cada um de vocês e é nessa confiança, nessa importância e sabendo que o conselho está tão forte, com pessoas tão boas, tão militantes em um momento tão importante dessa história. E na confiança que eu tenho em cada um, não só como uma representação, mas como ser humano que eu deixo e que eu, que me conquistou. Cada um me conquistou como ser humano que é, essa pessoa, é que eu tenho também a coragem, nesse momento, de tomar uma decisão que eu preciso tomar de realmente sair agora e finalizar, como foi falado, esse ciclo na minha vida. Isso não seria possível se o contexto fosse outro. Então assim, quem agradece sou eu. Eu agradeço a confiança. Eu agradeço a permissão de vocês de aproximar de vocês. Eu agradeço a amizade de vocês. Então quem é agradecida, em tudo, sou eu. Eu aprendi muito nesse tempo todo, continuo aprendendo e vou aprendendo. Hoje aprendi demais, não só com a plenária, mas com as colocações, porque uma fala, falaram tanto de acolhida e eu fui extremamente acolhida. Respeitada, levada. Isso não tem preço. É um apreço grande. Então assim, muito obrigada. Tudo assim, eu estou à disposição, com certeza. A amizade está aí e foi construída, eu acredito nisso que a gente constrói. Baseado no amor, fica. O mais forte em mim, que eu considero, é a minha espiritualidade. Então como aqui está no final de tudo, eu vou falar até nesse lugar. Eu acredito, eu tenho muita fé e entrega, por isso também eu me senti com essa inspiração de encerrar agora. Eu não tenho planos, nem nada, só dar um tempo mesmo. Então eu estou entregue. Entregue a vida, entregue a Deus, que eu acredito. E agradeço muito, muito, muito a vocês, a toda essa (áudio ruim) [02:57:48] eu falo para todo mundo que tem uma frase que eu falo também eu falo também é amor e (áudio ruim) [02:57:52]. É o que a gente precisa e que o mundo precisa. Que a gente consiga, que esse conselho continue entendendo a Política de Assistência Social. Que as contradições, elas sejam realmente sanadas dessa forma. Eu parabenizei ontem, estou parabenizando de novo a condução, inclusive do presidente, buscando essa união. A condução de todos os conselheiros, que no site cada um colaborando para que as propostas saiam consistentes. Eu vi cada um buscando isso para que não tenha que chegar realmente em uma separação. Então

assim, o conselho, eu falo isso porque a gente ganha sendo um. Há muita separação do lado de fora e tem muitos outros, outras (áudio ruim) [02:58:41] e acredito em você. Estou à disposição. Eu continuo ainda, devo continuar até um pouco desse... É a última plenária, mas o final do mês, eu devo até continuar passando as coisas. A gente conversou, vai ficar a Secretaria Executiva, a Paula está assumindo isso. Então assim, eu vou dar todo o apoio. Eu sei que vocês gostam dela, vocês conhecem. E também a pessoa nesse lugar, ela consegue fazer todo o seu trabalho quando tem o apoio e a confiança dos conselheiros. E é tudo que eu peço para vocês é o apoio e a confiança na Secretaria Executiva também, neste processo, dando continuação a este trabalho. E quero dizer também que, se eu também consegui chegar aonde cheguei e com a excelência de trabalho, na hora do trabalho da Secretaria Executiva, é porque a equipe é muito boa. E que é aí também que eu me fortaleço. A equipe do CEAS é excelente. E vocês sabem que vocês podem contar com todos os que estão na Secretaria Executiva, todos os técnicos, as pessoas que estão no administrativo. O grupo é um só. E isso é que é bom. O que a gente precisa, é só falar: "Estou precisando" e as pessoas estão lá unidas para atender. E essa consideração com os conselheiros, todos tem. Às vezes não conseguem manifestar da mesma forma porque as funções, às vezes, não permitem ou estão fazendo outra coisa. Mas, a secretaria inteira, executiva, ela está assim, e a disposição, com essa acolhida, com esse sentimento em relação a vocês. É isso, eu não quero delongar. Eu, realmente, estou muito... Lógico. Muito obrigada. Obrigada, gratidão. Muita luz, amor no caminho de vocês e contem comigo sempre. No que precisar, se eu puder, eu estou à disposição. Falei com a Anédia, com o Daniel, com certeza, se eu tiver a possibilidade de esclarecer alguma coisa, ajudar nessas participações, eu também estou à disposição. (Áudio ruim) [03:01:05] o Sistema Único de Assistência Social, sempre defendi e sou militante da assistência social. Isso também não vai sair de mim. Eu quero o Suas mesmo. Ok? Eu abri minha câmera, Daniel. É porque estou com uma das câmeras abertas. Ele está falando que não, eu só deixei a do celular ligada, mas eu estou com uma câmera aberta. Então gente, é isso, sabe? Eu despeço de vocês lá no grupo, depois e tal. É só, rapidamente, só para sair. Muito obrigada a vocês. Gratidão, gratidão a Secretaria Executiva e a cada (trecho incompreensível) [03:01:43] a Sedese, a Secretária que me recebeu de volta, no ano passado e confiou aí no meu trabalho. Gratidão a todos os conselheiros que passaram e ainda os que virão. Muito obrigada, obrigada mesmo. Que Deus abençoe todos vocês. **PRESIDENTE:** E agora, Consolação... **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Termina a plenária. **PRESIDENTE:** A gente não queria que essa plenária fosse terminada desse jeito, toda (áudio ruim) [03:02:23], mas enfim, então vai ficar registrado. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** Agora não é a Consolação, agora é a Ana Paula, não é Ana Paula? Ela saiu fora ali. Ela apareceu, parece até a Luanda. **PRESIDENTE:** Consolação, o áudio está desligado. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Ah, desculpa. Eu estou falando e está fechado. É, eu queria agradecer também os meus colegas do Sedese, porque eu falei de conselho, que a gente está aqui no conselho, mas é agradecer e que toda a construção que a gente fez, esse trabalho junto, Cristiano, Gabriele, a Ana Paula que a gente foi contemporânea de fórum, mas todo mundo... A Rose. Eu não vou citar, porque eu posso esquecer, mas assim, todo mundo... A Claudinha. **PRESIDENTE:** O áudio fechou de novo. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Foi o Daniel que desligou. **PRESIDENTE:** Ah, o Daniel que desligou. Consolação, teu áudio está fechado.

CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA: De novo? **PRESIDENTE:** De novo. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Eu não sei então se vocês escutaram, mas agradecer todo mundo do Sedese, todo mundo, meus colegas e assim, com muita gratidão. É isso, eu nomeei alguns aqui, mas não vou fazer de novo. E assim, foi com muita parceria mesmo, tudo que o conselho pediu, os encaminhamentos que a gente fazia, e ter uma discussão muito boa também. Então agradeço a todo mundo aí, das gestões que passaram, a que está também e as que estão por vir. Muito obrigada de coração. **PRESIDENTE:** Eu acho que a Rosália gostaria de falar um pouco. **ROSÁLIA, SEE/MG:** Isso. Pessoal, boa tarde. Se a internet cair aqui, eu peço desculpas. Hoje está um dia muito difícil. Mas, Consolação, eu queria te agradecer também pelo acolhimento e eu vou ter que deixar uma notícia triste para o conselho também. Eu estou de saída de conselho. Me mudaram na minha Secretaria de Educação, houve umas mudanças e eu mudei de diretoria e essa diretoria está exigindo muito de um trabalho pedagógico, vocês estão acompanhando aí sobre as ações que estão acontecendo para os estudantes nas escolas estaduais, então a gente tem o atendimento pela Rede Minas, os PETs, que são os planos de estudo tutorados, que está chegando para os estudantes. Então está exigindo de um trabalho pedagógico muito intenso. Estou perdendo até finais de semana para a gente dar conta desses materiais chegarem aos estudantes em tempo. Então, por isso eu vou me afastar do CEAS e, possivelmente, na próxima reunião já vai ter um outro servidor da Secretaria de Educação acompanhando vocês nas reuniões das plenárias e das câmaras técnicas. Então foi um prazer enorme conhecer um pouquinho de vocês, nas nossas reuniões presenciais, e se precisarem de mim, a Consolação tem meu telefone, a gente está lá na Secretaria de Educação. Se precisar de alguma articulação com a educação, estou à disposição, mesmo não participando do conselho. Então foi uma experiência muito intensa e muito valorosa. Agradeço a todos e deixo aqui a minha despedida. Fiquem todos com Deus. **PRESIDENTE:** Obrigado, Rosália. Também fique com Deus. A gente sabe que as demandas existem, está sendo bem demandado. Mas enfim, então, com bastante dor no coração, a gente encerra a 254ª Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social (áudio ruim) [03:06:21]. De todo mundo e (áudio ruim) [03:06:30]. **ANTÔNIO, CMAS/JF:** E com duas baixas. **PRESIDENTE:** Com duas baixas, não é? Fiquem com Deus. Obrigado, novamente, por esse trabalho todo que (áudio ruim) [03:06:40]. E até uma próxima, se Deus quiser. **CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Muito bom. Obrigada, gente.

Nome	Representatividade	Assinatura
Aloísio Soares	Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais-COGEMAS	
Haiandra Pereira de Oliveira	CMAS/Novo Oriente de Minas	
Cristiano Andrade	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social –	

	SEDESE	
Noelle Lana da Silva Prata	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA/SEDA	
Domingos Sávio de Araújo	CMAS- BH	
Gabriele Sabrina da Silva	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE	
Silvestre Dias	Secretaria de Estado de Fazenda	
Jaime Alvino Starke	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE	
João Victor de Almeida Chaves	Secretaria de Estado de planejamento e Gestão - SEPLAG	
Lucas Estevão Riberio da Silva	Conselho Central de Curvelo - SSVP	
Marcio Alves Evangelista	CMAS Itabira	
Marcio Caldeira	Associação Profissionalizante do Menor - ASPROM	
Rosalia Diniz	Secretaria de Estado da Educação- SEE	
Sandra de Fatima Veloso Costa Azevedo	CMAS de Montes Claros	

Silvia Gracia Oliveira de Souza	Secretaria de Estado de Educação SEE	
Anédia Miranda Farias	Fórum Municipal dos Usuários do SUAS	
Antônio Hugo Bento	CMAS de Juiz de Fora	
Ariadna de Almeida Silva	Federação de Associações sem fins lucrativos de MG - FASEMIG	
Daniel Santos da Cruz	Movimento Nacional de população de Rua	
Dayane Arantes Castro Alves	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira	
Elerson da Silva	Cáritas Brasileira – Regional MG	
Gabriela de Almeida Loiola	Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS/ Salinas	
Laureci Alves de Paula	O Movimento Graal no Brasil	
Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	
Patrícia Carvalho Gomes	Conselho Regional do Serviço Social	
Vilma da Silva Sá Costa	Sec. Est. Saúde	